

PROCESSO Nº 25074

ANO 1986



II VOLUME

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado - **CONDEPHAAT**

25074

PROCESSO Nº

INTERESSADO: JOSE EDUARDO RAMOS RODRIGUES - SUB COMISSÃO DE MEIO AM
BIENTE DA OAB
PROCEDÊNCIA: CAPITAL

DATA: 29/10/1986

REPARTIÇÃO: _____

Nº DE ORDEM DO PAPEL: _____

ASSUNTO: Estudo de tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM e
sua área verde, situada à Rua: Angatuba - Capital

Capa refeita em 30/11/00 RG. 06/10/08 SG.

207
200

Do	Número	Ano	Rubrica

Recolhidos a partir daí na "roda", que funcionava sob os cuidados do Mordomo dos Expostos (cargo criado em 1836), e atendidos pela Zeladoria dos Expostos, eram os enjeitados encaminhados para "amas" distribuídas em diversas freguesias da cidade, que mediante o recebimento de um salário (maior para as "amas de leite" que para as "amas secas") cuidavam dessas crianças até a idade de 7 anos, no máximo. Depois disso, eram as meninas enviadas para o Seminário da Glória e os meninos para o de Santana, onde permaneciam até se casarem (moças) ou conseguirem emprego (rapazes). (13)

Este sistema funcionava precariamente. A mortalidade das crianças era grande, negligenciadas ou mal-atendidas pelas amas. As dificuldades de se encaminhar os expostos para serem educados nos internatos provinciais, ou em escolas particulares que ofereciam vagas para crianças pobres, eram grandes. De tal forma que, em data imprecisa, a Santa Casa de Misericórdia - embora não tenha extinto completamente o serviços de amas - começou a reunir os expostos nas dependências do Hospital de Caridade, prestando ali mesmo a assistência a eles dedicada.

Mas, o número crescente de expostos, as dificuldades de seu atendimento no próprio hospital, levaram a Santa Casa a buscar uma nova solução criando um asilo especificamente voltado para a assistência e educação dessas crianças.

Publicado em...
201

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

2 - Asilo dos Expostos: trajetória de uma instituição.

A primeira iniciativa de criar-se um asilo destinado exclusivamente para receber os expostos recolhidos pela Santa Casa é atribuída ao Visconde de Congonhas do Campo que teria sido responsável pela criação de uma instituição desse tipo em 1824 da qual não se tem notícias de funcionamento efetivo (14). Ao que se sabe, além da distribuição das crianças para amas que delas cuidassem, muitas ficavam no próprio hospital. De tal forma que no projeto de Luiz Pucci para o Hospital de Caridade do Arouche, já no final do século, previa-se instalações para os expostos:

"A repartição dos Ingenuos e expostos occupa, ... o lado direito do edifício da frente, e fica completamente independente do hospital. Tem entrada do Atrio comum para uma só porta e comunica com as galerias geraes do hospital também para uma só porta, sendo esta última destinada às Irmãs que têm o dormitório nesta parte do edifício, podendo assim occupar-se também da direção do hospício das crianças.

Os ingenuos e expostos já crescidos occupão o andar terreo que contem três grandes dormitórios, um refeitório, duas salas para servir de escola, lavatórios,

203
202

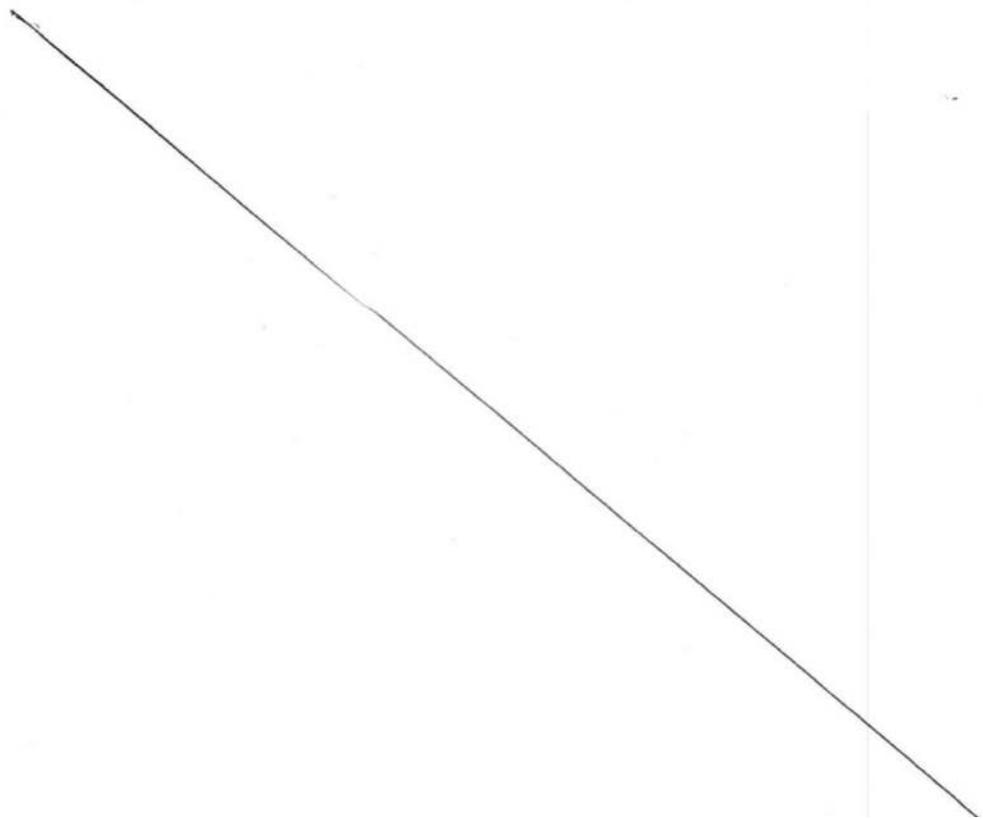
Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

latrinas e um jardim de recreio. No andar superior existem seis grandes quartos para a criação de expostos.

...

O número de crianças que pode conter esta parte do edifício será de 60 ou pouco mais. Pode porém ser augmentado com facilidade levantando um andar superior acima das escolas e refeitório..."(15).

Somente em 1895 foi criada efetivamente pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo uma instituição, a ela vinculada, destinada exclusivamente para prestar assistência às crianças recolhidas pela "roda": o Asilo dos Expostos.





Do	Número	Ano	Rubrica

a) O modelo assistencial caritativo

Data de 2 de julho de 1896 o início de funcionamento do Asilo dos Expostos (16) instalado na antiga Chácara Wanderley no atual bairro do Pacaembu, mas somente em 1904 foram para lá transferidas todas as crianças expostas até então reunidas no Hospital Central. O Mordomo dos Expostos nesse momento já era o irmão da santa Casa de Misericórdia Sampaio Viana, que ocupou o cargo durante 32 anos, de 1904 a 1936, ocasião de seu falecimento. De família tradicional baiana, Sampaio Viana fez em São Paulo seus estudos jurídicos no Largo São Francisco. Integrou-se na sociedade paulista casando-se com D. Julieta Falcão, filha do Dr. Clemente Falcão de Sousa Filho catedrático da Faculdade de Direito. Além de se tornar figura expoente entre os irmãos da Misericórdia, Sampaio Viana, como integrante do Partido Republicano Paulista, foi eleito vereador municipal diversas vezes, chegando a deputado estadual. Durante o período em que foi eleito sucessivamente Mordomo dos Expostos o funcionamento do Asilo, que viria posteriormente a receber seu nome, manteve-se quase inalterado.

O problema dos expostos até meados do século XIX aponta para a estrutura patriarcal da sociedade e a moral familiar vigente, sendo possível relacionar abandono de crianças e amores ilícitos, ao lado da precariedade da situação de sobrevivência de algumas famílias. O contexto de crescente urbanização e alteração das relações sociais de produção correntes no início deste século na cidade de São Paulo des-

205
204

Do	Número	Ano	Rubrica

dobram as possibilidades de análise do problema.

Luiz Roberto Netto, autor de estudos sobre a infância desvalida da cidade de São Paulo no início deste século, procura relacionar a questão da criança abandonada às "novas formas de relações sociais derivadas do processo de inserção familiar no processo capitalista" (17). O aumento populacional, a instalação de uma ordem cartorial impondo a obrigatoriedade dos registros civis, o trabalho de tipo moderno a exigir mão de obra barata e abundante, teriam feito com que "a família como estrutura celular da sociedade seja moldada dentro de padrões que a cada momento, como um princípio vencedor, se universalizam..." (18). A partir do final do século a individualização do indivíduo na sociedade, como decorrência da desagregação das práticas pré-capitalistas de conduta, originava nova forma de relacionamento social baseado na luta pela sobrevivência e venda da força de trabalho. Aqueles incapacitados para responder às condições de sobrevivência individual, nesses moldes - crianças e velhos, por exemplo - ao exceder o peso máximo a ser arcado pela estrutura familiar, seriam expurgados (19).

O Estado não tinha condições de, naquele momento, arcar com esses indesejáveis - dado a ausência de um serviço social organizado - relegando à prática caritativo assistencial de ^{UMA} instituição como a

(17) NETTO, Luiz Roberto - "Por debaixo dos panos. A máquina policial

208
205

Do	Número	Ano	Rubrica

Santa Casa de Misericórdia, a tarefa de atendê-los, o que era denunciado pela própria Irmandade:

"...a cargo da Santa Casa de Misericórdia está quasi todo o serviço de assistência pública em São Paulo; visto como a não ser os estabelecimentos de ensino subsidiados pelo Estado, e alguns hospitais particulares, são os nossos institutos os únicos que socorrem a primeira infância abandonada, a velhice desamparada e os doentes pobres, sem a menor discriminação de côr, de classe ou de crenças"(20).

Com relação à criança, esta, até a criação do Código de Menores em 1926 - consolidado apenas em 1927 - não existia como figura jurídica. Os juizes de órfãos não contavam com instrumentos institucionais, ou orfanatos suficientes, para dispor de crianças abandonadas (21). Dessa forma, o Asilo dos Expostos tinha uma função social destacada abrigando não somente aqueles abandonados diretamente aos cuidados da Misericórdia pela "roda", ou de outra forma. Ali eram depositadas também órfãos enviados pelo judiciário e ainda crianças recolhidas pela polícia por vadiagem.

A miserabilidade emergia como condição fundamental para o abandono de crianças no período. O Senador Antonio de Lacerda Franco,



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Irmão Provedor da Santa Casa, em relatório datado de 1920 dizia:

“O número de doentes e asilados aumentam cada vez mais, como consequência direta do rápido crescimento e o agravamento da miséria na cidade de São Paulo. É urgente uma medida que regule esta grave situação pois logo será impossível atender ao serviço público ou particular nas dependências da Santa Casa.”(22)

O Asilo que contava com duas centenas de vagas recebia pressões constantes para ampliar o atendimento. No ano de 1918, em função do elevado número de crianças tornadas órfãs em decorrência da epidemia de gripe espanhola que assolava a cidade, chegou-se a abrigar 331 crianças no asilo. Durante a administração de Sampaio Viana foram frequentes os pedidos - não atendidos - de ampliação do edifício e aumento do número de vagas, para atender à necessidade social de se abrigar mais crianças. Apesar da Irmandade contar com donativos e recursos próprios, além de receber subvenção do governo estadual, suas dificuldades financeiras eram muitas dificultando a ampliação de seu atendimento. E note-se que, no conjunto dos serviços da Irmandade, o Asilo dos Expostos era o segundo nos recursos alocados, ficando atrás apenas do Hospital de Caridade.

No Asilo dos Expostos eram internadas as crianças de 3 anos em diante. As crianças abandonadas na “roda” instalada no Hospital de Caridade, e aquelas vindas pelo juiz de órfãos, ou mesmo pela polícia, eram quando de idade inferior a esta, cuidadas e amparadas pelo



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

moravam em locais afastados, na periferia da cidade - Itapecerica e Santo Amaro, principalmente. Apesar do sistema da "roda" ter recebido críticas contundentes, mesmo no interior da Irmandade, a partir da década de 30 (23), número considerável de crianças continuavam a por ela entrar, ainda que com leve decréscimo ano a ano (24).

O envio de crianças abandonadas lactantes à amas-de-leite era sistema precário, fato denunciado insistentemente ao longo dos anos. A taxa de mortalidade era elevadíssima, de mais de 20% durante todo o tempo. Reputavam-na à má assistência prestada pelas amas - miseráveis, incultas e carentes de hábitos de higiene - e a carência de assistência médica na região onde moravam. A origem dos expostos era também apontada como fator que a isso concorreria. Dizia Sampaio Viana em 1932:

(23) Apoiados no Artigo 15 do Dec. 5083 de 1º de dezembro de 1926, que instituiu o Código de Menores em que a admissão de expostos se daria diretamente, excluindo-se o sistema da "roda". Em 1932 Sampaio Viana, apoiado por extenso relatório dos médicos do Asilo DR. Synésio Rangel Pestana e Dr. Leite Bastos - que procurava demonstrar a anacronicidade da "roda" - defendia a destruição da "roda" e sua substituição por um Escritório de Admissão. Relatório da Mordomia dos Expostos à Mesa Administrativa da Irmandade. São Paulo, 1932.

(24) Para exemplificar isto podemos tomar dois momentos e verificar o número de crianças entradas pela "roda": Em 1928 entraram 67 crianças



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

"E desde que se considera que o exposto em geral, é um enfraquecido ou débil, fructo da miséria com origem, em um meio physico onde tudo falta, principalmente nutrição e habitação sadia, não é de se estranhar os índices de mortalidade que acusa o quadro acima reproduzido " (25).

No sentido de diminuir a média de mortalidade dos lactantes iniciativas de maior fiscalização das amas, através de visitas do médico do Asilo, foram tomadas. Sampaio Viana pediu sucessivamente à Irmandade que fosse construído anexo ao Asilo um pavilhão para abrigá-los e garantir a eles melhor assistência. A solução para essa situação veio, no entanto, apenas em 1936, após sua morte, quando foi instalado um Berçário em prédio alugado à Rua Frederico Steidel, para abrigar crianças com menos de 3 anos. A partir daí, decaiu sensivelmente o índice de mortalidade das crianças dessa faixa de idade relegadas aos cuidados da Irmandade.

Quanto às crianças internadas no Asilo durante a administração de Sampaio Viana, o seu número manteve-se estável figurando na faixa de 200 asilados, capacidade máxima do prédio. A assistência prestada garantia um índice de mortalidade quase nulo. Contavam os asilados ali com médico, gabinete dentário e, a partir de 1929, com enfermaria própria.

A administração interna do Asilo esteve, a partir de 1904, a cargo das Irmãs de São José, que vinham prestando serviços à Irmandade desde 1870. Estas orientavam os trabalhos domésticos - no que eram au-



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

escola, que procurava seguir o programa oficial, havia funcionando no Asilo um estábulo para produção de leite a ser consumido ali e no Hospital Central; sapataria para produção de sapatos para os asilados; serviço de costura para fornecer roupas para os asilados; plantação de legumes e verduras nos terrenos da chácara em que estava instalado o Asilo, tanto para consumo interno como para comercialização. Em 1925 foram criadas oficinas profissionalizantes - confecção de flores, fabrico de letras de cartão para inscrição, malharia - com o objetivo de profissionalizar os asilados e garantir algum pecúlio para eles.

O destino dos asilados sempre foi objeto de preocupação. Atingindo idade adequada alguns poucos, principalmente meninos, eram encaminhados para os cursos do Liceu Coração de Jesus, Liceu Salesiano, Instituto d. Ana Rosa, Escola de Aprendizes Artífices e eventualmente em escolas públicas, no ginásio ou Normal. Do Asilo saíam poucos tutelados ou adotados e muitos - principalmente as mulheres - ficavam internos até uma idade próxima da adulta, saindo dali para trabalhar (26). As meninas quando casavam recebiam um "dote" formado com doações do próprio Asilo e lucros obtidos ao longo do período de internação com trabalhos nas oficinas. Mas seu destino era, basicamente, servir como empregadas domésticas em casas de família.

A desinternação de crianças parece ter sido uma questão complicada, não havendo informações detalhadas sobre os procedimentos usados. Casos de tutela ou adoção devem ter sido menos frequentes que



Do	Número	Ano	Rubrica

o desejável e o encaminhamento para outras instituições, embora previsto (27) é mencionado de maneira muito geral nos relatórios da Santa Casa. (28).

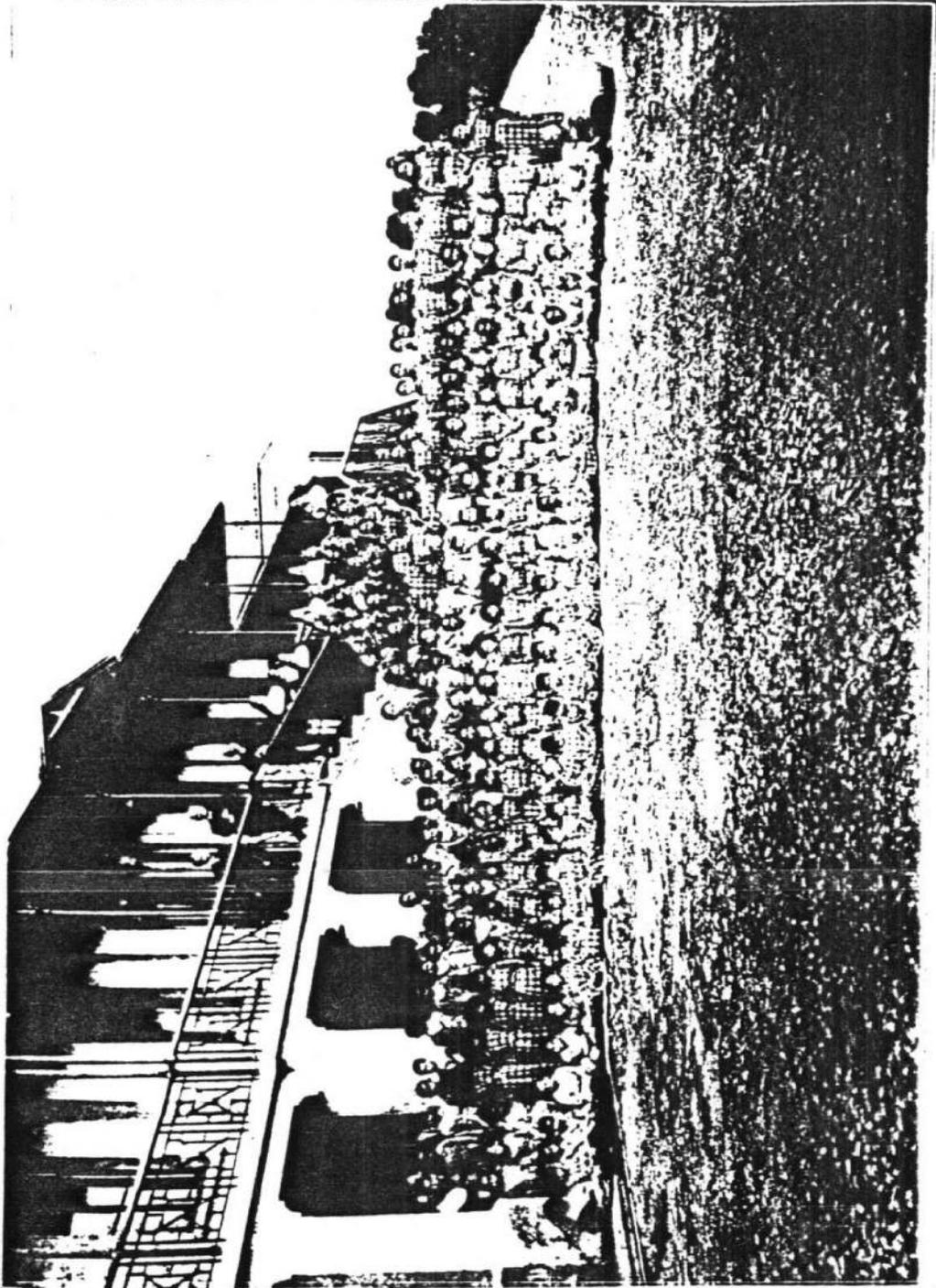
Nesses primeiros anos de funcionamento do Asilo dos Expostos em que sua administração esteve a cargo de Sampaio Viana, não sem dificuldades e problemas, a Santa Casa de Misericórdia procurou atender crianças abandonadas postas sob sua guarda, dando curso ao caráter caritativo-assistencial que a definia. Com isso respondia aos imperativos de uma ordem social que, incapaz de absorver as crianças abandonadas em razão de impedimentos morais - filhos ilegítimos - e cada vez mais em função da miserabilidade de seus pais, não contava com o poder público para isso. Essa situação manteve-se ainda por algum tempo, ainda numa segunda fase de funcionamento da Asilo, que buscou-se basicamente sua modernização.

(27) O artigo 101 do Dec. 3828 de 25 de março de 1925, que estabelecia as bases de recebimento de crianças abandonadas aos cuidados do Juízo de menores, dizia: "...os menores de 7 anos de um ou outro sexo, poderão ser internados no Asilo dos Expostos mantido pela Santa Casa de Misericórdia mediante guia dirigida ao respectivo mordomo. Esses menores, desde que atinjam a idade de 12 anos, deverão ser transferidos



211

Do _____ Número _____ Ano _____ Rubrica _____



Administração superior e asylados

ASYLO DE EXPOSTOS



213

212

Do	Número	Ano	Rubrica

b) A racionalidade e o cientificismo penetram no Asilo

Após a morte de Sampaio Viana em 1936, o Asilo dos Expostos que a partir daí passou a receber seu nome, esteve sob a administração do mordomo Dr. Guilherme Dumont Villares até 1941. Nesse período deu-se continuidade ao funcionamento do Asilo nos moldes que até então vinham vigorando. Poucas modificações ocorreram: trocaram-se as roupas dos asilados substituindo-se os camisolões xadrez por roupas comuns (1936); deixou-se de cortar os cabelos das crianças "à escovinha"; tentou-se, enfim, dar aparência "normal" às crianças internas. Algumas propostas foram lançadas no sentido de melhorar a educação das crianças maiores de 14 anos, pouco assistidas, a maioria não recebendo de fato instrução alguma, por dependerem de educação financiada. Pensou-se criar uma escola agrícola, não concretizada. Chamou-se a atenção para a necessidade de fiscalizar-se melhor as crianças adotadas, pois haveria casos de exploração dessas crianças.

A partir de 1943, assumindo a mordomia o Dr. Cássio de Macedo Soares, ocorreram modificações substanciais no Asilo no sentido de se procurar reorganizar e racionalizar seu funcionamento. A remodelação interna incorporava um espírito técnico-científico que já figurava nos órgãos oficiais dedicados à assistência social surgidos no final da década de 20 e inícios da seguinte e que marcaram a atuação do Estado nesse setor (29).



214

213

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Segundo justificativas de caráter moral que reputavam às camadas mais baixas da população uma mentalidade viciosa e degenerada, o trabalho de remodelação do Asilo enfatizava a manutenção da ordem, da autoridade e da disciplina como base da racionalização do funcionamento interno da instituição que se pretendia. Ao assumir a mordomia dos expostos, o Dr. Cássio de Macedo Soares apontava como causa da indisciplina e desorganização reinantes:

- 1) Presença de alunos maiores de 15 anos num internato comum e misto.
- 2) Ausência de oficinas de trabalhos para ambos os sexos.
- 3) Incompetência dos auxiliares.
- 4) Presença de crianças anormais junto das sãs.
- 5) Desinteresse e rebeldia dos alunos e alunas maiores pela falta de aprendizado nas oficinas e trabalhos domésticos" (30).

Para reverter essa situação propunha um programa de "reajustamento" que priorizava a desinternação de asilados no sentido de promover a homogeneização do grupo. Em 1943 deixaram o asilo 64 alunos: 3 por adoção; 9 por tutela; 15 como domésticas; 29 removidos para outros estabelecimentos (inclusive 5 menores anormais); 8 devolvidos para pais ou tutores.



215

214

Do	Número	Ano	Rubrica

"Saneado" o ambiente, procurou-se estabelecer um programa de trabalho que envolvia a contratação de "técnicos especializados": professoras para o Jardim da Infância; professora de Educação Física e assistente social. A preocupação fundamental se dava quanto à moralização dos internos, na qual importante papel teria sua regeneração pelo trabalho. Reorganizaram-se, nesse sentido, as oficinas de costura para as meninas e de tecelagem para os ^Pmeinos. Mesmo no então instituído período de férias para os internados, o lazer seria organizado pela assistente social incluindo: horticultura, jardinagem, programa de leituras e rádio.

A tônica da visão técnico-científica que passava a orientar a administração do Asilo, centrava-se na questão disciplinar. As professoras do Jardim da Infância, ali em funcionamento, reclamavam em 1943 da "indisciplina, falta de bons hábitos, linguagem péssima, mentiras frequentes, desobediência". Julgavam ser necessária a formação de "bons hábitos sociais e morais", através de castigos, prêmios e mesmo afastamento de crianças muito indisciplinadas (31).

D. Leopoldina Saraiva, assistente social - formada pela Escola de Serviço Social criada em São Paulo em 1936 - comissionada no Asilo a partir de 1943, relacionava seu diagnóstico da situação interna da instituição à inadaptabilidade do asilado quando este deixava o Sampaio Viana. Trabalhando com grupo de meninas com mais de 12 anos, a assistente social dizia já saber de antemão da "terrível inadaptabilidade dos elementos saídos do Asilo à vida social - criados absoluta-



Do	Número	Ano	Rubrica

ta de preparo profissional ao lado de um lamentável rebaixamento moral". Ao aprofundar seu trabalho teria constatado "desconhecimento absoluto da vida fora do asilo, idéia falsa do mundo, falta de esforço, negligencia nos trabalhos e na higiene pessoal, mentalidade retardada, vocabulário deficiente, assuntos sempre repetidos" (32). Para sanar esses problemas previa uma ação orientada no sentido de conduzir:

- "1) Combate à ociosidade e início de preparo profissional (corte e costura, bordado)
- 2) Melhor preparo intelectual e social (lazer orientado, visitas, passeios, cinema quinzenal, orfeon)
- 3) Melhoria física - ginástica.
- 4) Pesquisa sobre condições das famílias das crianças asiladas, causas do abandono, possível desinternação e estabelecimento de um melhor contato entre Asilo e Assistência aos Psicopatas, Escola de Serviço Social, e outras instituições" (33).

A remodelação do Asilo que dissolvia uma estrutura cristalizada em décadas não se fez sem problemas internos. Disso é exemplo a saída abrupta das Irmãs de S. José da administração e demais serviços prestados ao Asilo, ocasionando grandes dificuldades na reposição dos quadros. A direção do Asilo passou a uma professora comissionada pelo Governo do Estado, D. Branca Leite de Mello.



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

O processo de desinternação e transferência continuou ainda por algum tempo ocasionando uma diminuição expressiva do número dos asilados. Foi, nesse período, fundada a Casa de São José destinada a abrigar a princípio meninas maiores de 12 anos provenientes do Asilo e depois para lá começaram a ser enviadas as crianças do sexo feminino vindas diretamente do Berçário.

A fundação da Casa de São José, que começou a funcionar em 1944 na Al. Barão de Limeira nº 597m objetivava "receber, proteger e orientar as egressas dos Asilos da Santa Casa, em especial as do Asilo dos Expostos onde era quase impossível a permanência de meninas de mais de 12 anos" (34). As moças saídas do Sampaio Viana seriam "totalmente desajustadas em relação a uma vida familiar e social normal. Não tem idéia de sua situação na sociedade e nem conhecem as regras sociais. Devido à ignorância e inexperiência a vida fora do asilo é extremamente difícil. as casas onde trabalham os furtos são frequentes, a sua higiene pessoal é péssima, são preguiçosas, dissimuladas e mentirosas" (35).

A partir de 1947 as meninas eram diretamente transferidas do Berçário para a Casa de São José onde cursavam o Jardim da Infância. Depois frequentavam o Grupo Escolar do Bairro e as "bem dotadas" faziam cursos de enfermagem ou dirigiam-se às escolas profissionais. As outras eram encaminhadas para serem empregadas domésticas. Na Casa de São José havia os Serviços de Estágio, Seleção de Patrões e colocação Familiar, Serviço de Assistência e pensionato para ex-internas desempregadas.



Do	Número	Ano	Rubrica

Com a separação das meninas, o agora chamado Educandário Sampaio Viana passou a abrigar apenas os meninos, em número de meia centena. Dez anos depois, nos relatórios da Irmandade esse Educandário aparecia como tendo 150 leitos disponíveis para menores abandonados (36). Os meninos ficavam ali até o término do Grupo Escolar, sendo transferidos depois disso para Escolas profissionais - Instituto Agrícola de Batatais ou Preventório de Santa Clara, por exemplo.

As exortações pelo fim da "roda" e ativação do Escritório de Admissão foram frequentes durante todo o período, embora cerca de 50% das crianças entradas no Berçário o fossem por esse meio. Em 1942 o Dr. Leite Bastos, médico do Sampaio Viana, verificava que o número de crianças brancas abandonadas era muito superior ao de crianças negras, mestiças e amarelas, com idade mais frequente de um mês. Acreditava o médico, em função disso, que a maioria das crianças seriam filhas de mães solteiras, abandonadas sem recursos ou apoio moral para criar seus filhos (37). A "roda" acabou por ser extinta apenas em 1950, quando já era a última existente no país.

A partir de 1960 o Sampaio Viana passou para o poder público, que incorporou seu patrimônio ao Serviço Social de Menores do governo estadual, passando a funcionar ali a Casa da Criança.

219
218

Do	Número	Ano	Rubrica

c) Assistência ao menor: problema do Estado.

As primeiras iniciativas oficiais de incorporação da problemática do menor por parte do poder público no Brasil surgiram no final da década de 20 deste século: a instituição do Código de Menores e a criação do 1º Juízo de Menores do país em 1927. Com essas medidas de ordem legal o Estado passava a, de alguma maneira, reconhecer sua responsabilidade quanto ao menor, que havia figurado até então basicamente como objeto de preocupação da caridade particular.

Mas houve um longo trajeto até que iniciativas oficiais concretas fossem efetuadas no sentido de dar assistência ao menor abandonado ou carente. No estado de São Paulo cumpre mencionar a criação, em 1935, do serviço Social de Assistência e Proteção ao Menor, ligado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e em 1956 do Recolhimento Provisório de menores (RPM) para menores infratores de 14 a 18 anos. De qualquer maneira, a tônica da assistência oferecida ao menor pelo Estado, centrava-se no setor judiciário, dirigindo-se basicamente ao menor infrator (38).

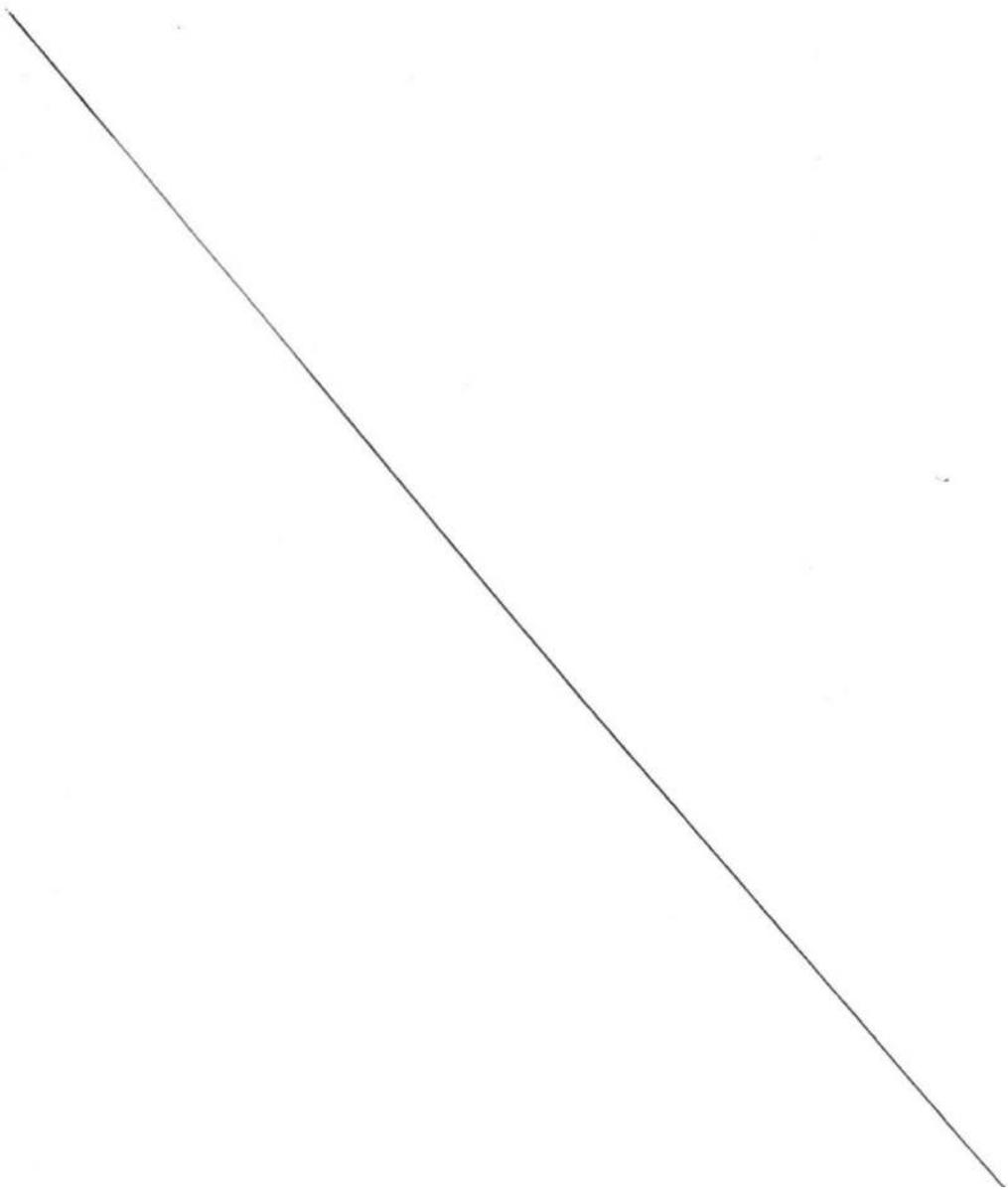
Paralelamente a isso, setores da sociedade paulista sensíveis à problemática do menor organizaram, como instrumento de pressão, as "Semanas dos Menores" de 1948 a 1973, quando realizou-se a 12ª e última semana. No ano seguinte foi criado um organismo oficial no âmbito do estado de São Paulo para cuidar dessa questão: a Fundação Pró-Menor.



220

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Estado de São Paulo. Ali continuam a ser reunidos menores abandonados a serem ENCAIINHADOS para outras unidades da FEBEM, ou à espera de adoção. As antigas instalações do anterior Asilo, atualizam sua função, continuando a abrigar a infância desvalida: antes, expostos; agora, menor abandonado.





Do	Número	Ano	Rubrica

3 - 0 edifício

Criado em 1895 pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, o Asilo dos Expostos foi instalado em área de 216 mil metros quadrados adquirida do espólio de Joaquim Floriano Wanderley que fazia parte de uma propriedade maior denominada Chácara Wanderley, na região conhecida como Pacaembu de Cima .

Conforme Maria Cecília Naclério Homem o Pacaembu, designação tradicional de grande extensão de terra que integrava a antiga sesmaria do Pacaembu doada aos jesuítas em 1561 por Martim Afonso de Sousa, compreendia a região hoje ocupada pelos bairros de Perdizes, Pacaembu e parte de Higienópolis (41). Por volta de 1779, quando da expulsão e confisco dos bens dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, a sesmaria já se encontrava desmembrada em três partes - Pacaembu de cima, de Baixo e do Meio - divisão mantida na venda por hasta pública ocorrida nesse mesmo ano. O Pacaembu de cima foi arrematado por Gabriel Antunes e Fonseca e sujeito a sucessivas vendas. Em 1825 foi comprado pelo espanhol Tomás de Molina que construiu a sede de sua propriedade

(41) NACLERIO HOMEM, M. Cecília - Higienópolis - grandeza e decadência de um bairro paulistano. São Paulo, Depto. do Patrimônio Histórico,



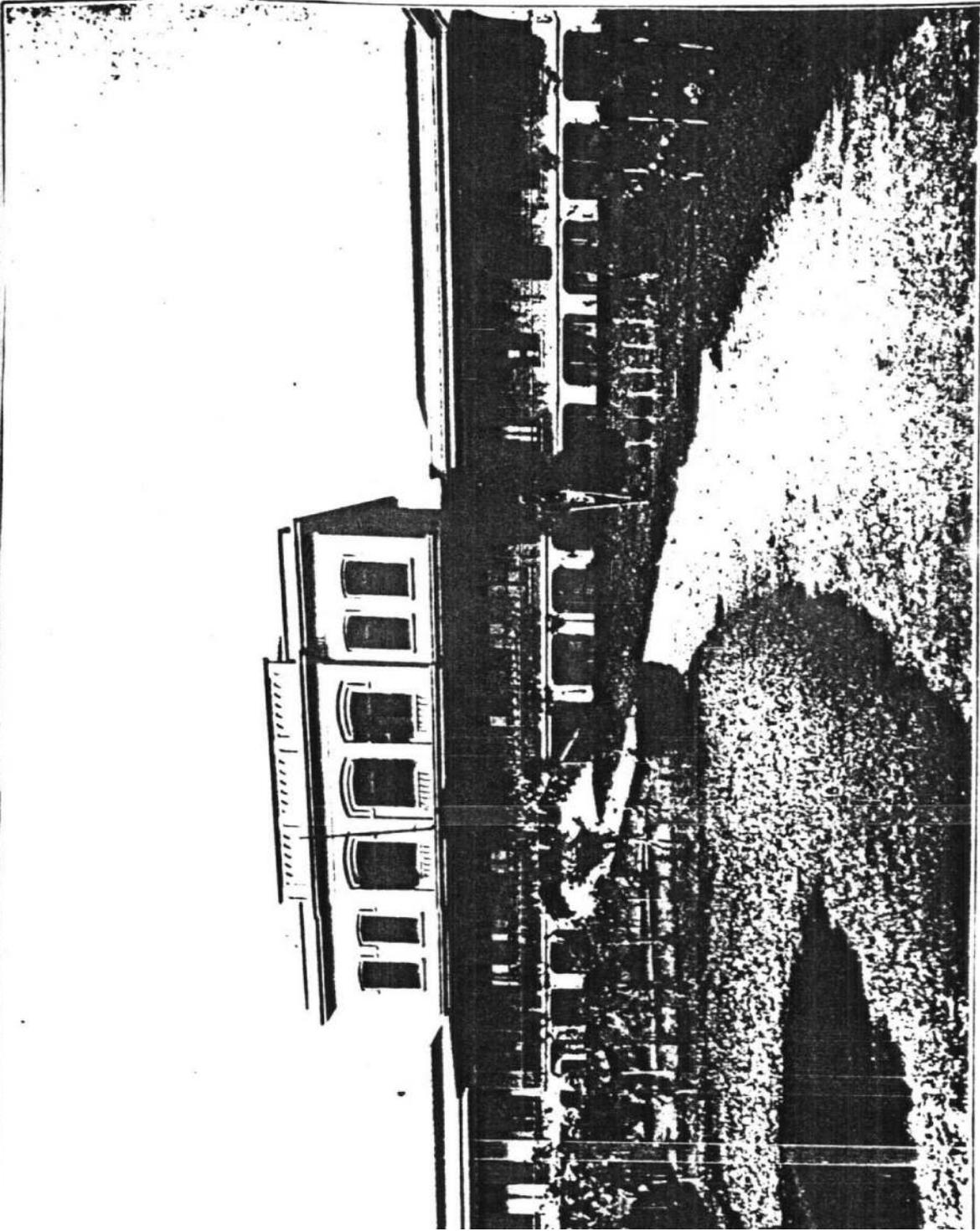
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha de Informação
Rubricada sob n.º

223

222

Do _____ Número _____ Ano _____ Rubrica _____



Fachada

DE EXPOSTOS



Do	Número	Ano	Rubrica

o local posteriormente ocupado pelo Asilo Sampaio viana. Após passar por outros proprietários, em 1877 a área foi adquirida por Joaquim Ioriano Wanderley e, após sua morte, em 1895, uma parte foi vendida a Martinho Buchard vindo a constituir-se numa metade do bairro de Higienópolis. Outra, menor, foi adquirida pela Irmandade.

Os contornos da propriedade adquirida pela Irmandade da antiga chácara Wanderley foram ampliados em 1927 com a aquisição de uma área de 16.428 metros quadrados pertencente à City of San Paulo Improvements & Freehold Land Company Limited, companhia responsável pela urbanização do bairro do Pacaembu na década de 20 deste século. (42)

Dessa área original - objeto de loteamento e arruamento em 1937 - foi desapropriado pelo Estado em 1963 o terreno de 46.130 metros quadrados onde encontravam-se as instalações do Asilo dos Expositos, dando curso à incorporação dessa instituição pelo poder público. (43)

Quando da instalação do Asilo no local onde ainda se encontra, o que viria a ser o bairro do Pacaembu apresentava-se como uma região desocupada, de topografia pouco atrativa para os loteadores, sujeito a inundações de ribeirão do mesmo nome e abrigo de marginais e vagabundos. Somente em 1925 a Companhia City deu início ao loteamento e arruamento do "bairro Jardim" a ser criado, finalizado apenas na década seguinte. O efetivo povoamento do local ainda custou a ocorrer, havendo poucas edificações em 1930: o primeiro surto urbanístico efetivo teve lugar nas décadas de 30 e 40 (44). A parte de propriedade

225
224

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

a Santa Casa, situada nos fundos do Cemitério do Araçá, começou a ser urbanizada apenas nos anos 40 pela City. Ainda em 1948 o local onde instalava-se o então já denominado Asilo Sampaio Viana, era ainda considerado "retirado do centro da cidade" (45).

De sua instalação até hoje não houve alteração de uso do conjunto de edifícios construídos no local para abrigar o Asilo dos Expostos. A partir dos Relatórios da Santa Casa de Misericórdia é possível reconstituir-se as instalações desse asilo, as construções e reformulações feitas, entre os anos de 1875 e 1956.

Em funcionamento desde os fins do século XIX até hoje no mesmo local, o Asilo dos Expostos originou um conjunto de edificações construídas especificamente com a finalidade de abrigá-lo. A princípio o Asilo foi instalado em um edifício de taipa datado de de 1820, do qual pouco se sabe (46). Apontado como prédio espaçoso, por volta do início do século foi este reformado e aumentado construindo-se um total de quatro pavilhões para dormitórios (47). Por volta de 1905, quando o Asilo já contava com uma centena e meia de crianças, as condições de tal edifício já eram dadas como precárias, sendo este apontado como um "prédio velho sem a divisão natural para um asilo e assim mesmo mal adaptado para esse fim" (48). Naquele momento o Asilo contava entre suas instalações, além desse prédio, com uma escola, uma sapataria, estábulos e cocheira. O acesso ao Asilo era difícil, afastado que estava de regiões mais adensadas, a ele chegando-se por um caminho acidentado e longo. A precariedade do acesso fez com que a Comissão de



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Obras da Santa Casa composta por Ramos de Azevedo, Pedro Vaz de Almeida e João Rubião Jr., fosse encarregada de estudar a ligação do Asilo com uma das ruas do bairro de Higienópolis ou à rua da Consolação (49).

A capacidade insuficiente do edifício original e suas condições precárias, com partes ameaçadas de ruína, conduziram ao projeto de um conjunto mais adequado para o funcionamento do Asilo ainda por volta do início do século, reputado ao escritório de Ramos de Azevedo. Em 1910 dá-se conta da existência de um novo prédio para o Asilo, ainda que o projeto todo não estivesse concluído:

"Com grande proveito para este estabelecimento e natural satisfação para esta mordomia, vimos concluídas as obras do corpo principal do edifício, projetado para o asilo, assim como prontos mais dois pavilhões dormitórios, podendo assim o atual edifício comportar aproximadamente duzentos asilados no que diz respeito a dormitórios e salas de aula. Pelos dois novos pavilhões dormitórios, foram distribuídos trinta leitos retirados dos dormitórios antigos que naturalmente se achavam por demais cheios, havendo ainda lugar para mais vinte leitos para crianças que no correr deste ano serão retiradas da seção de amas.

O pavilhão da fachada ou corpo principal que se compõe de três pavimentos foi distribuído em quatro salas para



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

do andar superior duas grandes salas para as residências das Irmãs do Hospital Central e Asilo, quando por doença ou descanso necessitarem se ausentar dos respectivos estabelecimentos" (50).

Pouco tempo depois da construção desse novo edifício, concomitante à abertura da estrada ligando o Asilo à Avenida Paulista (1912), já reclamava-se da carência de enfermaria e da ameaça de ruína do prédio antigo - chamado de "parte central" - e que abrigava em 1918: "sala de refeições, dispensa, cozinha, copa, sala de costura e capela, além de uma sala para enfermaria de caráter provisório" (51).

As dificuldades financeiras da Instituição prejudicavam a continuidade das obras seja da reforma da "parte central", cujo estado precário e ameaça de ruína eram sucessivamente apontados pela mordomia, seja de ampliação do conjunto.

Em 1921 começaram as obras de um pavilhão central no Asilo a substituir o antigo, condenado. No ano de 1924 foi concluída a obra do prédio e nele passavam a funcionar: o refeitório, a copa, cozinha, despensa, lavanderia, salas de engomar e quartos de banho. O pagamento de Ramos de Azevedo, responsável pela obra - à época ainda Presidente da Comissão de Obras da Irmandade e do Liceu de Artes e ofícios, foi feito com dinheiro arrecadado por donativos, tômbolas e festas, tendo havido até campanha do jornal O Estado de São Paulo para esse fim. No mesmo ano foi, finalmente, demolida a parte velha do Asilo já de há muito solicitada.

A mordomia julgava ainda ser necessário construir-se uma enfermaria, oficinas e capelas (as duas últimas funcionando em dois pavilhões dormitórios). Para construir a enfermaria o médico do Asilo, Dr. Synesio Rangel Pestana, desencadeou campanha indossada pelo jornal O Estado de S. Paulo, no sentido de conseguir recursos. O Mesmo médico, ainda, conseguiu verba para fechar as galerias em aberto,

(50) Relatório da Santa Casa de Misericórdia. São Paulo. 1910.n.71



Do _____ Número _____ Ano _____ Rubrica _____

inconvenientes em época de frio ou chuva, que uniam os dormitórios à capela, as galerias entre os dormitórios e as salas de aula ao refeitório. Para tanto, segundo projeto específico de Ramos de Azevedo para esse fim, encomendaram-se ao Liceu de Artes e ofícios os caixilhos de ferro envidraçados colocados em 1924. Em homenagem às duas doadoras que colocaram à disposição o dinheiro necessário para realizar tal obra, o lado direito foi chamado galeria D. Júlia Jordão da Silva, e o esquerdo Galeria D. Amélia Sabino de Oliveira, nomes inscritos em duas placas de bronze fixada nas galerias. (52)

Em 1927 foram finalmente iniciadas as obras da Enfermaria, sucessivas vezes solicitada, obra a cargo de FP Ramos de Azevedo & Cia. No ano seguinte iniciou-se, também, a construção do pavilhão das oficinas. O ano de 1929 conheceu várias inaugurações no Asilo:

- Enfermaria: obra iniciada por Ramos de Azevedo e concluída, após sua morte, pelo Dr. Arnaldo Dumont Villares. O seu plano de construção foi orientado pelo Dr. Luiz de Rezende Puch, segundo o médico do Asilo Dr. Synésio Rangel Pestana, "a maior autoridade em questão de construção e organização hospitalar", segundo "as regras de engenharia sanitária" e "bem aparelhada" (53).
- Oficinas e Capela: embora na capela ainda faltassem as escadarias da entrada, passeios que circundariam a capela e pintura. Com essas novas construções, foi possível desocupar os dormitórios que abrigavam esses serviços.
- Gabinete Dentário: remodelado e transferido para a enfermaria.
- 2 tanques de irrigação.

Apesar da ampliação e melhoramento das instalações, em 1934 reclamava-se, ainda, da quantidade de dormitórios disponíveis - seis, sendo três para cada sexo - apontados como insuficientes, face à pressão para aumento de



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Alguns anos depois, em 1936, realizaram-se obras de melhoramento no Asilo, calçando-se os alicerces das paredes do edifício, retirando-se a terra que atulhavam a sua frente, reduzindo-se a um só plano a região fronteira do prédio, para instalação posterior de um parque de ginástica.

Este, o conjunto original das construções (54) que integraram o Asilo dos Expostos, depois Sampaio Viana, concebido e realizado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia para abrigar a infância desvalida da cidade de São Paulo, e que foi posteriormente incorporado pelo poder público, chegando aos nossos dias com a mesma função inicial.

4 - C O N C L U S Ã O

O conjunto remanescente do antigo Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia coloca-se como exemplar único no contexto urbano da cidade de São Paulo, e como tal deve ser preservado. Concebido com o fim específico a que foi destinado, a continuidade do uso acabou por garantir sua permanência até o presente.

Fincado de início em local inóspito e afastado da cidade que alcançado pelo desenvolvimento urbano transformou-se em região de moradia da elite, o centenário abrigo de crianças abandonadas está sujeito à cobiça de especuladores imobiliários. No entanto, sua importância histórica - que procuramos resgatar neste estudo - justifica sua preservação como repositório singular de significados pertinentes à memória social.

A questão do menor abandonado, que hoje assume contornos trágicos, conhece sua trajetória histórica nos tijolos desse edifício, que acompanhou os diversos momentos desse processo. A princípio surgido pela sensibilidade de setores da sociedade envolvidos em uma instituição de caráter caritativo, a Santa Casa de Misericórdia, ocupou um lugar deixado vago pelo Estado. Nos anos 40, acompanhou o movimento da sociedade no sentido de procurar-se, a partir de critérios técnicos



Do	Número	Ano	Rubrica

mãos do Estado, foi integrado na assistência prestada ao menor pelo poder público.

Com efeito, neste conjunto de edifícios de função social ímpar cristaliza-se a memória dos esforços da sociedade realizado no sentido de dar abrigo a assistência a um setor alijado da integração social: crianças abandonadas e carentes. Sua preservação se impõe como de marcação e resgate da memória referente a esse setor social, que tem concentrado ali, no antigo Asilo dos Expostos, sua própria história.

PESQUISA

Historiadoras: Sheila Schwartzman

Sonia de Deus Rodrigues Bercito

Estagiária : Débora Yumi Motoka

REDAÇÃO FINAL

Historiadora : Sonia de Deus Rodrigues Bercito

São Paulo, 19 de maio de 1992

Sonia de Deus Rodrigues Bercito

SONIA DE DEUS RODRIGUES BERCITO
Historiadora



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

BIBLIOGRAFIA

1 - FONTES PRIMÁRIAS

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia (1875 - 1956)

2 - FONTES SECUNDÁRIAS

Almeida, Angela Mendes de et alii - "Pensando a família no Brasil; da colônia à modernidade" RJ, Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987

Azevedo, Aroldo (org.) A cidade de São Paulo Vol.III, Aspecto da Metrópole Paulista, Cia. Ed.Nacional, São Paulo, 1958, p.339

Bierrenbach; M^a.Inês R.J. - Política e Planejamento Social - Brasil 1956/1988. São Paulo, Cortez ; 2^a Ed.

Boxer, C.R. - "Conselheiros Municipais e Irmãos de Caridade" in O Império Colonial Português (1415 - 1825). Lisboa, edições 70, 1981, pg.263 a 282.

Carneiro, Glauco - O poder da Misericórdia, São Paulo, edição patrocinada pela Carbocloro S.A. - Indústrias Químicas, Cia. Suzano de papel e celulose Dow Química e Fundação Djalma Guimarães, s/ed ; 1986.



Do	Número	Ano	Rubrica

Gonçalves, Margareth de Almeida - "Expostos, roda e mulheres: a lógica da Ambiguidade médico - higienista" in Pen-sando a Família no Brasil. R.Janeiro, Espaço e Tempo/ Ed. da UFRRJ, 1987.

Heuri, Denis - Estudo de tombamento do Bairro Pacaembú (CONDEPHAAT, 1991)

Iamamoto, Marilda e Carvalho, Raú de - Relação Sociais e Servi-ço Social no Brasil Ed. Cortez, 1982

Mesgravis, Laima - A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599 ? - 1884). Contribuição ao estudo da assistên-cia social no Brasil, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura - 1976 (Coleção Ciências Humanas, 3)

Mesgravis, Laima - "A Assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: A Roda dos Expostos no sécu-lo XIX" - separata da Revista de História, nº 103, São Paulo, 1975.

Naclério Homem, Maria Cecília - Higienópolis - grandeza e deca-dência de um bairro paulistano, Dep. do Patr.Hist. , Divisão do Arq.Hist.Sec.Mun.de Cultura v. 17, 1980.

Netto, Luiz Roberto - "Por Debaixo dos Panos - A Máquina Poli-cial e o Problema da Infância Desvalida na Cidade de São Paulo (1910 - 1930)" in Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, nº 17, set.88/Fev.89,P.129



Do	Número	Ano	Rubrica

Pacheco, José Aranha de Assis - Perdizes - História de um bairro - Dep.Pat. Hist. Div.arq. , Sec.Mun. de Cultura, v. 21, 1982.

Pinto, Alfredo Moreira - A cidade de São Paulo em 1900. São Paulo, Governo do Estado, 1979 (Col.Paulística, v.14).

Ramalho, Maria Lúcia - Estudo de tombamento do bairro do Pacaembú. (CONDEPHAAT, 1991).

Sant'Anna, Nuto - "A Roda dos Expostos" in Metrópole (Volume II), São Paulo. Coleção Departamento de Cultura, 1952, Volume XL pág.55 a 58.

Schwarzman, Sheila - O Bairro do Pacembú. Estudo de tombamento CONDEPHAAT, 1986.

Silva, Maria Beatriz Nizza da - "O problema dos expostos na Capitania de São Paulo" in Revista de História Econômica e Social, Lisboa, Janeiro - Junho



234
233

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

A arquiteta Maria Lucia P. Damalho
p/ manifestação.

SFR, 27.05.92

Gláudio Luiz M. Bueno de Moraes
Diretor Técnico do S.T.C.R.

Publicado sob n.º
234

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condé Paet	23.046	1985	

A Diretoria Técnica,

Recordamos da historiadora

Sônia de Deus alguns documentos e fichamentos, resultantes do seu trabalho de pesquisa desenvolvido para informar os processos de tombamento do Instituto Mackenzie e da Sta Casa de Misericórdia, ambos localizados no município de São Paulo, e que foram interrompidos, o primeiro devido a decisão do Conselho pelo tombamento, sem o seu conhecimento, e o segundo, por estar demissionária do cargo.

Fizemos uma seleção deste material (cópia "xerográfica") que deverá, pela sua importância, uma parte ser encaminhada ao centro de documentação - STA - e a outra, ao protocolo, para serem

236
2351

tombamentos, observando a or-
dem conforme discriminação
abaixo:

1. Centro de Documentação STA -
Processo de Tombamento nº 24.021/85
- Instituto Mackenzie -

a) - Anúncio de jogo entre
o Mackenzie e outras escolas.

b) - Folheto de comemoração
dos "107 anos do Mackenzie"

c) - Boletim do Departamento
do Patrimônio Histórico, nº 1, SP -
DPH, 1985, pags. 16 - 18.

d) - Escritura de doação do sítio
CABUÇU - Guarulhos.

e) - Escritura de comodato do
Mackenzie College para o Ins-
tituto Mackenzie.

f) - Escritura de comodato
da Municipalidade de São Paulo
para o Conselho do Instituto
Mackenzie.



200 h 227

236

Do _____ Número _____ Ano _____ Rubrica _____
P. Complement 23.046 1985

g) Escritura de doação do Mackenzie College para a Igreja Presbiteriana do Brasil.

h) Escritura de compra e venda do Sítio Tamboré - Barueri.

i) Escritura de substituição e constituição da Fundação Educacional Presbiteriana.

8) Dissertação de métodos de Maria Júlia St. Barbanti - Escotas Americanas de Confissão Protestante da Província de São Paulo. Um estudo de suas origens.

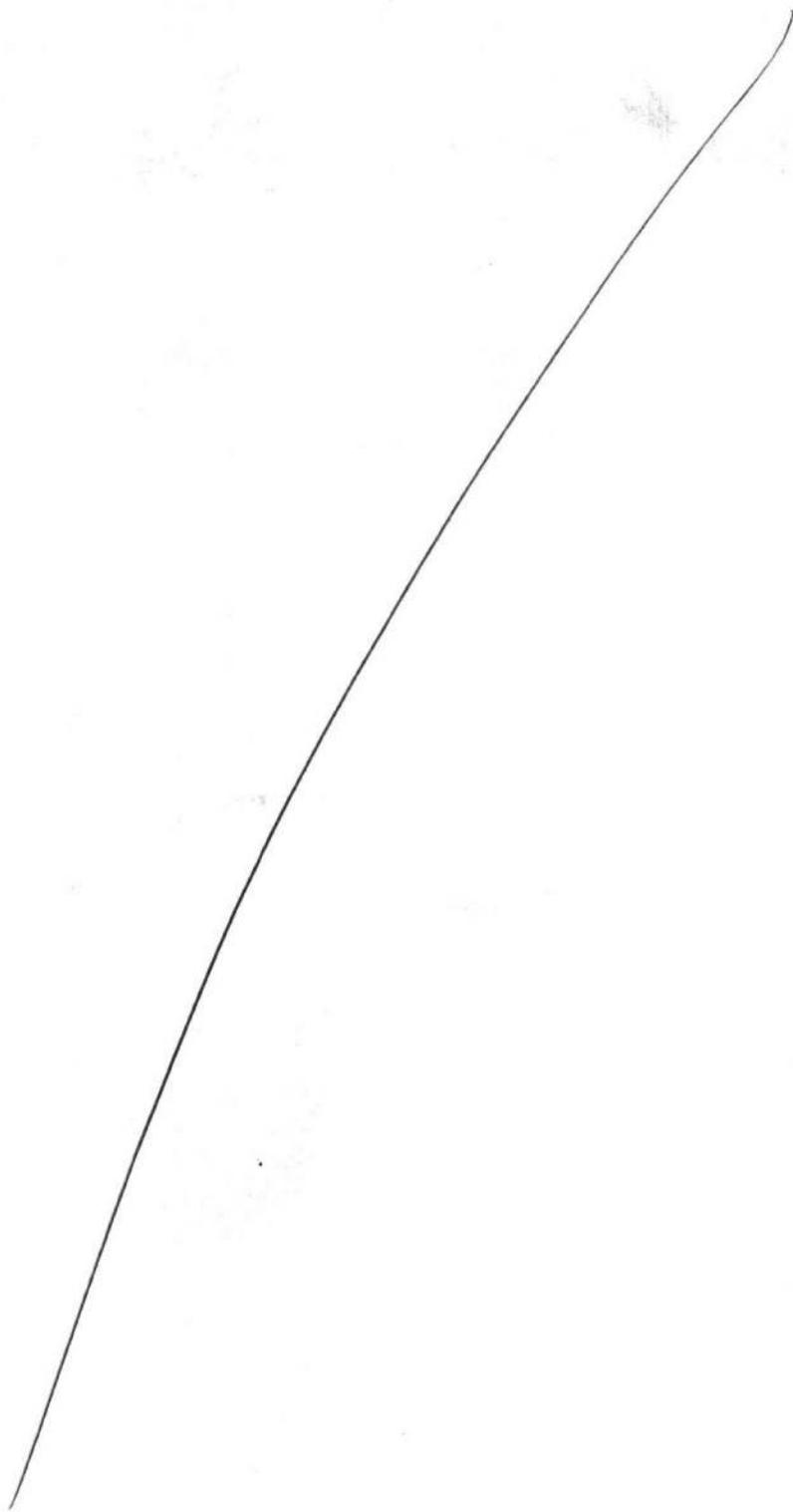
2 - Protocolo - Processo de Tombamento no 23.046/84 e no 25074/86

a) Relatórios sobre as atividades da Sta. Casa de Museus - Códig. de São Paulo, de 1909, 1932, 1937, 1948.

228
237

Quanto aos fichamentos, serão arquivados no fichário dos históricos que se encontram no STCR.

STCR, 17/11/95
Hist. E. da V. J. J. J.
Arg. T. J. J. J.



Sequem juntos os documentos

as atividades de 09
de junho de 1910

24

150

ESENTAÇÃO

DA

MANDA DE

DA

DE MISERICORDIA

DE

DO PAULO

AO

NO DO ESTADO

131

A S. A.,

Para juntar o presente "ANEXO"
ao processo n.º 25.074/86, por requerimento do
lit. Edmundo Kande.

HTC, 05-dezembro-1915.

SUBSISTÊNCIA IN BTA
Diretor Técnico do STCAI
CREA n.º 55.198-D-RJ

Exmo. Snr. Presidente do Estado.

Ainda uma vez a Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, urgida pelas dificuldades da sua situação financeira, vê-se na apertada contingência de vir solicitar auxílios dos poderes públicos para a sua subsistência, que vai se tornando cada vez mais angustiosa.

A nossa instituição não desconhece o muito, que já deve ao benemerito Governo do Estado de S. Paulo, sem o qual não poderia prestar ao povo os seus socorros de caridade, mas a realidade é que, deante da multiplicidade dos serviços de assistência a seu cargo, e deante do desenvolvimento sempre crescente desses serviços; o muito que recebe de subvenção, ainda é pouco para as necessidades, que se avolumam a todo o momento.

Basará expôr aos olhos de V. Ex.ª a situação actual da nossa instituição, para que, ao primeiro golpe de vista comprehenda que não exaggeramos, na afirmação feita, e tomaremos por base o movimento do anno passado.

No anno de 1908 o nosso Hospital Central asyloou 8.774 doentes, e tanto com esses doentes, como com os doentes externos aos quaes fornece consulta medica e remedios, bem como pequenas operações, curativos, applicações hydro e electrotherapicas, despendeu com seus

25

150

238

nos Rs. 490:058\$360, o que dá uma média réis por cada doente, despresando qualquer pudesse attribuir a 61.724 consultas dadas termos, 22. 665 pequenos curativos dispensados, 98.414 receitas medicas aviadas para esse hospital para os outros asylos, valor que nunca ser a menos de 189 contos, calculando cada curativa e curativo a 1\$000 rs.

do dos Expostos abrigamos nada menos de has de tres annos para oimo, além de 104 de ur, confiadas a amas de leite fóra do estabe- as sob a immediata e directa fiscalisação do esse departamento, sendo a despesa de Rs. o que dá uma media de um mil e cem réis

lo de Invalidos mantem uma media de 120 em uma despesa de Rs. 64:880\$000, o que dá ara cada asylado; sendo de observar que nesse nito em separado funciona o externato S. José, equencia de 850 alumnas, a maior parte das ratuitas.

ente temos o Hospital de Lazaros com uma o doentes, cuja despesa annual é de Rs. . . . ou sejam 2\$400 rs. por cada doente.

simples exposição se evidencia a importancia xidade dos servicos de assistencia prestados instituição, nas suas quatro secções, consti- uma dellas por si só uma administração dif- indiosa, que em outros paizes é considerada amo á parte da assistencia publica

o ao augmento sempre crescente do numero em todas as secções, mas principalmente no entral, onde os trachomatosos, os tuberculosos, oentes do interior e de Estados limitrophes,

entram nos ultimos annos com uma forte contribuição a nossa receita revela-se insufficiente para acudir á despesa.

Para se ter uma idéa da nossa situação afflictiva, basta ponderar que o nosso Hospital Central tem capacidade apenas para 390 leitos; e que apesar disso temos tido neste anno occasiões de alojar nada menos de 819 doentes; o que faz com que sejamos obrigados a duplicar a lotação dos leitos nas enfermarias, e como isso ainda não é bastante, nos vemos na dura contingencia de deixar espalhados em colchões pelo chão, e em todo o espaço disponível, nada menos de 250 doentes. Sob todos os aspectos essa situação é dolorosa, e principalmente perigosa, pois excedida por essa forma a lotação normal das enfermarias, vivemos sob o grave risco de explodir de um momento para outro a peste dos hospitaes, flagello horrivel, cujas consequencias seriam medonhas, e que é devido exclusivamente á agglomeração dos doentes, além dos limites fixados pela hygiene.

Alguns numeros demonstrarão o augmento notavel dos doentes no Hospital Central de anno para anno; facto devido ao augmento da população e ao encarecimento da vida, sendo de notar que a criação de outros hospitaes nesse periodo em nada influiu para diminuir a frequencia do nosso.

A media diaria dos doentes no nosso Hospital Central tem sido a seguinte, nos ultimos seis annos:

1904.420	1907.607
1905.485	1908.651
1906.567	1909.759

Verifica-se que entre os annos de 1908 e 1909, deu-se um augmento de mais de cem doentes por dia; e que em seis annos a media quasi dobrou seu numero, pois de 420 em 1904, subio a 759 em 1909.

27
153

239

26
152

na observação alarmante, porque não dispomos de espaço material, e nem de recursos, embora a Santa Casa, desde o mais alto até o mais momentâneo sobre boa vontade e caridade. As condições, não é de extranhar que a nossa nanceira se torne cada dia mais crítica, acommesse terreno a mesma progressão do desentorno do nosso serviço hospitalar. Os nossos orçamentos ultimos annos o demonstrarão com elo-

Despeza: 721:200\$325 (incluindo obras)
 > 888:372\$342
 > 861:807\$770
 > 964:386\$820
 > 1.158:139\$080

ttendermos a que no anno de 1908 a receita arfoi de rs. 906:59\$770, resulta um deficit de \$310; deficit que este anno será ainda maior, maior é o numero dos nossos doentes.

ceita não tem augmentado na proporção da despesa, não fosse o grande auxilio do Governo, já teio forçados a fechar as portas do Hospital. Essa receita distribue-se pelas seguintes verbas; findo:

venção do Governo do Estado	572:916\$610
ruéis de casas	192:912\$500
ias de pensionistas	43:040\$500
os diversos	25:543\$480
lndendos	12:146\$500
da do Externato S. José	12:400\$000
riço Funerario	20:400\$000
ativos	16:777\$380
venção municipal	8:000\$000
midade de Irmãos	2:458\$800

Como se vê do quadro acima os recursos proprios deixados pelo patrimonio da nossa instituição, são relativamente insignificantes para a extensão dos serviços a nosso cargo; sendo que a verba de donativos, que alli figura, elevou-se nesse anno, pela circumstancia excepcional de termos recebido um donativo de dez contos de réis do Snr. Ignacio Penteado; não sendo frequentes os actos de generosidade privada em beneficio da Santa Casa, devido a drenagem que soffre, a caridade particular por parte de outras instituições, que a solicitam mais tenazmente.

Apezar de todos os esforços, não encontramos meios de fazer augmentar essa receita, pois para isso seria mister que pudessemos augmentar o nosso patrimonio, o que não está em nossas mãos.

Por um outro lado, comprehende-se que ao augmento dos nossos serviços devia naturalmente corresponder um proporcional augmento de accommodações e de espaço para o seu desenvolvimento, e a administração da Santa Casa tem o justo orgulho de poder affirmar que dentro dos recursos de que dispõe, tem feito tudo que é possível no sentido de melhorar as condições materiaes dos seus asylados de todo o genero.

Assim de 1904 para cá, conseguimos construir duas enfermarias no Hospital Central, sendo uma para homens, e outra para mulheres; e o fizemos em grande parte com o producto das kermesses organisadas pelo Club Inter-nacional; concluimos o grande portico de ingresso, com os pavilhões lateraes para o serviço externo (sala de banco), pharmacia, alojamento dos medicos internos e enfermeiros, administração e salão de honra; construímos e installamos o pavilhão de hydro e electrotherapia debaixo de todas as regras de arte; construímos e installamos um necroterio, e gabinete annexo para trabalhos de microscopia; concluimos uma outra enfermaria para mulhe-

30
1562

nstruimos galerias de comunicação de enfer-
para a sala de cirurgia, realisamos uma nova
ão para os tuberculosos e actualmente promove-
ubstituição do systema de aquecimento dos fórnos
ia e banho, por outro aperfeiçoado com o emprego
de agua. Hoje sómente nos falta concluir a
ção de duas enfermarias lateraes no corpo do
que já estão em via de execução para comple-
o plano geral de construção do Hospital Central,
ndimento que ha 20 annos passados agurava-se
realisavel, attenta á grandiosidade da construção,
u enorme custo.

dos esses melhoramentos, se elevaram o nosso
lá altura dos progressos da sciencia, não podiam
le absorver avultadas quantias.

esse periodo não nos descuidamos dos outros de-
ntos, e assim augmentamos consideravelmente o
e Expostos fazendo alli novas construções, e pa-
que triplicaram a sua capacidade primitiva. Ini-
e concluímos um novo hospital para morpheticos,
r denominado Guapira, onde as condições hygie-
ara esses doentes são as melhores possiveis; e
i iniciamos a construção nesse mesmo local, de
o Asylo de Invalidos, para onde serão removidos
digos, actualmente alojados no Asylo da Gloria,
há ha muito condemnado pela hygiene.

ocuramos ao mesmo tempo melhorar o patrimonio
ita Casa, e nesse periodo construímos seis predios
Sete de Abril, fazendo tambem em outros as obras
aração, que se tornaram necessarias. O conjunto
tas mencionadas importam nos ultimos cinco annos
(Rs. 976:504\$399, cifra que que por si dispensa
uer commentarios.

fais expressivas do que as nossas palavras são os
mos do seguinte quadro demonstrativo do movi-
em obras no ultimo quinquennio de 1904 a 1908.

	1904	1905	1906	1907	1908
Hospital Central	56:48\$704	178:86\$8664	138:59\$726	134:46\$805	68:841\$208
Asylo S. José	16:15\$350	2:43\$2000	2:43\$2000	—	—
Asylo dos Expositos	—	—	200\$200	—	94:50\$8054
Asylo dos Invalidos	—	—	—	—	122:35\$8026
Hospital dos Lazaras	37:76\$488	45\$8700	16:96\$3944	—	11:616\$578
Reparações e Extramuri- narios	15:03\$485	8:50\$4175	22:54\$374	13:331\$322	33:49\$875

— Somma total Rs. 976:504\$399

A especificação e referencia a taes trabalhos tem o
exclusivo intuito de mostrar, que elles entraram com
um forte contingente das despesas feitas, que aliás eram
inadiaveis e imprescindiveis.

Dêsde que possamos concluir o edificio do Hospital
Central, providencia que urge executar, e dentro em pouco
será uma realidade, e que fique terminada a construção
do Asylo de Invalidos, que se impõe devido ás pessimas
condições hygienicas em que está o seu alojamento actual,
permittindo-nos transferir para o novo edificio muitos
doentes de molestias chronicas, que occupam um logar
precioso no Hospital Central; é bem de ver que a nossa
vida economica tenderá a se normalisar, pois ficaremos
aliviados do peso das despesas extraordinarias, que acar-
retam essas obras.

Da singela exposição feita até aqui, vê-se que a
cargo da Santa Casa de Misericordia está quasi todo o
serviço de assistencia publica em S. Paulo; visto como
a não ser os estabelecimentos de ensino subsidiados pelo
Estado, e alguns hospitaes particulares, são os nossos
institutos os unicos que soccorrem a primeira infancia
abandonada, a velhice desamparada e os doentes pobres,
sem a menor discriminação de côr, de classe ou de
crenças.

32
P. 58

... porem, o momento em que todos os nossos barram deante do obstaculo insuperavel da arros materiaes; e não está distante o dia s veremos forçados a limitar o numero de sylar, na propôrção dos meios de que dispo- e será de pungente tristeza para todos nós ca a Santa Casa de Misericordia de S. Paulo leito a qualquer enfermo, que batesse á sua

... a situação não pode ser mais afflictiva, pois los a enveredar pelo caminho dos emprestimos a pagamos pontualmente o pão, que distri- nossos doentes e ás crianças que abrigamos. ia mais onde cortar nas despezas, e bastará para exame o mappa de um mez para se evi- e a uossa administração não pôde ser mais do que é.

... a despeza mensal distribue-se da seguinte

incluindo obras:	
ospital Central, (emprega-	52:500\$000
e fornecedores	
ulo de Mendicidade e Ex-	5:500\$000
nato São José	11:000\$000
ulo de Expósitos	5:600\$000
ospital de Lazaros	74:600\$000

... itendermos a que no Hospital Central temos a de 759 doentes, com os enfermeiros e ser- respondentes ao serviço, que elevam a sua po- cerca de mil pessoas; que com o pessoal dos partamentos esse numero se eleva a 2.000 e tem de ser alimentados, medicados e vestidos; iamente são examinados, medicados e recebem 234 doentes externos; que diariamente susten- crianças, 120 mendigos e 80 morpheticos; em

33
P. 59

... um total de 1513 soccorridos, não se poderá dizer que a nossa administração é prodiga.

... Pois bem, para fazer face áquella despesa contamos com uma receita mensal media de 63:033\$340, excluida a subvenção para obras, de onde resulta o deficit, sem- pre crescente.

... Pedindo a benevola attenção de V. Ex.ª para a si- tuação, em que se acha a Irmandade da Santa Casa de Misericordia os seus representantes vêm pedir ao Go- verno do Estado mais uma esmola; e esperam que V. Ex.ª conseguirá obter do Congresso Estadual os meios de soccorrel-a na conjuntura tão afflictiva em que se vê, não se devendo esquecer de que ali é que se pratica a verdadeira caridade, representada por efficazes serviços gratuitos aos verdadeiros necessitados.

Francisco A. de Souza Queiroz

João Alvarés Rubião Junior

Augusto Mirvelles Reis

J. Paulino Nogueira

Pedro Fac de Almeida

Alberto da Silva e Souza

F. P. Ramos de Azevedo

Pedro A. Rangel Aranha

A. Veriano Pereira

Dr. Sergio Meira

J. M. de Sampaio Vianna

Arthur Mendonça

João Antonio Juhão

Horacio Espindola

Alberto de Menezes Borba

Augusto S. de Carvalho Rodrigues

Luiz G. de Azevedo

F. Vergueiro Steidel

Aureliano de Gusmão

Francisco de Arruda Moraes.

5 MORDOMO DO ASYLO DO
1638

lua Salles
a de Misericórdia de

do cargo que venho
elegito, apresento a V.
s para o relatório da
o de 1932, no que diz

SYLO

uaram a prestar os
s da Congregação de
como Superiora a Ir-
ue no desempenho da
eis serviços vêm pres-

no correr do anno, a
xiliares do Asylo. A
ernidade, fallecia a
ue durante 40 annos
i enfermaria de Cli-
e dos quaes, 30 an-
neira infancia. E as
is á pranteada Irmã,
isto bem o merecia.
s, a elles comparecc-

ram innumerados admiradores dos seus dotes de coração, des-
tacando-se as suas Irmãs de Fé e as crianças ás quaes ella
tanto se dedicára. E encarregado por V. Excia. Sr. Pro-
vedor, pronunciei á beira da sua sepultura, as palavras que
peço a V. Excia autorisar a sua transcrição no presente
relatório, e que lembrará ainda hoje, como sempre, o nosso
reconhecimento pela sua immensa obra e as nossas sauda-
des. Na reunião de 6 do mesmo mez, justifiquei uma indi-
cação, também subscripta pelos Irmãos Mesarios Srs. José
Azevedo, Synesio Rangel Pestana, Roberto Simonsen, Méi-
relles Reis, Veriano Pereira, Cantidio de Moura Campos,
Jayme Loureiro e Horacio Sabino, em que se pedia que, ao
terceiro pavimento do Pavilhão "Fernandinho Simonsen",
se desse o nome de "Irmã Ursula", secção esta que esteve
sempre entregue aos seus cuidados, collocando-se alli uma
placa com a seguinte legenda: "Irmã Ursula In Memoriam"
1892-1932. Esta proposta foi approvada na reunião da
Mesa Administrativa realisada a 21 do mesmo mez, e a
placa alli se encontra perpetuando uma vida toda de indefi-
nível bondade. E mal havia passado o mez, quando depa-
rei em um jornal illustrado desta Capital, "A Cigarra", uma
pagina emocionante sob a epigraphie "Quadros de todo dia,
A morte da Irmã Ursula", por Bluette, pseudonymo de uma
virtuosa esposa e dedicada mãe, e que traduz com tanta ver-
dade a vida da pranteada Irmã, e bem merece ser transcri-
pta neste relatório, o que peço a V. Excia. E mal haviam
decorridos dois mezes, fallecia inesperadamente, a Irmã Lui-
za Marcellina, que no seculo se chamára Isabel Maria Drost,
e que durante 16 annos fez parte do Corpo Docente do
Asylo. Dedicada áquelle estabelecimento, em extremo, ca-
rinhosa para as crianças, modesta e bóa no trato, deixou na-
quella Casa as mais profundas e inesqueciveis saudades. A
Mesa Administrativa em reconhecimento aos inestimaveis
serviços prestados pela pranteada Irmã, autorizou a collo-
cação de uma placa, na sala de costuras do Asylo com a se-
guinte inscripção: "A' Irmã Luiza Marcellina 1916-1932".

1638

24
24

MENTARIO

direcção do Dr. Hugo Dias
ir os melhores serviços aos
inscencioso medico empresta
igorosa assiduidade.

.O

o findo, existiam, alli inter-
anno entraram 32 crianças,
16 do feminino; e tendo dei-
sas 32, crianças, sendo 15 do
ino, no ultimo dia do anno,
o de asylados. Ainda neste
um a lamentar, completando
e um só asylado; facto este
assistencia medica é alli exer-
, e que são rigorosos os pre-
s, ao que se presta, não só, a
mo a vida ao ar livre ado-
os asylados, principalmente

LACTANTES

as crianças na primeira in-
1.º de Janeiro; entraram du-
"Roda" 36; remetidas pelo
aminhadas pelo Director Cli-
ante prova ou abandono ou
Superiora, 2; pela Clinica
Policia, 6; enviadas do Hos-
idas ou removidas das enfer-
n virtude de fallecimento dos

to de entradas com a existen-
de 208 crianças, e desde que

*Entradas em 1.º de Janeiro
Remetidas pelo Director
Superiora
Enviadas do Hospital
Removidas das enfermarias
Fallecimento dos*

destas, tiveram entrada no Asylo — 16; restituídas aos paes
ou parentes proximos — 28; adoptadas — 3; e fallecidas —
41; passaram para o anno vigente — 120 em poder de amas.
Foi pois de 19,7% a mortalidade infantil desta secção. E si
procurarmos estabelecer parallelo com o indice lethal, de anno
a anno, a começar de 1903, data em que assumi a Mordomia
dos Expostos, do quadro que em seguida é reproduzido, se-
verá que somente nos annos de 1903, 1907, 1908, 1917 e 1920,
foi mais baixo o indice.

Anno	Lactentes	Obitos	Indice lethal
1903	173	29	16,7
1904	151	40	26,4
1905	155	35	22,5
1906	146	33	22,6
1907	139	24	17,2
1908	147	19	12,9
1909	173	54	31,2
1910	150	37	24,6
1911	154	37	24,2
1912	175	50	28,5
1913	150	36	24,0
1914	145	36	24,8
1915	180	37	20,5
1916	173	33	19,7
1917	170	33	19,4
1918	191	47	24,6
1919	181	38	20,9
1920	178	34	19,1
1921	163	36	22,0
1922	167	46	27,5
1923	175	36	20,6
1924	154	36	23,3
1925	163	36	22,0
1926	159	36	22,6
1927	160	36	22,5
1928	178	39	21,9
1929	211	58	27,4
1930	210	58	27,6
1931	199	66	33,1
1932	208	41	19,7

165

166

247
240

nfancia. Na segunda parte do Leite Bastos, com proficiência e cavele, em parte, da extincção da "Escritório de Admissão" ou mente, a "Roda" e o "Escritório com os precedentes do que a res- lia, Hespanha e Uruguay, termi- o trecho seguinte: "Si não bas- entes pediatras encanecidos na a abandonada", referindo-se após França, Mariagão Gesteira, da de consulta a varios professores a"; Pierre Nobécourt, Lente de Faculdade de Paris, e J. Débatre Leon Velasco Blanco, de Buenos o da Casa de Expostos; e ao que professor Dr. Luiz Morquio, a Uruguay — accrescentaria diz a "Roda" deve desaparecer de ia presença infringe o art. 15 do nina: "Dever a admissão de ex- ita por consignação directa, ex- is", e porque desobedece ainda ao 16. 306, de 31 de Dezembro de ntemente. "Nada mais será pre- te, enquanto não se construir o ex- postos e não se supprimir a ssão, a assistência a esses pobres ha triste no progresso da nossa humilhante contra os nossos cre- e culto". São essas as palavras termina o seu relatório.

a que por este ou aquelle motivo, em social, philanthropica ou scien- i: "Rodas", nos varios paizes de um adoptado de longa data, mas esta extincção pela organização uizo para a criança e soccorro á inte aquelle meio primitivo que

130

bem ou mal vinha prestando bons serviços á humanidade, mesmo porque, não ha muito, a sua conservação dava lugar a controversias. E entre nós como que a "Roda" entrou em desuso, como que já não é procurada pelas mães que levadas pela miseria ou por outra qualquer causa, já não as depositam, em sua maioria, na "Roda", apresentando-se e pedindo o amparo para os seus filhos acompanhando a sua criação e recebendo-os quando desaparecida a causa que determinou o abandono, pelo que esta fórmula de abandono é tão facil quanto o é pela "Roda". E o que ora afirmamos, se evidencia da leitura das estatísticas, referidas nos relatorios desta Mordomia, e correspondentes, aos annos de 1930, 1931 e 1932. Delles se collige que si em 1930, o Asylo recebeu — 87 crianças na primeira infancia, somente — 41 entraram pela "Roda"; si em 1931 recebemos — 108, somente — 44 entraram pela "Roda"; e finalmente, em 1932, entraram — 105, sendo 36 pela "Roda". Ou que nestes ultimos tres annos das 295 crianças, na primeira infancia, entregues á Santa Casa, somente — 121 foram depositadas na "Roda". As demais em sua maioria tiveram ou têm a sua origem conhecida e muitas dellas voltaram ao convívio de seus paes. Assim é que em 1930, foram restituídas aos seus pais — 15 crianças; em 1931 — 13 crianças e em 1932 — 28 crianças. Diante pois destes dados, podemos afirmar que na pratica, está virtualmente adoptado o systema de registro livre ou de admissão da criança pela requisição do Dr. Juiz de Menores ou pela pedido directo dos proprios paes, em casos excepçionaes. A termos pois de supprimir ou extinguir a "Roda", como preceitua o art. 15 do Dec. 5.083 de 1.º de Dezembro de 1926 que instituiu o Código de Menores e nelle o repete em um de seus dispositivos "— que a admissão dos expostos á assistência se fará por consignação directa, excluindo o systema das "Rodas"; em obediencia pois a este dispositivo e para que seja uma realidade a protecção á criança na primeira infancia devemos construir o mais cedo possivel o Pavilhão para os lactantes, e enquanto não fór isto uma realidade, facilitar o quanto possivel a admissão da criança, permitindo a approximação da mãe, sem entretanto desorganisar esse serviço. Teremos assim, em caracter tran-

aneamente, os dois sistemas, "tório de Admissão", até portão, a "Roda", que de passadouro, na Casa dos Expostos da

ES DE 12 ANNOS

rdomia, relativamente ao desexo masculino, que completam aproveitando os mais applicencia, encaminhando-os para demais para institutos de ensino do anno findo, não tendo se alquer dos asylados, resolveu do Instituto D. Anna Rosa, elevantes serviços à infancia, de seus directores, Dr. José so companheiro de Mesa Adnação de mais 3 asylados, elessos que recebem alli ensino

DLA

ccionaram com a maior reguises mantidas, no Asylo, com sendo 51 do sexo masculino e sses frequentadas pelos asyacionou uma aula de dactylogrdim da Infancia que teve a as asyladas do sexo feminino, mero de 30 se occuparam dos costura; produzindo esta secxim de bordados e outros tra-

NATAL DOS EXPOSTOS

Realisamos como se vem fazendo, ha muitos annos, o Natal dos Expostos, cujas festas correram como sempre na maior alegria das crianças alli recolhidas e sempre lembradas pelos amigos do Asylo. Concoreram com dinheiro: as Excellentissimas Sras. Xavier de Toledo, com 50\$; Margarida Villares, com 200\$; Amélia de Brito, com 50\$; uma anonyma, com 50\$; Dr. Rezende Puech, com 40\$; Silva Araujo & Cia. com 300\$; Jayme Loureiro com 200\$; Affonso Morimano com 100\$ e Antonio Rodrigues de Araujo Costa com 600\$000.

As Exmas. Sras. Helena Pereira Leite com 19 vestidos e 35 fraldas; Marina Aranha Pereira com 37 mantas de flanela; Viuva Dr. Carlos de Campos com 30 peças de tricot de lã; Fabrica de Tecidos Tatuapé com 30 metros de algodão alvejado e Mario Odilon Cardoso Filho em memoria de seu pai, com varias roupinhas.

CUSTEIO DO ASYLO E DE SUAS DEPENDENCIAS

A despesa geral do Asylo, elevou-se durante o anno findo, a 287:159\$700 e tendo sido a mesma orçada em 310:000\$ houve um saldo de 22:840\$390 ou um saldo mensal de 1:903\$358. E é de notar-se que entre as despesas, figura uma verba de 6:486\$900 que representa despesa com obras de valorisação do predio e que foram custeadas com verba do orçamento votado para despesas ordinarias ou de custeio dos serviços do Asylo. Do quadro que em seguida é reproduzido se conhecerá da applicação da receita distribuida ao Asylo. E das rubricas da despesa se verificará que as mais elevadas são as realizadas com ordenados e gratificações; alimentação e amas de leite. Vem a proposito chamarmos a attenção de V. Excia. para esta ultima rubrica que representa uma despesa com amas para os lactantes, para um serviço deficiente que vem sendo condemnado, e que se eleva

s de réis, tendo alcançado no 1900. Ora desde que tenha- sylo, com capacidade para 200 a manutenção deste Pavilhão ie o que se vem despendendo ade a assistência a estas crian- , como diz o Dr. Leite Bastos, io de igualdade á dos outros

as informações que julguei ra o relatório de V. Excia., e stos e ao anno findo, ficando os esclarecimentos que forem

nidade reitero a V. Excia. os vado apreço.

Mordomo dos Expostos
M. DE SAMPAIO VIANNA

132
Relatório médico do Dr. Synesio Rangel Pestana
chefe de Clínica do Asilo dos Expostos e do
Médico-adjunto, Dr. Leite Bastos - 1932. 131
p. 279 a 302

Exmo. Snr. Dr. João Maurício de Sampaio Vianna
Mordomo do Asylo de Expostos.

Inteiramente afastado da direcção clinica do Asylo de Expostos durante todo o anno de 1932, por ter o meu tempo absorvido pelos trabalhos e responsabilidades da direcção clinica dos hospitaes da Santa Casa, incumbi o meu dedicado e competente adjunto, Dr. Leite Bastos, de redigir o relatório dos serviços a seu cargo, como meu substituto legal, durante aquelle anno.

Esse excellento trabalho que passo ás mãos de V. Excia., focalisa, a meu pedido, a questão da Roda dos Expostos, por cuja extincção nos batemos, a exemplo do que se fez em todos os paizes civilisados da Europa e da America, que tinham aquella anachronica e vexatoria instituição.

Chamo particularmente a attenção de V. Excia. para esse assumpto, pois sei que essa Mordomia, orientada por um criterio esclarecido, tambem deseja acabar com essa antigalha que afeia o nosso serviço de protecção ás creanças abandonadas.

Aproveito-me desta oportunidade para elogiar francamente a actuação do nosso illustre, dedicado e competente adjunto, que, cada vez mais se recomenda ao nosso respeito e gratidão.

Com a maior estima e alta consideração subscrevo-me, de V. Excia.

Amigo grato e admirador
DR. SYNESIO RANGEL PESTANA
Chefe de Clínica do Asylo de Expostos.

250
248

Pestana, D. D. Chefe

ia o nosso Compromissia. o relatório dos serção de Lactentes pres-

OSTOS

stiam 172 asylados; no ças, sendo 16 meninos e saíram, igualmente, 32 neninas; em 31 de Janeiro, mesma de 1.º de Janeiro,

estabelecimento contirê de Deus, não se permitia-se a poucos casos volução normal.

TENTES

stiam 103 lactentes conteste o anno, 105 crianças, 20 remetidas pelo Snr. Director Clinico, 14 pelo Snr. 3 pela Clinica Psychiáal de Juquery e 15 abandonadas por familias idoneas. ue tirar os fallecidos, em vieram de 1931, e 24 dos m, portanto, para o anno,

Dos fallecidos, 19 morreram em Itapeçerica, sem assistência medica, e 22 tiveram os seguintes attestados: pneumonia 2, intoxicação alimentar 10, dyspepsia 1, morte natural 1, nephrite aguda 3, coqueluche 1, bronchite 2, cachexia 1 e tuberculose 1.

Quando á idade, esses 41 obitos podem ser assim grupados: 16 de 0-3 meses; 8 de 3-6 meses; 5 de 6-12 meses; 8 de 12-24 meses e 4 de 24 meses em diante.

A mortalidade total desta secção que, embora tenha o rotulo de Lactentes, abrange crianças acima de 1 anno, foi de 19,7%.

Esse doloroso confronto entre a elevada lethalidade das crianças confiadas ás bondosas mas incultas caboclas de Itapeçerica, e a mortalidade nulla das que ficam sob os cuidados das virtuosas e dedicadas Irmãs de São José, está a clamar por providencia urgente e definitiva, que ponha os lactentes em situação de igualdade á dos outros expostos.

Esta providencia importa, inicialmente, na construção de um pavilhão para menores de 2 annos, onde esses infelizes possam receber os beneficios da moderna hospitalização, aconselhada pelos proficuos resultados obtidos no país e no estrangeiro.

Sei que a nossa benemerita Casa de Misericordia não está em situação de realizar tal empreza; aliás, é só no Brasil que a assistência aos enjeitados se faz á custa dos estabelecimentos de caridade; em todos os outros países, é o Estado que se encarrega de proteger material e moralmente a criança abandonada; é uma função do governo, de alta previsão social, reconhecida no mundo inteiro, e que alcançou grandes proporções ao terminar a guerra européa; desde essa época, sociedades e governos deram provas inequívocas da importancia que merece tão delicado problema.

Já em 28 de Fevereiro de 1793, a França baixava um decreto criando e organizando a assistência aos expostos; os dois primeiros artigos desse documento estão assim redigidos:

1760

251
249

ação encarregar-se de educar physica e moralmente os abandonados.

1. em diante elles serão designados exclusivamente de orphãos. Nenhuma outra qualificação é admittida”.

2. Porrr dos annos, os francezes melhoraram e melhoraram a assistencia, de modo que, hoje, ella se encontra em estado de prosperidade.

3. mães solteiras abandonadas;

4. mulheres casadas abandonadas pelo marido, e orphãs; aquella cujo marido está na prisão, e em asylo de alienados e, excepcionalmente, o marido enfermo é encargo, em vez de ser de mães legítimas ou naturaes de crianças cujo pai morreu durante a guerra e que não sejam beneficiadas por lei.

5. viuos e homens casados abandonados pelas mulheres.

6. pais que têm a seu cargo um filho natural e que não tenham meios de sustentar a criança; a morte ou desaparecimento da mãe; e a mãe dos genitores de criança legítima que não possa sustentar a criança.

7. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

8. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

9. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

10. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

11. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

12. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

13. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

14. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

15. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

16. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

17. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

18. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

19. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

20. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

21. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

22. crianças cujos pais são indigentes e que não tenham meios de sustentar a criança.

a maternidade do proprio estabelecimento. Terminado o puerperio, passa-a para o asylo maternal, onde, durante tres meses, cercada do maximo conforto, consagra-se exclusivamente ao aleitamento do filho, tarefa na qual, se o leite não fôr sufficiente, é ajudada por outra nutriz, numa admiravel actuação de mutualidade.

Nas horas vagas ensina-se-lhe uma profissão, se já não a tem, para que mais facilmente se colloque, ao sair do Asylo.

Decorrido o primeiro trimestre, vae trabalhar fóra, devendo voltar á noite para dormir e cuidar da criança, podendo ficar assim asylada durante o primeiro anno de vida do filho.

Modelada nos mesmos principios, se bem que em menores proporções, funciona a “Reichsanstalt für Mütter und Kinderfürsorge”, sob a direcção, até ha poucas mezes, do saudoso Professor Leopoldo Moll.

Dir-se-ia que o Brasil, novo como é, não pôde resolver estas questões do modo por que o fazem os países do Velho Mundo. Puro engano.

No minusculo Uruguay, situado no mesmo continente, na mesma America do Sul, collado ao Rio Grande, a criança abandonada tem assistencia superior a de todos os países civilizados.

Montevideo, com 650.000 habitantes, dispõe, para assistir á primeira infancia, da dotação orçamentaria de 500.000 piastras, que correspondem a 10.000.000\$000 em nossa moeda.

Destaca-se, da conferencia que o Professor Luis Morquio, há cerca de tres annos, pronunciou nesta Capital, o seguinte trecho, que bem reflecte o carinho com que no seu país se cuidam esses problemas.

“Como se vê, disse o eminente pediatra, temos encarado a protecção da criança como função do Estado; isto não impede que a acção privada coadjuve do modo que julgar mais conveniente, como demonstram as diversas instituições que existem nesse sentido, com o fim de coordenar

ue os resultados sejam mais proficuos e
; particularmente a protecção á primeira
la sob acção uniforme e centralizada, a
e combate á mortalidade infantil, a finali-
tante no estudo destas questões.

o a taes fins e seguindo o movimento uni-
vem-se meios de defesa, que se distribuem
: instituições, sempre em augmento e aper-
: a melhor corresponderem ás suas neces-

fomos encarregados da direcção medica do
do Asylo de Expostos e Orphãos, esplen-
ção e propaganda dos principios de hy-
nre o elemento popular. A mortalidade
nte a nossa actuação de 4 annos, corres-
inças até os 2 annos de idade, num total
as; esta mortalidade havia sido, em perio-
20%.

is, portanto, o Professor Luis Morquio re-
formas do Asylo de Montevideo, a morta-
tes de 20 para 7 por cento.

os, data em que se fez o primeiro relatorio
a mortalidade de lactentes mantem-se en-
rento, por que ainda não se pode melhorar
hiestra que se dá aos pequeninos expostos.
lo os governos não cuidam desses proble-
de caridade não dispõem de recursos para
espiritos bem formados, em commovente
le solidariedade humana, estendem o seu
r sobre os pobres enjeitados.

Janeiro, a Senhora Octavio da Rocha Mi-
to altamente humanitario, acaba de offe-
Matre", o donativo de mil contos de réis
ção de um hospital de crianças.

a generosidade enternecedora da Senhora
res permittiu. que o Professor Martagão
iasse o Asylo de Expostos da cidade de S.

Salvador e reduzisse, em dois annos, a mortalidade de
55,10% para 16,40%. Quantas vidas salvas pelo dona-
tivo desta virtuosa Senhora!

Estou certo de que as Mães Paulistas, que guardam,
no remanso dos seus lares felizes, filhos risonhos e sadios,
Mães carinhosas, que nenhuma outra as excede em extre-
mos de abnegação e sacrificios, que sempre tiveram a ini-
ciativa das grandes realizações philanthropicas, não deixa-
rão que pereçam nas palhoças de Itapeperica, á mingua
de recursos, os nossos pequeninos expostos, paulistanos
como os nossos filhos, mas que tiveram a infelicidade, a
grande desventura de perder o amor materno, fonte inex-
gotavel de cuidados, dedicações, alegrias e soffrimentos.

* * *

Além da construcção do pavilhão para Lactentes, o
nosso pio Estabelecimento precisa modificar o systema de
ingresso aos enjeitados, substituindo a "Roda" pelo "Es-
criptorio de Admissão", ou fazendo os dois funcionarem
parallemente.

Instituida em 1471, quando em Roma se reformava
o Hospital do Espirito Santo, sob o fundamento de que
era preciso facilitar o abandono da criança para guardar
o maior sigillo sobre a sua origem e cohibir os infanticí-
dios, a Roda é, para os nossos dias, um instrumento inad-
missivel.

Certo Ministro da França referindo-se á forma de
receber os enjeitados escreveu: "generalizando-se o pro-
cesso de admissão pelo "escrptorio aberto", restabeceu-
se a "roda", não a "roda" mechanica, que funcçãoava sob
o imperio do decreto de 19 de Janeiro de 1811 mas a "roda"
aperfeiçoada, moderna, ouvindo e falando, capaz de fazer
perguntas e responder ás que lhe são feitas".

Foram os países de origem latina os unicos que ado-
ptaram a Roda; mas, de todos elles, só o Brasil ainda a
conserva.

colher
repartido
(p. 11)

180

251

ceu da Italia, que foi a sua creadora; a niu-a em 1863, e a Hespanha em 1923. Na rid, o director do Asylo de Fraissaro mos- io e orgulho, o lugubre instrumento sellado anno.

fendem a Roda dizem que eha guarda o se- mpre ser rigoroso para evitar escandalos tificidios.

o segredo, só de modo excepcional elle actúa e enfeitamento e, nos casos em que seja ne- scriptorio de Admissão o garante, por que a te entregar a criança pôde faze-lo sem arti- ica palavra, sem preencher a menor forma-

ao infanticidio, o Dr. Thulié tirou conclusões oppostas, pois as estatisticas demonstraram s: dessa natureza baixaram consideravelmen- : a França supprimiu a Roda e passou a soc- nça abandonada pelos meios já referidos. i de que a Roda não impede os infanticidios uencia com que recebe cadaveres de crianci- as desses attentados. *o que heu*

, escreveu Thulié, "que motivou a vigilancia irante certa época, para que, sobre o asylo de- justiça franceza tivesse sempre os olhos icenta: "a mãe que mata o filho, tem empenho a gravidez; não deseja ser assistida no parto; tir o sigillo, suffoca o pequenino ao nascer, e, i que se ouçam os primeiros vagidos. Não irá quanto elle vive, porque poderiam ouvir os seus o levará depois de morto, vestindo cuidadosa- daver".

da não impede, pois, os males que toda gente itar; é, ao contrario, obstaculo ao bem que todos er. maior inconveniente, e seu grande delicto, está ão absoluta que impõe entre mãe e filho.

Para documentar-se na campanha que ora se empe- nha, afim de supprimir a Roda na Capital do seu Estado, o Doutor Martagão Gesteira escreveu a varios professo- res, pedindo que respondessem aos quesitos seguintes:

- 1.º Existem funcionando nessa cidade as chamadas Rodas de Expostos?
- 2.º Em caso affirmativo, projecta-se supprimi-las?
- 3.º Se não existem ou não funcionam, quando foram abolidas?
- 4.º Qual é a opinião do preclaro collega sobre o modo de receber os expostos?
- 5.º Deve ella, em seu douto parecer, ser conservada ou terminantemente prohibida?
- 6.º Por que processo lhe parece preferivel seja feita a admissão dos expostos nos estabelecimentos destinados a recolhê-los?

Vale a pena transcrever, na integra, as cartas res- pondidas, as quaes traduzem a opinião dos maiores pueri- cultores da actualidade.

O Professor Pierre Nobécourt, lente de clinica medica infantil da Faculdade de Paris, respondeu: "Je trouve votre lettre en reprenant mon service d'hôpital. Ceci vous explique ma réponse tardive à votre questionnaire.

Je vous donne les réponses aux questions posées.

- 1) En France, il n'existe plus de Tour pour l'aban- don des enfants.
- 2) Son retablissement n'est pas désirable.
- 3) A Paris, le Tour a été supprimé en 1861.
- 4) Le Tour doit être définitivement supprimé.
- 5) La méthode préférable pour la réception des en- fants est un bureau ouvert, où les mères sont invitées à donner des renseignements n'étant pas obligatoires. Beaucoup des parents sont heu-

ue sont dévenus leurs

ex-lente de clinica de
ene infantil da Facul-
; assim sintetizou a

n'a demandé de vous
re de 19 août dernier.
ie, les renseignements

la loi de 1811, n'existe

é à Paris en 1862.

inconvenients:

mère;
r les divers moyens mis
idon de son enfant (re-
maternelle où elle peut
-).
finitivement abandonné.
; à notre avis, est celle
juin 1904).

sept mois est reçu sans
libre de répondre ou de
que lui sont posés dans
onne chargée de la rece-
local où la mère est reçue
andons. Pas de témoin,

l'abandon est aussi facile
les inconvenients du Tour.
donner a plus de sept mois,
enquête administrative.
surtout la circulaire minis-
nt tous les renseignements
des abandons."

O Professor Leon Velasco Blanco, docente de patho-
logia infantil da Faculdade de ciencias medicas de Buenos
Ayres e director clinico da Casa de Expostos, respondeu:
"Con mucho placer contesto a su carta del 5 de Agosto y
le manifesto que el torno o "Roda" fué abolido hace va-
rios años en esta capital, segun mi modo de pensar con
mucho criterio; exigiendose, bajo penas severas, que los
padres o parientes depositen personalmente y por el tiem-
po solo absolutamente necesario los lactentes que no pu-
dieran alimentar. Ese depósito se hace en un estabele-
cimiento especial que ud cabe conocer y que infelizmente
aun lleva el nombre de "Casa de Espósitos" que á mi modo
de ver debe borrarse hasta ese nombre.

"En cuanto a los niños abandonados en la calle, es
la policia quien se encarga del depósito, tomando las me-
didas necesarias para encontrar a los que hacen abandono
del niño criminalmente.

"Creo que debemos fomentar en lo possible, mi esti-
mado professor, la permanencia del recien nacido al lado
de su madre, a fin de que el cariño áquirido con el andar
del tiempo le impida el abandono de su hijo. Para esto es
indispensable protegerla moral y materialmente a fin de
que nadie vea en la maternidad un oprobio o una carga
impossible de sobrelevar. Con este fin se han creado en
Buenos Aires "Asilos Maternales" en los que se recibe,
alimenta y se suministra toda a classe de ayuda a toda
madre soltera pobre o abandonada, sin preguntarse su
procedencia, religion", etc.

Finalmente, o Doutor Luis Morquio, o grande profes-
sor sul-americano, o chefe da prestigiosa escola de pedia-
tria uruguaya, estendeu-se mais do que seus collegas, e
respondeu a seguinte carta, verdadeiro libello contra o
retirico instrumento: "Nada es más agradable que satis-
facer los deseos del colega y amigo, tanto más por tra-
tarse de un assunto de protección infantil del mayor in-
terés.

"La cuestión estaba un poco lejos de mi recuerdo, des-
pués de haber absorbido largo tiempo mis preocupaciones

184

253

186
186
hasta llegar a soluciones y con finalidad.

nté a la Dirección del a Memoria de la Cuna como médico, correspondiente, que comprende desde el de 1902.

ublicar por la Comisión volumen de 250 páginas, estudios de los En esta Memoria de rno, con las siguientes

en el servicio en dos, ilizando detalladamente, rticularidades que éstos os también opinar sobre os niños, tanto más que unetida al debate público: rno ha pasado un men- upresión del Torno.

Asilo yo no ejerzo otras, icer mi conciencia en cir- se hace comercio, porque nysterio; yo no sé si ocul- lesionado, grave o muer- cómo son lanzados al Tor- pensar sobre la intención

de la profilaxis. Con la ontramos de los anteceden- arantirmos, complicando la nunca seguros si una en- le se oculta en una aparente anencia del Torno y esta- yoría de los expósitos que te sin el mantenimiento del

secreto, ante la presencia de un ser humano, que fuera mudo y surdo como el Torno, pero que bastarán sus ojos para despertar escrúpulos de conciencia y detener el delito, la ofensa al pequeño y débil ser, que en ningún caso debe permanecer impune.

"La supresión del Torno, por un secreto con garantía personal, cuando lo exijan las circunstancias, la admisión del niño completamente libre en todos los casos, no disminuirán las entradas al Asilo, pero mejorarán la suerte de los niños destinados al abandono, que serán presentados en condiciones más satisfactorias, y se conocerá mejor la calidad de los niños que ingresan.

"La primera condición, de la supresión del Torno será para nosotros bajo la base de la creación de una Maternidad (Diremos paso que en este momento sólo existía un servicio de obstetricia bastante defectuoso, en el Hospital General).

"Suprimido el Torno en que condiciones debe hacerse la admisión?

"Antes de suprimir el Torno, hay que considerar si lo que se proyecta no puede ocasionar perjuicios a los niños. Entendemos que será así siempre que se dificulte a la madre el abandono del hijo.

"Ha sido la eterna discusión entre los partidarios y adversarios de la supresión del Torno. Los primeros han vencido, puesto que el Torno ha sido casi totalmente suprimido en todas partes, y los segundos no han podido probar que la supresión del Torno ocasionara un aumento de los infanticidios.

"Para llegar a estos resultados, los partidarios de la supresión del Torno han rodeado a la madre de protecciones y de garantías, a fin de que ella pueda llegar a término su embarazo, y como de lo que se trata principalmente es de garantizar la vida del niño, se ha desarrollado cada vez más una corriente filantrópica, cuyo fin será la supresión del expósito.

"Socorrer a la madre a todos sus momentos, a fin de que el abandono del hijo no se produzca, es la tendencia más humana y el grado más alto de la filantropía. La realización absoluta de este ideal, lo que propiamente puede lla-

no se comprende, mucho se progresa

no tiene otra proporción que lo representa a una nutriz y

en que esto es por la ignorancia, que se evita el abandono

nutriz de su hijo. despierta en la más pura fisiología

qué condición debe

el abandono del niño

ión de una Oficina namente abierta, a o de señoras de la rán obligarse al ser se hará para cada voluntario.

as estas medidas, la importante, porque, en beneficio de la bien organizadas, se er la reforma, seguir fantástica, un infante

re y ser reemplazado

niño en cuanto fuera

de su hijo. Director del Asilo de Ex-

188

positos y Huérfanos y tratamos de poner en práctica nuestras ideas, de acuerdo con lo que acabamos de expresar, agregando una mayor experiencia y un mayor conocimiento de la cuestión.

"He aquí lo que consigna nuestra memoria del año, referente al *ingreso*, publicada por la Dirección de la Asistencia Pública Nacional:

"En el ingreso del niño hemos realizado de inmediato una modificación fundamental, reclamada por exigencias de humanidad y de civilización. El ingreso se hacía por intermedio del Torno y de la Secretaría. Pero el mecanismo que empleaba esta última era complicado, había exigencias inconvenientes para el caso, que explicaban, además de otras circunstancias, el hecho cierto, de que casi todos los niños ingresaban por el Torno.

"Fácil nos fué corregir esta situación, facilitando los ingresos por intermedio de una Oficina de Admisión, previniendo a la vez de estas facilidades a las personas que traían los niños al Torno.

"Nuestro deseo de acuerdo con convicciones arraigadas, hubiera sido hacer desaparecer completamente el Torno, borrando su existencia, pero esto no era práctico dada la costumbre inveterada de nuestro medio, y no estaba tampoco en nuestras manos el poder realizar esta obra civilizadora.

"Sin embargo el ingreso de los niños se ha venido efectuando con presidencia del Torno, al extremo de que puede considerarse como suprimido.

"Así como la costumbre lo mantenía, a falta de un medio más humano para realizar el abandono del niño, la falta de funcionamiento y las facilidades de colocación del niño en otras condiciones que hoy existen, lo harán desaparecer definitivamente, sin que esto haya originado perturbaciones de ninguna especie.

"Parecía que este procedimiento podía ocasionar perjuicios a estos niños, y de todas partes sentíamos la objeción y el temor, pero nuestra convicción estaba hecha desde hacía mucho tiempo, la habíamos manifestado y publicado repetidas veces: el Torno además de sus inconvenientes, no respondía a ninguna necesidad imprescindible.

25

mente estas asser de ninguna espe del Torno, ha bu ácter vejatorio que frecuentemente en do, como veremos abandono y buscar orregirlo.

l social y no puede n; la existencia del usas reales, mante principio científico y

sereno en la puerta odo persona que trae la Oficina de Admi do sin ninguna exi resistencia en los diez y hoy puede asegurar

1. :cuencia una modifca ingreso de los niños; almente de noche, ex s de este hecho, consi cido casi siempre, por que servían de corre e de día en su mayor entegra del niño ha ido o si se quisiera ocultar realmente impreso en el del Torno todo lo cubría, ños son presentados en is, atendidos y vestidos

:sta cuestión acumulando no habia hecho sino arrai orno no es necesario; los

niños vendrán con la misma facilidad a una Oficina de Admisión debidamente organizada.

“De los 476 niños, admitidos desde el 1.º de marzo hasta el 31 de diciembre, ni por uno solo se hicieron dificultades para su admisión por la Oficina; casi todos estos niños eran destinados al Torno.

“El temor del infanticidio estaba de antemano descontado, pero para evitar esa posibilidad, sobre todo en los primeros momentos, es que colocamos el sereno en la puert del Torno, con el objeto de dirigir las personas que traían al niño hacia la Oficina correspondiente, que funcionó a toda hora a las órdenes de la Intendente.

“La admisión es libre y se invita a las personas que traen el niño a contestar voluntariamente al interrogatorio para llenar el boleto de admisión.

“Procediendo de esta manera, no habia motivos para temer el infanticidio, porque ninguna dificultad se oponia a la admisión del niño, considerando que cuando la separación de la madre y del hijo está decretada por causas superiores, la vida del niño corre serio peligro.

“Los hechos nos han demostrado que nuestras previsiones eran fundadas; no obstante la transformación operada, que fué considerable, los niños continuaban llegando poco más o menos en la misma cantidad, estableciéndose una corriente espontánea hacia la Oficina de Admisión, cada vez más marcada, y durante este tiempo ningún hecho ha dado lugar a que se comentara por la prensa o particularmente las inconveniencias del sistema implantado.

“Hay algo más importante que corrobora nuestra afirmación. Hemos averiguado que durante el año 1911 ha ocurrido en la ciudad de Montevideo un solo infanticidio.

“Esta es la prueba más palpable de que la supresión del Torno, realizada en condiciones debidas, no ha aumentado los infanticidios, desde el momento que éste, casi puede decirse que no han existido.

“La Oficina de Admisión ha venido realizar, pues, esta suprema necesidad moral y humana, de propender a la vinculación de los seres, nacidos para vivir unidos, especialmente en los primeros momentos de existencia. Pero no es esto sólo; ella permite además estudiar las causas del abandono, para evitarlo en cuanto sea posible. La profilaxis del niño abandonado es hoy una cuestión social, filantrópica y científica, de primera importancia, a la orden del día en los Congresos especiales; esta profilaxis se realiza por la protección a la madre en todas sus formas, y uno de los procedimientos que mejor la sintetiza, es la madre paga como nodriza de su hijo.

“Es éste un tema demasiado vasto para ser tratado en un simple informe, pero basta enunciar su naturaleza, para comprender la magnitud del problema.

“Como podría realizarse esta profilaxis, con la existencia del Torno en la forma en que lo pretenden sus partidarios, y en la forma en que lo hemos visto funcionar en el Asilo, durante muchos años, cuando el antiguo regimen, donde el niño que concurría por la puerta no era admitido, y se le exigía a la madre o a la... persona que lo traía, que lo fuera a depositar en la canastra?

“En mi Memoria de 1911, se da cuenta detallada de la situación de esta Oficina durante ese año, consignando los espléndidos resultados obtenidos; en lo que va de este año, no se ha hecho sino continuar en la vía trazada, ampliándose los servicios, cuya acción benéfica no puede discutirse.

“Clasificación de los menores de 4 años, ingresados desde el 1.º de enero de 1912 hasta septiembre 20 del mismo año:

Amparados	256
Abandonados	134
Huérfanos	22
Indigentes	19

“Este cuadro nos indica, desde luego, una cosa, y es la clasificación de niños, en forma que permite conocer las

a realizar una
profilaxis del
ono, buscar los
a creado la Ofi-

tiempo iba a po-
tiene como base
por la Oficina de
tección a la ma-

odos los detalles
endidos obtenidos
ito, despertó una
repetían los anti-
in tener en cuenta
a la infancia, que
la madre.

que había adopta-
tente.

en una Real Cédula
diciembre de 1796.
el Art. 2364: Que-
leyes y costumbres
aterias que forman

el Torno, su funcio-
posiciones administra-
En Francia el Torno
dmisión en 1868 y la
i en 1905.

estros país la ley ha
ntenia, como en reali-

estros procedimientos,
septiembre de 1912, a
ción del Asilo de Espó-
nemente nuestras ideas,
norancia:

193
ra posible. Como sabe a que causas

os que los abandonan a la cuarta edad, y de estos niños que si algo hemos consejados, y la ignominia en muchos casos. resentó tratando un esa misma persona no objeto, pero con ricular, manifestáncoincidencia, y que uulo. Llamada ésta, taba gravemente enraer al niño, — todo e admisión.

iora, que se titulaba illa era la verdadera nsejo de la persona a, pero le había sido e se ocupaba de eso,

rado repétidas veces, moral, impidiendo la orno, que sólo persiestas pobres mujeres le ideas falsas.

se el Torno es un inipunidad. Y nos heilito difícil de probar, acidos entrados muermaltratados de toda et más deplorable es-

tambien de otra maijos para colocarse de

asias; es justo que la Asistencia Pública cargue con este niño, lo alimente a pecho a sus expensas, es decir, gastando \$12 por mes, para que la madre, críe al niño de una familia pudiente y reciba por ello una buena soldada?

“Con la Oficina de Admisión, estos abusos se evitan en parte, y toda vez que sabemos que la madre se va colocar de ama, la obligamos al pago del mantenimiento de su hijo.

“Siempre se ha dicho, que nuestro Torno servia de refugio a muchos niños abandonados de Buenos Aires; el Torno allí no solo ha sido suspendido, sino que para admitirse el niño en la Casa de Expósitos, debe justificarse en cada caso la necesidad de su ingreso. Estos hechos se han producido y se siguen produciendo, — aunque en mucho menor grado, — como lo demuestra un ejemplo reciente.

“Una mujer se presenta con una criatura para depositar; viene acompañada de otra persona que dice ser su prima; las dos han llegado el mismo día de Buenos Aires.

— El niño pocos días y ha nacido a bordo; la madre venia de Europa, expresamente para dejar su hijo en la Casa de Expósitos y colocarse de ama. — Pero la Casa de Expósitos de Buenos Aires, no se la admitia sino a condición de que ingresara tambien la madre, lo que no estaba en sus conveniencias; entonces deciden traerlo a Montevideo. No estaba en nuestra facultad rechazarlo, no obstante el evidente abuso; el niño fué admitido, y la madre y la prima partieron el mismo día para Buenos Aires.

“Queda dicho, que no se pone obstaculo al ingreso del niño, cuando este ingreso está decretado por causas superiores. En nuestra Memoria, hemos estudiado detalladamente esta cuestión, que los hechos mismos no han hecho más que confirmar; la causa por excelencia, que determina el ingreso del niño, es la madre soltera, sin familia, sin recursos, y que necesita la vida con el trabajo; generalmente es una sirvienta.

“La Oficina de Admisión nos permite, fuera de estos casos, analizar hechos, corregir errores, malos consejos, y

Report de abandonados

o el motivo de
idos, sólo tene-
actuado un mal
a bastado para
ras veces, y eso
an al Asilo, en-
pecho, por con-
e es indiscutible
limentación que
creo que pueda
caso a satisfacer
cunstancia con-

n benefactora del
ás simpático. —
realizando en for-
se protegen 119
164 niños.

omos el siguiente
gresado, costaria
no); hoy cuestan
arte, poco más o

ar un fin moral e
r la madre, el se-
uidar la cuestión
lades del Estable-
ados a debatirnos

alimenticio, lo rea-
itro Consultorio y
mente el alimento
idad del niño. Se
ños atendidos en la
iente 73 litros 500

“Finalmente, mantenemos en el Establecimiento, con sus propios hijos, 8 madres solteras hasta tanto puedan ser colocadas a domicilio.

“Además, la organización de los servicios médicos y de las policlinicas generales y especiales atienden la necesidad de numerosos niños, evitando en muchos casos su separación de la familia, entre ellos 90 han sido hospitalizados en las enfermarías de la Casa Cuna.

“Estos son los resultados obtenidos en el presente año por la Oficina de Admisión en su acción benefactora y de protección a la primera infancia”.

“Quedan aquí consignados a grandes rasgos los hechos e ideas que sirven de argumento a la situación actual del Asilo, en sus relaciones con la admisión del niño, y las ventajas obtenidas en las modificaciones que se han implantado.

“Consideramos que el momento es oportuno para que la Asistencia Pública, posesionada de la necesidad moral y material de suprimir radicalmente el Torno, gestione los Poderes Públicos la sanción de una ley que así lo determine para honor de nuestro país y de la civilización.

“En conclusión, debo informar al señor Director, que el Torno existe libre al servicio público, sólo que la Oficina de Admisión, debidamente organizada, ha venido haciendo innecesaria su presencia; y por esta razón, su funcionamiento puede considerarse como suprimido, demostrándose con esto su inutilidad y su inconveniencia”.

* * *

Se não bastasse a opinião desses eminentes pediatras, encançados na luta pelos direitos da criança abandonada, acrescentaria que a Roda deve desaparecer do nosso Instituto, porque a sua presença infringe o artigo 15 do Código de Menores que determina “dever a admissão de expostos á assistência ser feita por consignação directa, excluído o sistema de rodas”, e por que desobedece ainda

196

268
259

Relatório do ano de 1937 a apresentado a
Mesa com junta em 20 de junho de 1938 - 198
Relatório do Irmão Mordomo do Asilo "Sampaio"
por Vianna "

262
260

Dr. JOÃO MAURICIO DE SAMPAIO VIANNA

IRMAO MORDOMO DO ASYLO DE EXPOSTOS

Por um lamentavel equivooco na paginação do relatório do anno de 1936, deixaram de ser incluídas n'aquelle volume as referencias á morte do saudoso Irmão Protector, Dr. João Mauricio de Sampaio Vianna, Mordomo do Asylo de Expostos, fallecido nesta Capital em 30 de Maio de 1936 e as homenagens prestadas á sua memoria na sessão de Mesa Administrativa, de 5 de Junho de 1936.

Fica reparada essa involuntaria falta com a transcripção do seu necrologio, lido na sessão de 5 de Junho de 1936.

Necrologio do Irmão dr. João Mauricio de Sampaio Vianna, Mordomo do Asylo de Expostos, lido pelo Irmão Dr. Synesio Rangel Pestana, na sessão da Mesa Administrativa de 5 de Junho de 1936

Exmo. Sr. Provedor. Carissimos Irmãos.

Cumpro o ingrato e doloroso dever de comunicar oficialmente á Mesa, o fallecimento nesta Capital, no dia 30 de Maio, do nosso dedicado companheiro Dr. João Mauricio de Sampaio Vianna, mordomo do Asylo de Expostos ha 32 annos e mesario desde o anno de 1900.

Character integro, coração generoso, alma nobre, eram os caracteristicos de sua inconfundivel personalidade. Só

no 16.306, de 31
minantemente.

lembrar que, em-
lactentes expostos
admissão, a assis-
pre mancha triste
e attestado huma-
ivo humanitario e

m os meus melho-
ostetos de elevada

o-adjuncto:
TE BASTOS

a sua physionomia
 a, nasceu o nosso
 or da Bahia em 7
 zes de idade veio
 ando pae, transfe-
 iz e nessa cidade
 s no famoso Col-
 eparatorios exigi-
 cursos superiores,
 o, em 1886. No
 al escola paulista,
 s juridicas e so-

om a Exma. Sra.
 ta Dr. Clemente
 ldade de Direito,
 deve o nosso Es-
 allação de servi-
 to.

a intimidade de
 tegrou-se de tal
 om os interesses
 le pouco tempo,
 os de Piratinin-
 le suas preroga-
 monia entre os

dias de sua no-
 rativos e electi-
 lvogado, impon-
 ia, pela sua cul-
 eita integridade

nerosidade sem
 a de cultivar a
 onhecer de per-

to essas elevadas qualidades que elle procurava occultar na sua modestia encantadora, que quasi se aproximava da humildade.

Serviçal, dedicado até ao sacrificio ás pessoas de sua estima e ás causas que o empolgavam, servia de preferencia e até com certa volupia, aos humildes, aos desprotegidos, aos desgraçados, entre os quaes tinha grande numero de amigos que por elle tinham veneração e aos quaes amparava com fidalguia.

Dessa sua tendencia nativa para o bem, aprimorada pela educação religiosa que o tornou um praticante convicto da doutrina christã, derivam o seu amor pela Santa Casa, especialmente pelas creanças abandonadas e o seu prestigio entre o povo humilde da nossa terra.

Aquella sua predileção pelas creanças o indicou para o cargo de Mordomo do Asylo dos Expostos, para o qual foi eleito em 1904, em substituição de outro saudoso irmão nosso, Alberto Vieira de Carvalho, que foi o remodelador e talvez mesmo o creador do novo Asylo installado na Chacara do Wanderley.

O que foi a sua actuação nos trinta e dois annos ininterruptos de sua proveitosa mordomia, não preciso dizer-vos, pois está na consciencia de todos nós o valor d'aquelles extraordinarios serviços. Sob a sua immediata orientação e direcção construíram-se novos pavilhões dormitórios, salas de aulas, refeitório, cosinha, lavanderia, Capella, enfermaria, casa de moradia de empregados, demolindo-se a velha casa da Chacara Wanderley, á proporção que, do seu esforço e da sua dedicação, iam surgindo uma a uma as novas installações, que fiseram d'aquella dependencia da nossa Irmandade, umas das mais lindas joias do nosso escrinio.

E que diser do seu amor verdadeiramente paternal pelas creanças alli asyladas? Conhecia-as uma por uma, sabia-lhes os nomes, os seus defeitos e as suas qualidades, porque estudava attentamente a psychologia de cada uma, nas suas frêquentes e demoradas visitas, quasi diarias. Acompanha-

200

263
261

risco e intellectual d'a-
 considerava o Asylo
 Era um encanto pre-
 as festas de Natal, que
 ndo á distribuição dos
 ore de Natal, festa es-
 que constituia a sua
 imento, as moças que
 uas afilhadas de casa-
 regos fóra do Asylo,
 ra em estabelecimentos
 cações ou empregava,
 prestígio social, conti-
 com a sua protecção,
 elizes, rapazes creados
 o Vianna, alguns for-
 ; outros, funcionarios
 nomicas federal e es-
 es, no Exercito, etc.,
 u protector attento e

vam no Asylo, a bem
 filhados do nosso sau-
 dar ao seu dedicado
 rratidão.
 ue se collocaram, que
 ção e ao esforço do
 m bom numero d'elles
 ctual, ás más qualida-
 ersas com que vieram
 la. A esses tambem
 nosso querido com-
 a censura merecida,
 a, que elle julgava de
 uniar, do seu bolso
 ara o tratamento do
 aveis, illudindo a boa

fé incorrigivel d'aquelle enorme coração. Quantas vezes
 eu o vi dirigir-se á policia para obter a liberdade de ex-
 asylados, que commettiam delictos ou contravenções passi-
 veis de correcção policial, assim como ir a juizo defendel-os,
 desde a alçada dos juizes de paz até ás varas criminaes e
 civeis?

E tudo isso graciosamente, de boa vontade, como quem
 cumpre serenamente um dever a que não se deve furtar.
 Agia sempre discretamente, sem chamar attenção para o
 seu trabalho, com o pudor do homem verdadeiramente mo-
 desto que não quer que venha a publico a sua ação, aliás tão
 nobre e tão digna de ser conhecida.

Hoje que a sua modestia já não pode ser attingida, eu
 que tive a fortuna de trabalhar ao seu lado durante vinte
 e sete annos, como chefe de clinica do Asylo de Expostos e
 que privei de sua amisade desde a minha adolescencia, já
 bem afastada, posso dar o meu testemunho dos seus actos
 de philantropia, de bondade, de inexgotavel generosidade e
 o faço gostosamente embora com grande emoção.

O Asylo de Expostos foi o grande theatro de sua acción
 benemerita, mas não foi só alli que se evidenciaram os seus
 serviços á Santa Casa. Durante os seus trinta e seis annos
 de Mesario, nenhum de nós foi mais assiduo ás sessões,
 aceitando de boa vontade todas as commissões especiaes
 para que era designado, estudando as mais variadas questões
 que aqui se apresentaram, dando o seu parecer criterioso e
 bem medido sobre os assumptos sujeitos ao seu exame.
 Substituiu por mais de uma vez o Mordomo do Hospital
 Central, o saudoso e inolvidavel Alberto Sousa, em longas
 interinidades. Interessava-se pelos outros asylos, como o
 de Invalidos. Pelo Sanatorio Vicentina Aranha, de cujo
 dedicado Mordomo foi um velho e fiel amigo, sempre ma-
 nifestou predilecção, visitando-o a miudo. E assim devia
 ser, porque contribuiu com o seu trabalho e com o seu con-
 selho para todas as festas, kermisses e subscrições promo-
 vidas por Alberto de Menezes Borba, para obter os recursos
 com que foi construido aquelle esplendido Sanatorio.

ZOH

262

por Sampaio Vianna, apaz, foi a liquidação Duro, doados á Santa n'aquella ardua Comiçãõ com o seu formiçõmento pessoal. Duina dirigiu o Departaede diariamente, abandia e os seus interesses e aquella pesadissimaço foram brilhantes, ile serviço, a deshonesta e o brilho de obra nivel do nosso honrao levou ao leito, onde mezes e do qual não pressada por esse abalo e fatal traumatismo. re papel de grande desigio, justamente pela a sua lhanesa, pelo seu e servir a todos que a me influencia no priçãõ filiado ao Partido Reu a maior lealdade, foi as legislaturas e vice- cargo de prefeito, por estou relevantes serviçõ seu nome incluído na Estadual, como repreo occupou o cargo de los.

injustiças, não soube lealdade de Sampaio Estadual, a direccãõ do ricto e elle com toda a u nome na chapa offi

cial, por entender que não devia disputar aos correligionarios que trabalhavam e se sacrificavam pelo partido n'um districto em que elle era um desconhecido e seria portanto um intruso, o logar que a elles competia.

Por causa dessa injustiça, que lhe causou amarga decepção, afastou-se voluntariamente da actividade partidaria, não abandonando no entanto o seu partido, que continuou a merecer a sua lealdade. Depois da queda d'aquelle partido com o triumpho da revolução de 1930, elle ficou inteiramente afastado da politica, o que não o impediu de servir ao nosso Estado, por sollicitação do actual governo, ainda no periodo da interventoria, no cargo não remunerado, membro do Conselho Consultivo.

Aqui, entre os nossos companheiros de Mesa, temos quem possa diser dos serviços dedicados de Sampaio Vianna n'aquelle Conselho, da sua assiduidade ás sessões e da independencia e dignidade com que lavrava os pareceres que devia relatar, honrando o seu passado e o seu nome impoluto. Exerceu ainda os cargos de membro do Conselho Administrativo da Caixa Economica Federal e presidente do mesmo Conselho na Caixa Economica Estadual, ambos, empregos sem remuneração.

Nomeado em 1922 chefe da Comissão encarregada do Recenseamento Geral da Republica, na secção de S. Paulo, deu desempenho cabal a essa honrosa commissão. Apreciador do bello, era amigo das artes e dos artistas, aos quaes sempre amparou com a sua sympathia e o seu prestigio. Foram seus amigos, o nosso grande Almeida Junior, o illustre Pedro Alexandrino, Oscar Pereira da Silva, Paulo do Valle Jor. e muitos outros. A sua collecção de arte antiga, é um pequeno museu artistico. Homem finalmente educado, do seu venerando Pae, que foi politico na sua provincia, a Bahia, filiado ao partido conservador, soldado e amigo dedicado do eminente chefe, o Conselheiro Barão de Cotejipe, herdou a nobresa de sentimentos e a fidalguia de attitudes, que caracterisavam o nobre Barão de Sampaio Vianna. Trouxe para o seu lar o perfume dos costumes

ANEXO N.º 2

202

206

Relatório da
 Diretoria do Asilo São José - Diretora: A
 D. Leopoldina Saraiva

Exmo. Sr. Dr. João Leite Bastos

D. D. Mordomo do Departamento de Menores da
 Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Temos a honra de passar às mãos de V. Excia. o
 relatório do movimento do Lar São José, em 1948.

I. SECÇÃO DE INTERNAS:

A. — Movimento de assistidos:
 1 — Permanentes:

	de 2 á 7 anos	de 7 á 12 anos	de 12 á 18 anos	TOTAL
Existiam em 1948	8	12	2	22
Ingressaram durante o ano	7	2	—	9
Eliminadas durante o ano	5	1	—	6
Passam para o ano seguinte	8	14	3	25
Em experiência para tutela ou adoção em 31-12-1948	4 menores

Proveniência das menores internadas no ano:

A. Berçário São João Viana	4 menores
B. Volta do Preventório Santa Clara	3 menores
C. Ordem da Mordomia (caso de Assistência Familiar)	1 menor
Total:	8 menores

Destino das menores eliminadas no ano:

A. Tutela para futura adoção	3 menores
B. Adoção	1 menor
C. Retirada por pessoa da própria família	2 menores
Total	6 menores

e Janeiro, que soffria a
 o contacto com os diplo-
 imperio. Nosso saudo-
 de nascimento, não teve,
 a, quem o excedesse no
 o com que serviu desin-
 longa, honrada e edifi-
 os á nossa benemerita
 em vida, todas as home-
 naires permittidas pelo
 ilcito irmão bemfeitor,
 tector, com a collocação
 galeria.
 s seus serviços, foram
 ns á sua memoria bem-
 aes. Alem da inserção
 profundo pesar pelo seu
 quias solennes no trige-
 a de apresentar á Mesa
 r outros Irmãos Mesa-
 postos o nome de ASY-
 loque na cadeira que elle
 nandade, uma placa com
 que exercia e o do seu

tada esta sessão em ho-
 teado Irmão.

203
202 A

204
208 A

D. INSTRUÇÃO RELIGIOSA: Nossas menores continuaram a frequentar com assiduidade os officios religiosos e catecismo na Igreja do Sagrado Coração de Maria.

Foram festejadas as festas da Páscoa, Natal, São Pedro e São José. (aniversário da casa)

Duas menores fizeram sua Primeira Comunhão. Sete menores frequentaram as "Cruzadinhas".

II. SECÇÃO DE EGRESSAS:

- A. Movimento de Assistidos:
- B. Serviços prestados pela Casa:

II. SECÇÃO DE EGRESSAS:

A. Movimento de Assistidos:	
Existiam em 1-1-1948	15
Existiam em 31-12-1948	15

B. Serviços prestados pela Casa:

Número de colocações no ano	12
Permanências no Lar	12
Total dos dias de permanência	411
Exames médicos	7
Tratamentos médicos (NO LAR)	3
Hospitalização (4 dias)	1
Operações (amigdalas e sinusite)	1
Receberam auxilio para trat. de dentes	4
Auxilio para pagamento de mens. (corte e costura)	4
Temporada em Campos do Jordão	1
Reuniões realizadas	1
Auxilio em roupas, sapatos, etc.	8
	4

C. BALANCETE DO FUNDO ASSISTENCIAL:

	DEVE	HAVER
Saldo do ano anterior		1.072,20
Pagamento de empréstimos		400,00
Quotas mensais relativas ao ano de 1948		3.600,00
Despesas: presentes, festa, aniversário, e Reis		—

25 a di A o). " c

305

209

Anexo n° 3 (P.271) - Balan - 206
ço do factário.

Anexo n° 4 (Balanco do soc
S. José).

Anexo n° 5 - Balanco do Ricarte
& despesa do Asilo Sampaio
Viana no ano de 1.948.

o balancete
- S. José)
n° 4)

268
266

207

212 R

208

212 R

Segundo MONCORVO FILHO, na sua "História da Proteção à Infancia no Brasil", pela Carta Régia de 12 de Dezembro de 1693, el-rei ordenara que os ex-postos passassem a ser alimentados pelos bens do Conselho, porque até então a sorte dos engeitados no Rio era a do abandono ao tempo, a voracidade dos porcos e cães famintos ou, quando escapos, a de ser mestra- vos de seus creadores.

Não obstante a determinação real, perdurava o mesmo terrível abandono, até a instalação da "roda" por onde passaram, em poucos anos, milhares de crianças.

4. Se, por essa época, atenderam as "rodas" a uma imposição dos princípios de humanidade vigentes, me- nos certo não é, todavia, que não logravam elas a com- pleta realização de suas finalidades.

Disso, era exemplo eloquente, no que tangia a si- tuação do próprio exposto, a Fala do Trono de 1823, quando afirmava D. Pedro I que de doze mil recolhidos em treze anos, somente mil haviam vingado; o resto morrera ou tivera destino ignorado.

Entretanto, com todos os seus danosos resultados, continuaram pelo tempo afóra as "rodas", dando aso a que delas pudesse o DR. MANOEL VITORINO afir- mar que "constituíam um matadouro de inocentes, sob o pretexto de velar a deshonra ou de amparar o crime".

5. Combatidas e condenadas pelos mais eminen- tes espiritos que versaram a matéria, as "rodas" deve- riam fatalmente afinal sucumbir, no Brasil, como já acontecera de há muito em outros países, á simples con- sideração de sua própria conveniência.

E o legislador pátrio atendeu a êsse imperativo, humano e sensato.

6

A" m la ro es s- e- z i- ue a o l- n e a e o o . .

7. Mau grado tais dispositivos legais, São Paulo, pela sua Santa Casa de Misericórdia, ainda não suprimiu a sua "roda" de expostos. E', talvez, um dos únicos lugares, mesmo no Brasil, que ainda mantém esse antiquado e deshumano regime, incompantível com o espirito social de nossa éra.

Nem contribuíram, como seria de desejar, para essa almejada supressão, as exortações e os reiterados apêlos dos ilustres patricios que estudaram o assunto e bem se convenceram da immediata necessidade de tal providência.

8. Dentre êsses batalhadores, cumpre destacar o eminente Dr. Leite Bastos, digno Mordomo do Asilo Sampaio Viana, o qual, em vários relatórios trazidos ao conhecimento da Mesa Administrativa, fez um exaustivo estudo do problema, situando-o devidamente e propondo-lhe adequadas soluções.

Nesses relatórios, sobejamente fundamentados, aquele distinto facultativo, depois de fazer uma perfeita resenha histórica do sistema, com zelo, proficiência e profundo conhecimento de causa, dirige angustiosos apêlos, para que se promova a immediata extinção da "roda", instituição cega, surda e muda, que propicia a existencia de orfãos, com pais vivos.

Bate-se ele com denôdo pela substituição do arcaico processo condenado, pelo do "Escritório de Admissão".

"A "roda", afirma "é o agente cego e frio que condena a mãe ao crime; é a sepultura moral do inocente, é o instrumento que rompe definitivamente o elo que une as duas criaturas".

"O "Escritório de Admissão" "é, ao contrário, o instrumento humano que ouve, conforta e socorre a pobre mulher, salvando o filho á beira do precipício".

210

212

209

213

211

215A

212

219A

lente
lesde
á In-
enta-

(cit.
a ser
: é a
lar a
: po-
esta-
io da
-adas

ercci-
lo re-
es do
e de-
ixar,
o, ou
o re-
quer
istra-

con-
ando
os, a
o de-
é das
fato,
tobre
siveis
gnore
-rivel

para um homem, o maior dos suplicios morais, como o têm confessado aqueles que incidiram nesta infelicidade. O registro secreto abre ás mãos infelizes uma crânova, aos expostos assegura dias menos amargos, quando puderem compreender a imensidade do seu infortúnio". (LEMOS BRITTO — "As leis de Menores no Brasil" pag. 39).

11. Por tudo isso, os abaixo assinados endossam, sem restrição, as razões apresentadas pelo Dr. Leite Bastos á Mesa Administrativa, por intermédio de V. Exa., ao solicitar a adoção da medida sancionadora da suspensão da "roda", abraçando a tese pelo mesmo brilhantemente defendida e cuja maior fundamentação doutrinária se encontra precisamente e mtais razões, pelo que julgam desnecessário acrescentar quaisquer outras considerações a respeito.

12. São, também, de opinião, que se não deve desde logo fechar, de vez para sempre, a "Roda". Esta deverá funcionar, durante algum tempo ao lado do escritório de informações, isto é, do "Escritório de Admissão".

Sugerem, apenas, que tanto a "roda" como o "escritório" sejam transferidos para o "Asilo Sampaio Viana". Haveria, com isso, a vantagem, não só para a criança recolhida, de ser imediatamente assistida e agasalhada desde logo no próprio Asilo, sem os inconvenientes, portanto, de sua permanência em local inadequado e sujeita a transporte nem sempre em condições aconselháveis, o que ora ocorre, como também para a própria organização, porque o Asilo é retirado do centro urbano, oferecendo, por isso, maiores oportunidades e facilidades ao funcionamento do escritório.

13. Na verdade, hoje em dia, a "roda" está localizada em via pública, de intenso transito, o que viria.

272
270

Z13

Z18

s ao "escrito-
nte crise inte-
sua aproxima-
de logo, sem

trepidante da
maior recolhi-
tão necessá-
ntacto com a
". Aliás, tudo
instruída, seja
de Caridade.
os vários De-
or todos reco-

ira convenien-
ecução as pro-
r uma campa-
r por meio de
de acesso, lo-
usa, como ain-
nais eficientes.

medidas que.
os abaixo as-
administrativa,
e urgência, de

a

na — relator.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Condephaat

Ofício STCR-165/95
P.Condephaat n.25.074/86

273
B-271

São Paulo, 18 de dezembro de 1995.

Prezados Senhores,

Tramita neste Condephaat o processo supra citado, referente aos estudos de tombamento da "Unidade Sampaio Viana da FEBEM e sua área verde", situada na Rua Angatuba, no bairro do Pacaembu, capital.

No atual estágio dos trabalhos técnicos, solicitamos autorização para realização de vistoria na área por técnicos deste Serviço Técnico de Conservação e Restauro, que ora apresentamos: Edna Kamide, Roberto Leme Ferreira, Silvia Wolff e Tereza Epitácio.

Agradecendo a colaboração no atendimento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,


SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica STCR
Crea n.55.198-D/RJ.

À Administração da
Unidade Sampaio Viana da FEBEM
Rua Angatuba n.756
Bairro do Pacaembu
Capital



274
R
272

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condephaat	25.074	1986	

Int.: José Eduardo Ramos Rodrigues- Sub-comissão de Meio Ambiente.
Ass.: Ref. estudos de tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM e sua área verde, situada na Rua Angatuba, capital.

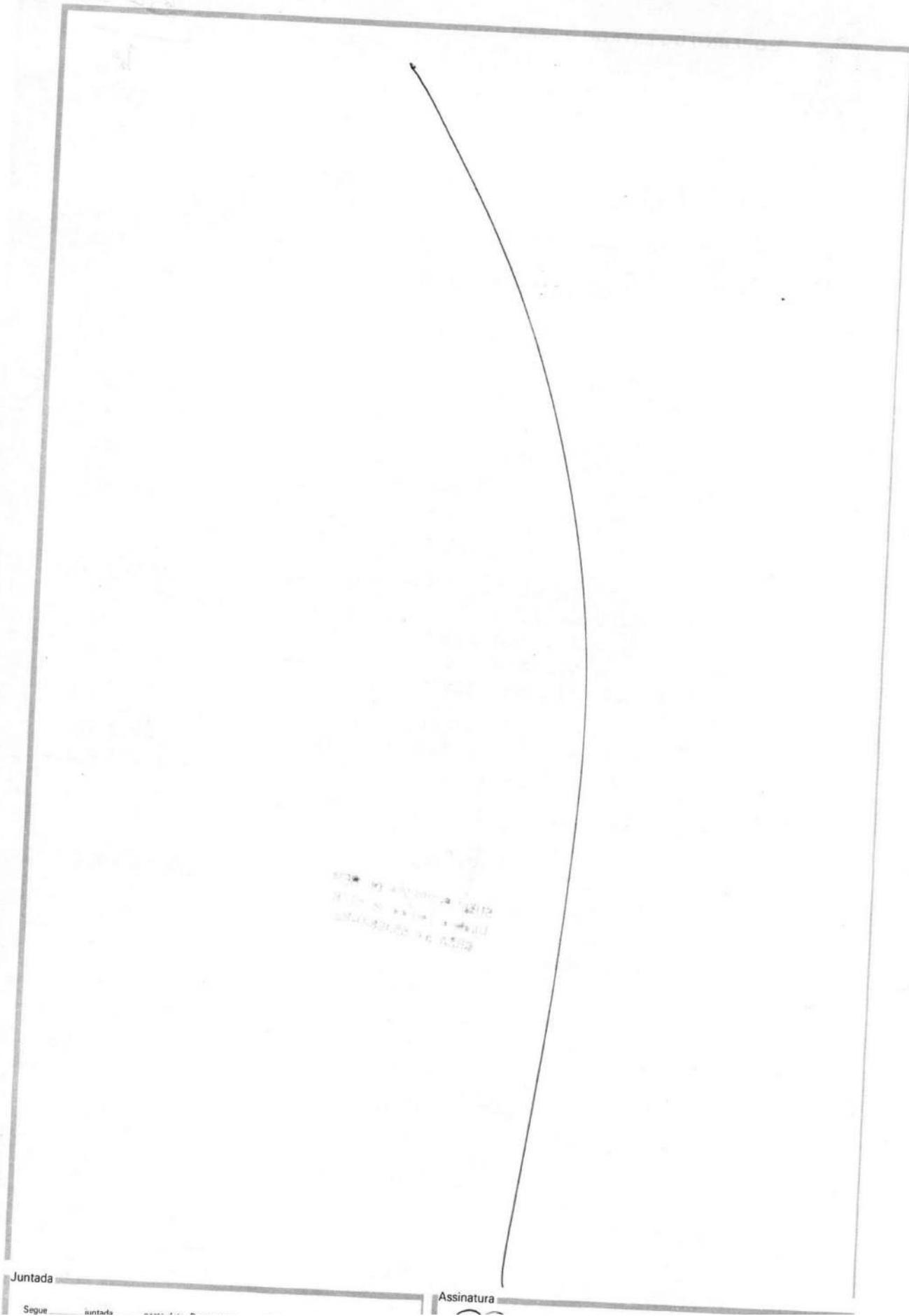
Aos técnicos Edna Kamide,
Roberto Leme Ferreira,
Silvia Wolff e
Tereza Epitácio,

Nos trabalhos de reorganização dos processos de estudos de tombamento "em tramitação" neste Conselho localizou-se o presente, ora destacado para verificação das possibilidades de prosseguimento da instrução.

Peço seja realizada vistoria na área, para atualização de informações acerca do imóvel e eventual proposta de encaminhamento dos estudos.

STCR, 18 de dezembro de 1995.


SUSLI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica de STCR
CREA n.º 55.198-D-RJ



Juntada

Segue juntada

Assinatura

275
273

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Conduplicat	25.074	1986	

Senhora Diretora Técnica,

Realizamos vistoria recente a Unidade Sampaio Viana da Febem, Antigo Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, para avaliação final com vistas a seu tombamento, já que há parecer técnico anterior conclusivo sobre o assunto.

Nosso parecer está inteiramente de acordo com o da historiadora Sonia de Deus Rodrigues, do qual este é uma complementação. (fls. 193 a 233)

Acrescentamos a seguir algumas considerações sobre as instalações físicas, fruto de nossas reflexões neste momento, feitas após vistoria e a luz do parecer técnico acima referido, especialmente de fls. 222 a 229.

Equipe de Vistoria e elaboração das diretrizes:

Arq. Silvia Ferreira Santos Wolff
Arq. Teresa Cristina Epitácio Pereira
Arq. Roberto Leme Ferreira
Hist. Edna Kamide

Fotos e Peças Gráficas

:
Arq. Teresa Cristina Epitácio Pereira

Redação:

Arq. Silvia Ferreira Santos Wolff

STCR, 23 de Janeiro de 1986

278
LW
274

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condéplacit	25.074	1986	

Parecer sobre as instalações do Antigo Asilo dos Expostos, atual Unidade Sampaio Viana da Febem, sito a Rua Angatuba no Bairro tombado do Pacaembú.

AS INSTALAÇÕES

A área hoje ocupada pela unidade Sampaio Viana foi adquirida, segundo referências neste processo, há 100 anos pela Irmandade da Santa Casa com a finalidade de abrigar crianças desamparadas, da "roda".

As instalações físicas não foram feitas de uma vez só, mas aos poucos de acordo com os recursos escassos provenientes da Santa Casa, ou fruto de intensas campanhas para angariar fundos, como as realizadas nos anos 20 pelo jornal O Estado de São Paulo.

As instalações que hoje lá estão resultam de projetos do Escritório Técnico Arquiteto Ramos de Azevedo, cujo titular era ligado à Santa Casa e teve seus honorários pagos em algumas ocasiões pelo resultado destas campanhas públicas.

Na feição atual o conjunto parece resultar de obras levadas a cabo entre o final da primeira década deste século e 1927. Depois desta data, em 1936, foi realizado serviço de terraplenagem e acerto do jardim fronteiro à entrada principal. Posteriormente poucas construções de porte expressivo foram agregadas ao conjunto.

Tanto interna, quanto externamente, a arquitetura do conjunto é perfeitamente coerente com a utilizada no período de sua realização para prédios públicos de assistência.

O prédio desenvolveu-se incorporando a um núcleo original, constituído pelo corpo da fachada principal, acréscimos de novos pavilhões separados por pátios simétricos. A articulação dos esquemas de circulação em grandes eixos constitui o elemento principal da organização da planta. Este tipo de planta, aliado ao pé-direito alto e aos cômodos amplos são responsável pelo resultado claro e arejado dos espaços internos.

214
285

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Conduplicat	25.074	1986	

A simetria que preside o conjunto deriva-se dos esquemas compositivos da tradição acadêmica, que se estende também para a linguagem arquitetônica. Esta apresenta elementos clássicos, de forma bastante despojada, utilizando poucos ornamentos.

A ornamentação limita-se à platibanda central, às vergas das janelas centrais superiores da fachada principal, aos gradis das varandas fronteiras, aos tratamentos simplificados dos revestimentos externos e a alguns poucos vitrais decorativos na escada principal, e em um cômodo de destaque, além da capela.

Na capela, centralizada em um dos pátios, a linguagem da ornamentação vincula-se a medievalismos góticos, muito típicos na arquitetura religiosa deste período.

Soalhos e forros de tábuas de madeira, portas almofadadas e corrimãos com balaustres torneados são elementos comuns à arquitetura de uso público produzida no Estado de São Paulo nas primeiras décadas deste século.

O prédio principal situa-se em meio a um parque no qual destacam-se uma paineira, uma seringueira e abacateiros de grande porte, algumas goiabeiras, além de um pomar de jabuticabeiras.

Este conjunto situa-se em uma das cotas mais altas do bairro tombado do Pacaembu, motivo pelo qual é elemento de destaque visual de muitos pontos do entorno. É circundado por uma faixa de cota inferior, ocupada por residências particulares, por uma garagem e por um barranco de aclive acentuado que se debruça sobre o vale em que se acomodou a construção do Estádio do Pacaembu, tombado por este Conselho.

Esta espécie de acrópole em que se implanta o conjunto é aspecto paisagisticamente importantíssimo, não apenas do ponto de vista do edifício estudado, mas sobretudo por ser ponto focal e de destaque sob diversos ângulos de visualização de seu entorno - o bairro tombado do Pacaembu.



Apoie o iPatrimônio: <http://www.ipatrimonio.org/apoie>

270
Fol
276

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Conduplicat	25.074	1986	

Esta acrópole tem relação paisagística íntima com o Estádio do Pacaembu. Conforme mencionado anteriormente o Asilo Sampaio Viana foi sendo completado ao longo de vários anos e com muitas dificuldades, sendo que seu parque foi realizado quase dez anos após a conclusão das obras do edifício principal. A ligação deste parque com o barranco em direção ao Estádio, mesmo sendo o conjunto tombado, poderia ser objeto de tratamento que enfatizasse esta relação através de projeto paisagístico.

A qualidade de execução do projeto do prédio estendeu-se a alguns dos elementos construtivos do qual destaca-se a excelência dos passadiços construídos em ferro e vidro pelo Liceu de Artes e Ofícios.

A solução de envidraçar os passadiços se impôs em função da vulnerabilidade aos ventos nas circulações no prédio situado em local tão alto. Isto foi feito com beleza plástica e qualidade de execução, pois estes funcionam perfeitamente, tendo sido executados por volta de 1927.

CONSIDERAÇÕES:

A preservação deste conjunto viria somar-se a outras edificações tombadas anteriormente contribuindo para a construção de um quadro para a compreensão da história cultural paulista deste século.

Com o Hospital do Juqueri, o Hospital Militar da Luz e a Santa Casa de Misericórdia mantém um diálogo bastante próximo, pois à identidade arquitetônica, soma-se a de função. A este panorama poder-se-ia acrescentar a série de escolas públicas tombadas, a antiga escola de Farmácia e Odontologia, o Quartel da Luz, o antigo Liceu de Artes e Ofícios entre outros que compõem o conjunto de prédios tombados por serem representativos dos espaços de uso público do início do século em São Paulo.

Os documentos da Santa Casa são claros ao exporem os esforços empreendidos ao longo de décadas para a construção

228
FW
277

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condrylacet	25.074	1986	

deste conjunto, que desde os anos 60 são propriedade do Estado. Os mecanismos de preservação, encabeçados pelo tombamento, se colocam como o reconhecimento da qualidade do trabalho que resultou deste empenho.

Com relação ao uso, a experiência acumulada com preservação de edifícios tem nos ensinado que o melhor elemento para conservação de prédios, o modo mais eficiente de conservação é a manutenção das atividades originais nos espaços. Este prédio vem corroborar este tipo de observação. Projetado para abrigar crianças, o prédio mantém-se absolutamente íntegro e bem conservado cuidando de crianças a despeito de seus mais de 80 anos.

Ao Conselho não cabe opinar sobre a política de tratamento de menores no Estado, mas cabe, em momento que se cogita transformações, recomendar que o uso do espaço seja o mais próximo possível deste, pois as adaptações não se fazem sem traumas para a integridade física da arquitetura.

Cabe também em momentos em que se pensa sobre este patrimônio cultural sob o ponto de vista de seu valor imobiliário, lembrar exemplos anteriores em que este Conselho intercedeu trazendo à consciência dos administradores que, quando se trata de patrimônio cultural, não se pode contabilizar com tabelas usuais de preços de metros quadrados.

A experiência positiva de inversão das prioridades que previam a venda pela USP do prédio da Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia no Bom Retiro, processo no qual este Conselho teve papel fundamental para a experiência seminal das Oficinas Culturais do Estado deve ser lembrado.

Assim como deve ser lembrado que este mesmo CONDEPHAAT já reconheceu em outros momentos o valor e a necessidade de preservação específica deste conjunto, mesmo anteriormente à abertura do pedido de tombamento, ainda na década de 70, como declara o antigo Diretor Técnico e Conselheiro Carlos Lemos.

278
278
278

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condessa	25.074	1986	

Pelo exposto, verifica-se que, conforme já expresso em parecer técnico anterior, a preservação através de tombamento deste conjunto impõe-se para a história cultural paulista, pelos motivos que se resumem a seguir:

- é marco da história da atenção à criança desamparada, resultando do esforço de várias gerações,
- é elemento de destaque na paisagem do bairro tombado, e a partir do monumento, por sua vez, estabelecem-se amplas perspectivas visuais sobre áreas tombadas,
- é representativo da arquitetura de tradição acadêmica, e dos esquemas compositivos empregados para a arquitetura de uso público das primeiras décadas deste século.
- detém elementos arbóreos de qualidade e porte significativos.

Os limites do tombamento estabelecem-se na área definida pelo percurso estabelecido em sentido anti-horário que se inicia na confluência das ruas Desembargador Paulo Passalacqua cadlog 15768-6 com Rua Penápolis cadlog 16046-6, seguindo pelos logradouros Rua Penápolis, viela sem nome até Rua Bauru, cadlog 02993-9, Rua Itaeté cadlog 09440-4 seguindo por viela sem nome até encontro com Desembargador Passalacqua e por esta até o ponto de origem.

Nesta área recomenda-se a recuperação do parque e valorização da construção principal podendo-se, inclusive, prever um acesso pela Rua Penápolis, integrando ao conjunto a área hoje ocupada por uma garagem e a área livre contígua.

O lote em que se insere o conjunto, e suas edificações, embora pré-existent à implantação do bairro do Pacaembu, nele se inserem com harmonia. É exceção a garagem, cuja demolição prevendo sua substituição por edificação de interferência menos nociva na paisagem deve ser incentivada. Também se impõem sem muita organicidade uma série de lotes contíguos à lateral esquerda do conjunto ocupados por residências e que melhor se comporiam se constituíssem extensão do parque, mas estas casas não tem o mesmo grau de

277
50
279

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Andrade Pleet	25.074	1986	

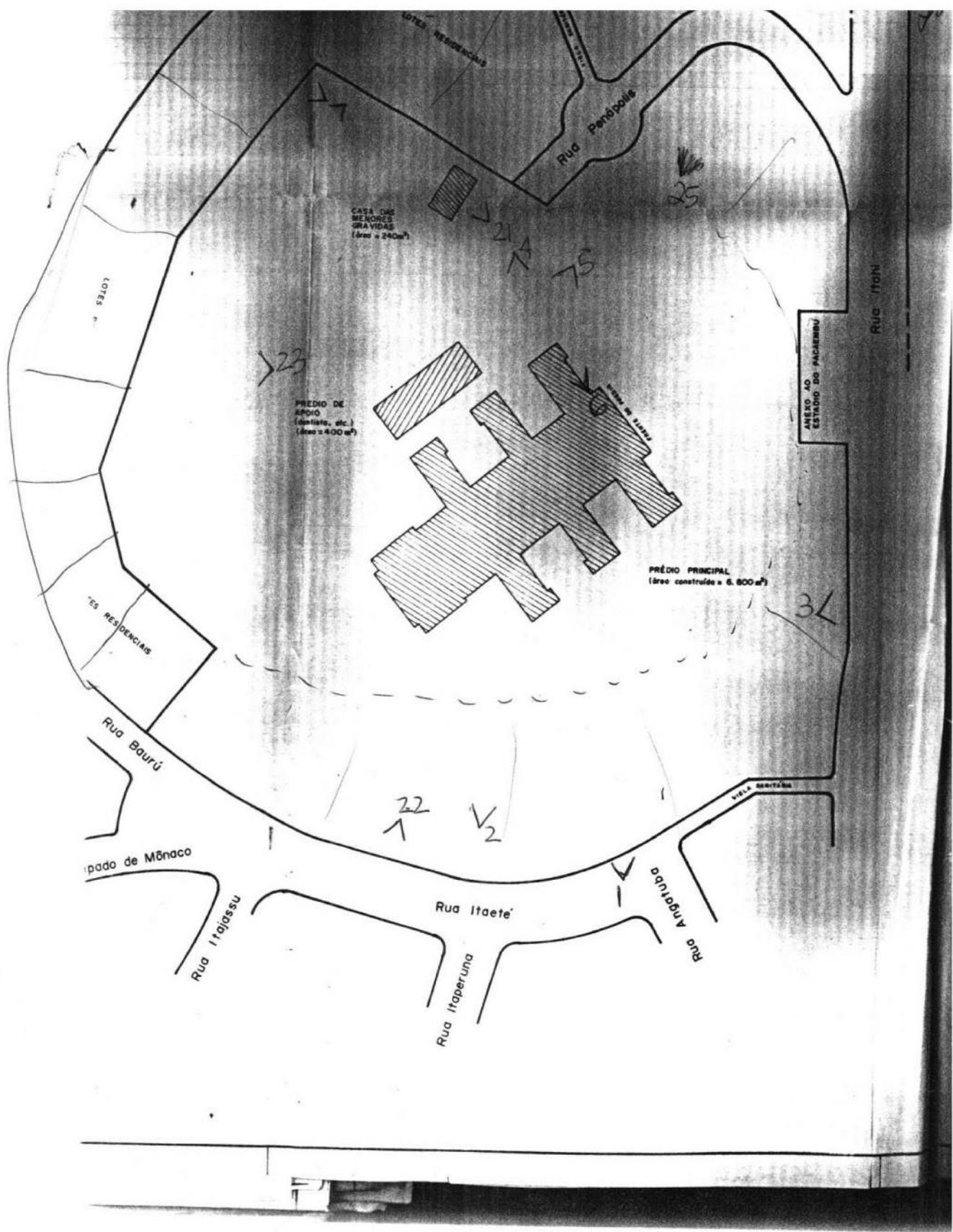
interferência da garagem que é visualizada de vários pontos do bairro.

Não se pode permitir a verticalização do entorno de maneira a garantir a permanência das relações visuais desimpedidas existentes entre o monumento e a paisagem urbana de seu entorno.

Pelas considerações acima verifica-se, conforme já exposto em parecer histórico anterior, que a preservação legal do Antigo Asilo dos Expostos Sampaio Viana da Santa Casa através de seu tombamento, representará o reconhecimento oficial da importância desta instituição no patrimônio cultural paulista.

STCR, 23 de janeiro de 1996


Arq. Silvia Ferreira Santos Wolff



INDICAÇÃO FOTOGRAFIAS

P. Condplacet 25.074/86.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

P. Condi. Preat.º. 25.074/86

Faixa de Informação

Subdivisão nº 17

286
507

283

Do

brica



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP - Modelo Oficial 17



287
Jeu

P. Landsploet
n.º. 25.074/86

284

Do



4



285
fw

285

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condephaet	25.074	1986	



5



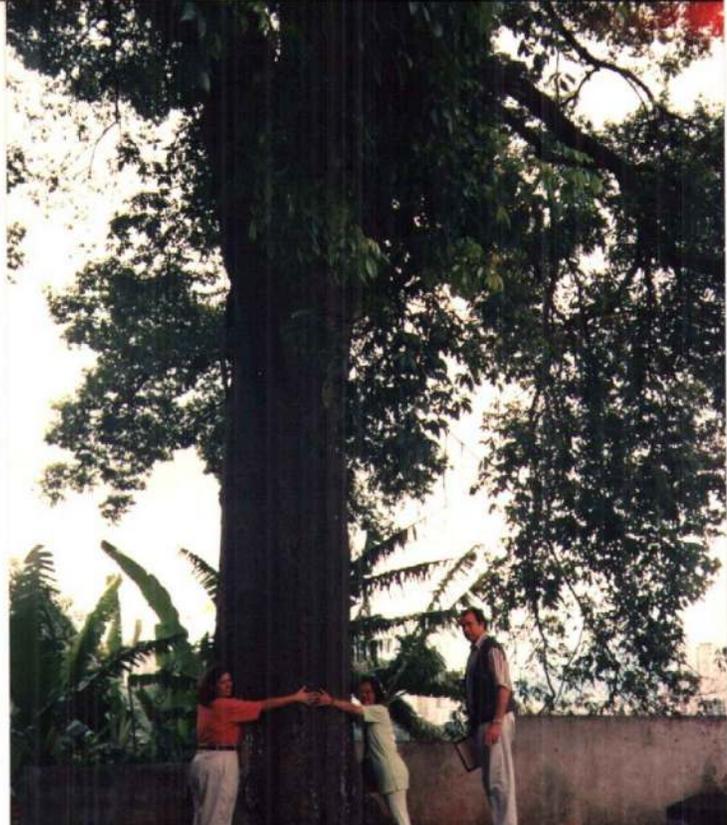


29
JW
286

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condiflect	25.074	1986	



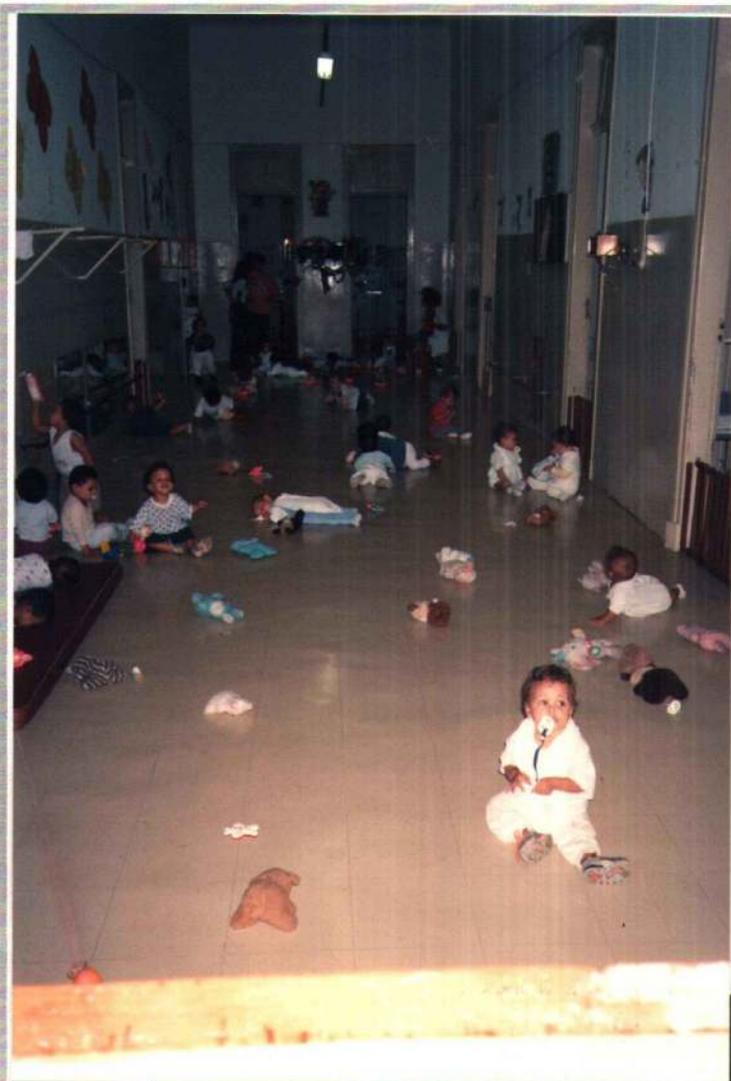
7





291
SW
287

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condylecat	25.074	1986	



9



ADO S.A. - IMESP Modelo Oficial 17



272
Juv
288

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condéplast	25.074	1986	



11





283
SW
289

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condeplacet	25.074	1986	



13

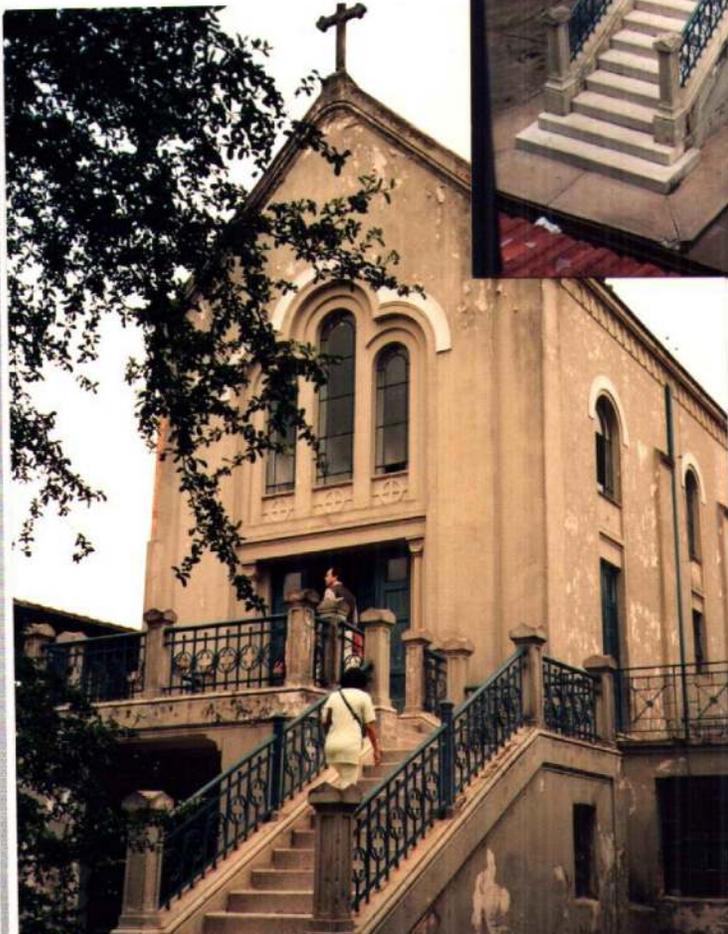


298
500

290

Do

P. Condeplaat 25.074/86



14



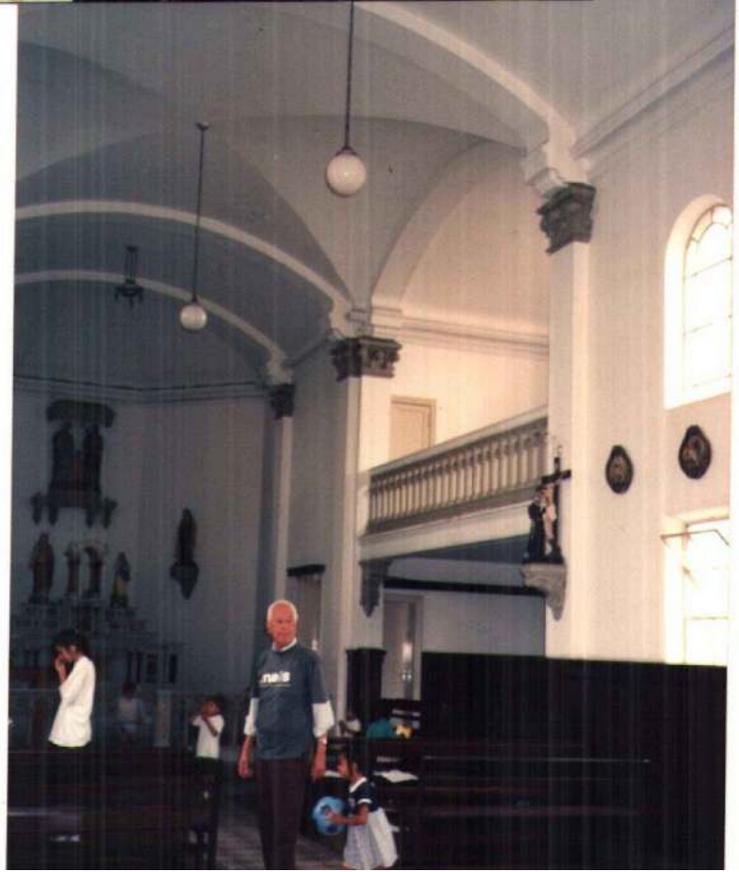
298
800

291

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condiflocat	25.074	1986	



16



ADO S.A. - IMESP Modelo Oficial 17



298
500

P. Condulcat nº 25-074/86

292



81



197
SW

293

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condifleet	25.074	1986	



19





297
294

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condeffoet	25.074	1986	



21



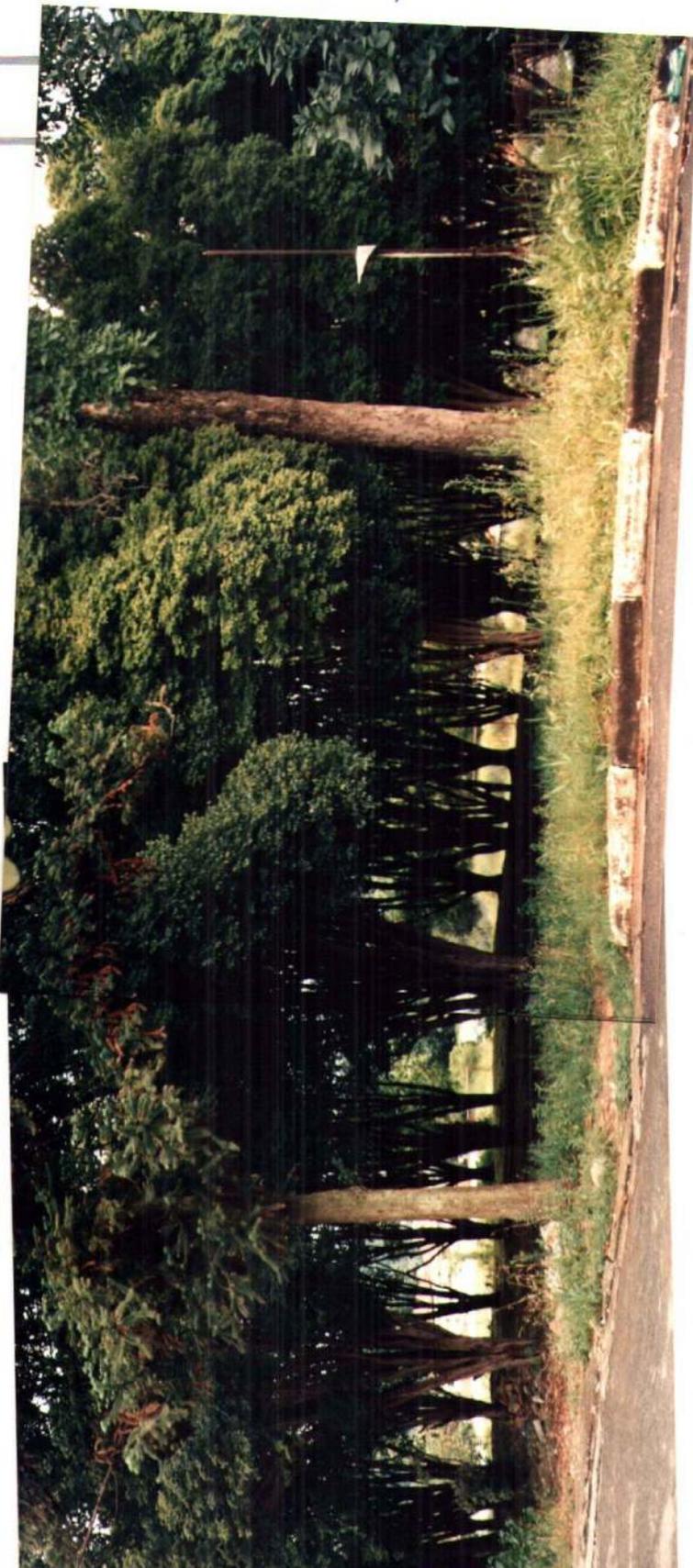


299
JW

P. Condylect v.º. 25.074/86

295

Do



23



300
FW

296

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condeplacet	25.074	1985	



24



301
FW
297

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condullect	25.074	1986	



25





202
SW

298

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condifect	25.074	1986	

MINUTA DE RESOLUÇÃO:

..., Secretário de Cultura, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo.....

..... e

Considerando como representativo da cultura material paulista o Antigo Asilo dos Expostos da Irmandade da Santa Casa, atual Unidade Sampaio Viana da Febem.

Considerando como marco da história da atenção à criança desamparada, resultando do esforço de várias gerações;

como representativo da arquitetura de tradição acadêmica, e dos esquemas compositivos empregados para a arquitetura de uso público do final das primeiras décadas deste século;

no sc. XIX

como elemento de destaque na paisagem urbana da cidade de São Paulo, em especial do bairro tombado do Pacaembú, a cuja existência precedeu já no século XIX;

e como conjunto possuidor de elementos arbóreos de qualidade e porte significativos,

Resolve:

Art 1º que, conforme expresso em mapa anexo, ficam tombados a área verde e o conjunto de edificações na área delimitada

322
FW
299

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condeffact	25.074	1986	

pelo percurso estabelecido em sentido anti-horário iniciado na confluência das ruas Desembargador Paulo Passalacqua cadlog 15768-6 com Rua Penápolis cadlog 16046-6, seguindo pelos logradouros Rua Penápolis, viela sem nome até Rua Bauru, cadlog 02993-9, Rua Itaeté cadlog 09440-4 seguindo por viela sem nome até encontro com Desembargador Passalacqua e por esta até o ponto de origem.

que, ficam tombados o prédio central, com todas as dependências, inclusive capela e prédio anexo lateral esquerdo. Exclui-se do tombamento o edifício de garagem implantado junto ao parque.

que, ficam imunes ao corte as árvores de porte seringueira, abacateiros, paineira e jabuticabeiras.

Art. 2º Sua área envoltória legal fica definida pelo percurso estabelecido em sentido anti-horário pelos seguintes logradouros: confluência das Ruas Desembargador Paulo Passalacqua cadlog 15768-6 com Rua Penápolis cadlog 16046-6, seguindo pela Rua Desembargador Passalacqua at'e Av. Arnolfo Azevedo, cadlog 02287-0, até Pça. Wendell Wilkie, cadlog 19942-7, Rua Cassio Martins Vilaça, cadlog 045552-7, Rua Itajuba, cadlog 09474-9, Rua Angatuba, cadlog 01347-1, Rua Major Natanael, cadlog 14433-9, Rua Itajobi, cadlog 09472-2, Pça. Fagundes Varela, cadlog 06884-5, até Rua Desembargador Passalacqua, em trecho que se limita com o Estádio do Pacaembu, tombado pelo CONDEPHAAT, até encontrar-se com o ponto de origem.

Neste perímetro que se insere no bairro [†]tombado do Pacaembu, além das diretrizes expressas na resolução SC-8 de 16 (19) de março de 1991, relativa à preservação deste bairro, não poderá expressamente haver contruções que interfiram na visibilidade ou que diminuam a visão da paisagem urbana existente a partir da área tombada.

P. Andrade et al. 25.074/1986.

304
B
300

Senhora Diretora Técnica

Tendo participado dos estudos que redundaram na informação histórica deste processo junto com a historiadora Sônia de Deus Bercito, hoje infelizmente fora deste Condephaat, gostaria de acrescentar algumas observações suplementares que, me parecem de importância para compreensão das resoluções de preservação sobre este bem.

Este edifício foi desenhado e construído com o fim precípuo de ser utilizado como um local de acolhimento de menores abandonados. Sua arquitetura, como bem mostrou a arquiteta Sílvia Wolff, reflete as concepções de utilização do espaço conforme os cânones científicos da época: grandes espaços, grandes enfermarias com muitas crianças atendidas, ou olhadas ao mesmo tempo. Sônia de Deus abordou também esta questão, lembrando dos estudos realizados por Michel Foucault.

Hoje as formas de atendimento aos menores mudou, e em certa medida o espaço interno do Sampaio Viana se adaptou às mudanças e às novas concepções de atendimento, tentando torná-lo mais pessoal, mais afetivo, mais próximo da criança atendida.

Por outro lado, é necessário lembrar que a Unidade Sampaio Viana se diferencia das demais unidades de atendimento da FEBEM. Em visita e vistoria técnica à unidade, fomos informados do caráter de atividade lá desenvolvido. Este edifício aloja crianças por períodos curtos pois, dada a proximidade com hospitais como o Hospital das Clínicas, e o Emílio Ribas, e dada a salubridade do local, e magníficos espaços abertos as crianças ali atendidas são em geral crianças doentes que ficam no local para serem tratadas, facilitando assim sua locomoção por vezes diária aos hospitais. Há o caso de crianças que fazem fisioterapia, crianças com câncer que recebem tratamento diário nos hospitais, e voltam para a unidade para dormir. O Sampaio Vianna atende também lactentes doentes ou abandonados, que tem nesta unidade um atendimento exclusivo voltado para as suas necessidades.

Entendemos o ônus que significa para o Estado manter um imóvel das proporções deste sanatório, localizado hoje numa área de tão grande valor imobiliário, por outro lado, deve-se lembrar que quando o edifício foi construído, a região tinha características diferentes, basta lembrar que o Hospital de Isolamento, o hoje Emílio Ribas foi também construído no início do século porque a região era então afastada, insalubre e de pouco valor comercial. A cidade mudou, o atendimento ao menor carente



~~396~~
B

302

Do	Número	Ano	Rubrica
P.Condephaat	25.074	1986	

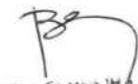
Int.: José Eduardo Ramos Rodrigues- Sub-comissão Meio Ambiente da OAB.
Ass.: Estudos de tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM e área verde, situada na Rua Angatuba, na capital.

À DT/Condephaat,
na vacância do Colegiado.

Prosseguindo conforme programado por este STCR, proposto às fls.274, segue o presente com instrução técnica realizada, em favor do tombamento do Antigo Asilo dos Expostos da Irmandade da Santa Casa, atual Unidade Sampaio Viana da Febem, conforme pareceres juntados às fls.193 a 233 e 275 a 305, com a participação dos arquitetos Silvia Wolff, Tereza Epitácio e Roberto Leme Ferreira e historiadores Sonia de Deus R.Bercito, Edna Kamide e Sheila Schvarzman.

Cabe aguardar a constituição do novo Colegiado, quando deverá ser designado Conselheiro-relator antes da análise e deliberação final pelo Conselho.

STCR, 22 de abril de 1996.


SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica de STCR
CREA n.º 55.198-D-R1

CONDEPHAAT
Em 22 / 04 / 96
Recebido por: R:
Horas: 15:30



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

303

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

AO Sr. Conselheiro

Mozilca Alves

para relatar

S. Paulo 21 / 05 / 86

GP/CONDEPHAAT, 27 de maio de 1996.

[Handwritten signature]

ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENEZES

Vice-Presidente em exercício

308
A
304

PARECER SOBRE O PROCESSO 25074/86 RELATIVO AO TOMBAMENTO DA UNIDADE SAMPAIO VIANA DA FEBEM E SUA ÁREA VERDE

A leitura das informações técnicas constantes do presente processo não deixa dúvidas sobre a importância do bem cultural em questão, seja quanto ao seu **significado histórico e social**, seja quanto às suas **características arquitetônicas**. Quanto ao primeiro aspecto, remeto-me à Conclusão da informação redigida pela historiadora Sônia de Deus Rodrigues (fls. 229/230):

A questão do menor abandonado, que hoje assume contornos trágicos, conhece sua trajetória histórica nos tijolos desse edifício, que acompanhou os diversos momentos desse processo.

Com efeito, já desde 1895 instalou-se, no terreno onde hoje se localiza a Unidade Sampaio Viana, o Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Originalmente instalado em construções precárias existentes na propriedade, passou a abrigar-se no edifício atual - projeto de Ramos de Azevedo, que fazia parte da Comissão de Obras da Santa Casa - na década de 1920. A historiadora aponta o ano de 1924 como de conclusão da obra do prédio principal, enquanto a Enfermaria, outros pavilhões de oficinas e a Capela foram inaugurados em 1929.

Trata-se, portanto, de um conjunto de edifícios **especificamente projetado** para os fins a que se destinava (e ainda se destina), isto é, o abrigo de menores abandonados. E, de acordo com o parecer da arquiteta Sylvia Wolff (fls. 276),

Tanto interna, quanto externamente, a arquitetura do conjunto é perfeitamente coerente com a utilizada no período de sua realização para prédios públicos de assistência.

A arquiteta ressalta, ainda, a **importância paisagística** do local, *não apenas do ponto de vista do edifício estudado, mas sobretudo por ser ponto focal e de destaque sob diversos ângulos de visualização de seu entorno*. Ressalta ainda a questão da **continuidade do uso original**, fator importante não só do ponto de vista da **preservação física** do bem cultural em questão, como - no presente caso - de enorme **significado social**, como se verá.

Por outro lado, cabe lembrar que o pedido de tombamento do conjunto foi suscitado justamente porque a Secretaria do Bem-Estar Social dispunha-se a vender o imóvel, atualmente localizado em área nobre da cidade. Encontrava-se ameaçado, assim, justamente o aspecto da **continuidade do uso original**. A esse respeito, a historiadora Sheila Schvarzman, que também participou da pesquisa sobre o edifício em apreço, chama a atenção para um aspecto que me parece importante justificativa para a manutenção do conjunto pela FEBEM (fls. 304):

...é necessário lembrar que a Unidade Sampaio Viana se diferencia das demais unidades de atendimento da FEBEM. Em visita e vistoria técnica à unidade, fomos informados do caráter de atividade lá desenvolvido. Este edifício aloja crianças por períodos curtos pois, dada a proximidade com hospitais como o Hospital das Clínicas e o Emílio Ribas, e dada a salubridade do local, e magníficos espaços abertos as crianças ali atendidas são em geral

crianças doentes que ficam no local para serem tratadas, facilitando assim sua locomoção por vezes diária aos hospitais.

309
705

Evidentemente, o tombamento do conjunto - isto é, o reconhecimento, por parte do Estado, do valor histórico, arquitetônico e social do bem cultural - não pode ser invocado apenas para evitar que a Secretaria de Bem-Estar Social disponha de sua propriedade como melhor lhe parecer. O **tombamento do conjunto** deve dar-se porque a história, a arquitetura e a utilização social da Unidade Sampaio Viana são significativos **até hoje** para a sociedade como um todo; deve ser tombado **também** por constituir testemunho de um momento em que o Estado dispunha-se a cumprir sua função social com humanidade e descortínio. A meu ver, essas mesmas qualidades devem continuar a nortear a ação do Estado, para o que o **tombamento** do imóvel em questão pode **concorrer**, antes que prejudicar.

Sou, portanto, **favorável** ao tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM. Para complementação das informações contidas no processo, sugiro apenas que o STCR realize um **levantamento sumário** dos vários imóveis que compõem o conjunto, estabelecendo o **grau de preservação** (P1, P2, P3) que cabe a cada um. Sugiro ainda a **isenção de área envoltória** para este bem cultural, uma vez que está incrustado no bairro do Pacaembu, já tombado por este CONDEPHAAT.

São Paulo, 03 de agosto de 1996.

Marcia B. Pinheiro

Arq. MARIA LUCIA BRESSAN PINHEIRO



300/10

306

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

INT.: JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES

ASS.: Estudo de tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM e sua área verde, situada na Rua Angatuba - Capital

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE AGOSTO DE 1996
ATA Nº 1065

O Egrégio Colegiado deliberou aprovar o parecer da Conselheira-Relatora, favorável ao tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM, situada na Rua Angatuba nº 756, nesta Capital.

1. Ao STCR para atender o solicitado pela Conselheira Relatora;
2. À DT para as providências subsequentes.

GP/Condephaat, 04 de novembro de 1996.


CARLOS H. HECK
Presidente

Serviço Técnico de Conservação do Patrimônio Cultural - S.T.C.R.
Em 19/11/96
Re: [Signature]

/emws.-



31180

307

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25074	86	

INT: JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES-SUB COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA OAB

ASS: Estudo de tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM e sua área verde, situada à rua Angatuba-CAPITAL.

Aos técnicos,
arquitetos Tereza Epitácio e Roberto Leme, e
historiadoras Edna Kamide e Sheila Schwarzman,
para atender solicitação da Cons.º Arq.ª Maria Lucia
Bressan Pinheiro.
STCR, 10.12.96.

MARCO ANTONIO LANÇA
Diretor Técnico Subst.º STCR
CREA 83748/D-SP

A pedido encaminha-se ao
Dr. José Roberto Melhem.
STCR, 27.12.96.

MARCO ANTONIO LANÇA
Diretor Técnico Subst.º STCR
CREA 83748/D-SP

CONDEPHAAT

Em 07/10/1997

Recobido por

Hrtae.



312
e
308

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

INT.: JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES

ASS.: Estudo de tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM e sua área verde situada à Rua Angatuba - Capital

URGENTE

À DT para providenciar cópia das fls. 02 a 11, 13 a 18, 26 a 47, 48 a 56, 61, 61vs, 62, 62vs, 138 a 141, 177 a 182, 183 a 187, 192 a 233, 273 a 183 e 302 a 311 dos presentes autos, em caráter de urgência, para envio ao Excelêntíssimo Senhor Secretário da Pasta, Dr. Marcos Mendonça.

GP/Condephaat, 10 de janeiro de 1997.


CARLOS H. HECK
Presidente

URGENTE

/emws.-



31/2
309

OF. GS. 101/97

São Paulo, 06 de fevereiro de 1.997.

Senhor Secretário

Pelo presente estamos solicitando a V. Excia. a não homologação e o não tombamento da Unidade Sampaio Viana pela razão que abaixo relatamos.

O Processo de Estudo de Tombamento da Unidade Sampaio Viana, Processo CONDEPHAAT N° 25.074/86 tem início com pedido de interessados feito em 20/10/86, deixando claro os requerentes, inclusive quanto ao material juntado na ocasião e posteriormente, que sua intenção era *evitar a desativação da unidade da FEBEM*, utilizando para isso o estatuto do tombamento. A mesma tônica, de evitar a desativação do Sampaio Viana, orienta os pareceres do processo.

Verificamos que ao longo de todo processo os pareceres e a própria decisão do Conselho é reafirmada que a única forma de se preservar a memória de "abrigo dos expostos" seria mante-lo em atividade, conforme insistem todos os pareceres (Sônia de Deus Rodrigues Bercito, Sheila Schwarzman, Conselheira Maria Lúcia Bressan Pinheiro).

No caso preservar a memória da "questão dos expostos", seria necessário manter o uso abrigoando 400 crianças na Unidade Sampaio Viana. O grande equívoco ocorre do fato do anacronismo (sob qualquer ótica) da Unidade ter conduzido à decisão de desativá-lo, processo irreversível que deverá se completar até o final do próximo mês de março. Esta decisão é definitiva e a Unidade será irrevogavelmente desativada, mesmo porque, por mais que se preze a preservação de testemunhos históricos, não vemos nenhum sentido em manter um grande número de crianças abrigadas em instalações e de acordo com as técnicas e princípios que vigoraram nas primeiras décadas deste século, como uma amostra de como se tratava o problema a quase um século atrás. Seria irônico propor o mesmo para o restante dos bens tombados no Estado. É importante afirmar que a *proposta de alienação é efeito da desativação do uso e não o contrário* como transparece na iniciativa do processo.

A Secretaria da Criança, Família e Bem - Estar Social tem por missão maior estabelecer a política de atendimento à criança e ao adolescente, política esta que deve contemplar as medidas de proteção às crianças em situação de risco pessoal e social, assim como, as medidas sócio educativas dirigidas ao jovem em conflito com a lei.

A missão da Secretaria extrapola os limites da formulação da Política quando assume para si própria a responsabilidade da prestação direta de atendimento aos carentes, abandonados, vitimizados e autores de ato infracional.

É o que ocorre através das diferentes Unidades da Febem e particularmente na Unidade Sampaio Viana, relativamente as medidas de proteção através da oferta



de abrigo às crianças de ambos os sexos na faixa etária de 0 a 6 anos, abandonados, carentes ou em situação de risco.

O abrigo, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é considerado como uma medida de proteção provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação das crianças em suas próprias famílias ou substitutas, não implicando em privação de liberdade (ECA - ARTIGO 101 -Parágrafo Único).

O abrigo deve ser um lugar que ofereça proteção , uma alternativa de moradia provisória, dentro de um clima residencial , com atendimento personalizado, em pequenas unidades, para pequenos grupos de crianças.

É importante ressaltar que o abrigo é uma medida de caráter provisório de proteção que pressupõe um contínuo empenho no restabelecimento para a criança , da possibilidade de vida familiar e da construção de seu projeto de vida.

Quando falamos em crianças abandonadas, vitimizadas ou mesmo carentes devemos sempre lembrar que já no início de seu desenvolvimento físico e psico-social tiveram, por reiteradas vezes, seus direitos violados, ou por omissão dos pais, abuso, negligência da família, da sociedade e até do próprio Estado. Entretanto, é importante também lembrar que são estes próprios agentes que devem protegê-las, especialmente para que lhes possam ser asseguradas "... todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade " (ECA - ARTIGO 3º).

Cabe aqui a questão: estará aquela Unidade, construída nos distantes idos do início do século, cumprindo o papel que lhe cabe, conforme o que hoje estabelece o ECA?

A esta indagação poderíamos responder de forma categórica: **NÃO**.

• **NÃO** garante seu espaço o atendimento em pequenas unidades ou pequenos grupos.

• **NÃO** permitem suas dependências o desenvolvimento de atividades psico-pedagógicas adequadas em função das limitações e falta de especificações dos espaços oferecidos.

• **NÃO** garante, sempre que possível o envolvimento e a participação das crianças nas atividades cotidianas do abrigo, tendo em vista a inadequação das dependências.

• **NÃO** realiza atendimento singular e personalizado para todas as crianças, além do grupal, porque o seu espaço não foi previsto para tal.

• **NÃO** oferece instalações físicas em condições de salubridade e segurança.



215

311

X • Não oferece áreas livres adequadas a recreação e lazer das crianças.

• NÃO atende a legislação e os princípios pedagógicos atuais que indicam a concentração de no máximo 40 crianças por unidade físico-construtiva.

X • NÃO oferece aos familiares facilidade de acesso pela localização inadequada em relação à demanda.

Enfim, poderíamos desenvolver um rol intenso de NÃO, mas gostaríamos ainda de salientar como aspecto relevante:

- a infância caracteriza-se como sendo a fase de formação primordial do indivíduo. Nesta época vivem-se situações afetivas que são típicas de afirmação social e individual onde as trocas de afeto e interação acontecem de todas as formas, particularmente, nos grupos familiares.
- as crianças em circunstâncias de carência ou abandono, especialmente difíceis porque vivenciam na família o "desapossamento afetivo" não terão lembranças ou experiências positivas para levarem para a adolescência quando ainda abrigadas em grandes instituições, impessoais e despersonalizantes.
- As instalações, além da decrepitude que pode ser sanada, mesmo que a peso de ouro, não é o problema maior, e sim a inadequação das instalações às técnicas contemporâneas e mesmo à legislação vigente de atendimento à criança em circunstância de carência ou abandono.

O processo não se aprofunda no estudo das qualidades arquitetônicas dos edifícios, limitando-se a afirmar que o projeto é de Ramos de Azevedo e de seu escritório técnico, posteriormente Severo e Villares. Segundo os arquitetos que nos assessoram o escritório técnico Ramos de Azevedo era fundamentalmente uma construtora, a "empreiteira oficial" do governo, que eventualmente também projetava as obras cuja execução lhe era encomendada, especialmente após 1890 quando Ramos de Azevedo assume uma série de outros compromissos - foi Senador do Estado, cuidou da carteira hipotecária do Banco União, foi diretor da Estrada de Ferro Mogiana, etc, tornando-se um administrador de empresas e largando a prancheta. Os projetos construídos por seu escritório eram ora importados (Edifício Alexander Mackenzie) ora de autoria de arquitetos externos como Domiziano Rossi, do desenhista Felisberto Ranzini e posteriormente do engenheiro Ricardo Severo que assume a gerência do escritório e do seu genro Arnaldo Dumont Villares, engenheiro civil e eletricitista. Estes projetos nem sempre primam pela qualidade que se poderia esperar da tradição de seu escritório.



312

Os pesquisadores e estudiosos de Ramos de Azevedo sequer mencionam o edifício da Sampaio Viana.

Mesmo admitindo-se a hipótese de que os projetos do Sampaio Viana, elaborados nas décadas de 20 e 30 tenham sido elaborados ou orientados por Ramos de Azevedo, o que dificilmente ocorreu, podemos constatar não terem a sensibilidade e o capricho das primeiras obras do aplicado ex-aluno da Beaux Arts de Gand.

Ainda segundo nossos assessores o fato do conjunto pertencer ao ecletismo tardio, contemporâneo dos arquitetos vanguardistas Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, Gropius e tantos outros com uma obra consistente já então realizada e entre nós, Warchavchik, Rino Levy, Elisiário Bahiana e Júlio Abreu, já tendo Lúcio Costa elaborado o projeto da casa E. G. Fontes que marcou sua conversão à arquitetura "moderna" e mesmo, provavelmente, não ser projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, não é razão para se negar a sua qualidade arquitetônica; independentemente da época em que são elaborados os projetos e do maior ou menor renome ou qualificação de seus autores, as obras de arquitetura podem ter, ou não, qualidades intrínsecas que os distinguem, sejam elas plásticas, de agenciamento do espaço, de vanguardismo ou representatividade, que não encontramos no Sampaio Viana. Sua arquitetura pesada não tem as qualidades de implantação e agenciamento do espaço do Largo do Palácio, não se distingue pela composição como a Igreja Matriz de Campinas e os edifícios do já citado Largo do Palácio, especialmente o Palácio do Governo e sequer uma riqueza de detalhes ou uma extraordinária preservação de suas características originais que justifiquem seu tombamento.

O único argumento para sua preservação seria o seu caráter histórico, como ressaltado no processo de tombamento. Ora, a preservação da memória não se faz apenas com a manutenção dos espaços físicos onde se desenvolveram, no passado, atividades que hoje recebem orientação diferente. Para se saber o que foi o "asilo dos expostos", as dificuldades, resultados alcançados e sua evolução, são mais significativos os arquivos (da Santa Casa e posteriormente do próprio Estado) e relatórios que podem e devem ser objeto de estudo aprofundado. Os próprios edifícios podem ser documentados tanto fotográfica como metricamente, inclusive com o levantamento de sua evolução por pesquisas que determinarão as intervenções sofridas através do tempo, as reformas, os acréscimos e adaptações para, gradativamente, ir adequando-os às necessidades contemporâneas.

Assim, a Unidade Sampaio Viana, que cumpriu no passado os objetivos para os quais foi criada, não corresponde mais às necessidades e expectativas pedagógicas de hoje.

A sociedade mudou; o atendimento à criança também.

Hoje, a "Pedagogia da Presença" propõe um novo modelo de educar para as crianças em circunstâncias especialmente difíceis. É uma nova atitude referenciada nos princípios presentes em Paulo Freire, Makarenko e outros e, para tanto, requer espaços adequados que a atual Sampaio Viana não possibilita.



Referendar que a Unidade continue a exercer as atividades compatíveis com sua concepção original é negar todas as conquistas das ciências sociais e dos direitos das crianças; significa a NÃO-RUPTURA com a tradição baseada na desproteção, abandono, isolamento e confinamento das crianças; significa PERMANECER com a lógica das grandes-instituições consideradas como "depósitos de crianças".

Uma vez desativada a Unidade, o que é inexorável, persistindo o tombamento, caberá ao Estado manter uma guarda severa para evitar que o conjunto seja invadido e sobretudo, arcar com os custos de uma manutenção mínima para evitar, em obediência à Lei, que os edifícios se deteriorem completamente e entrem em colapso. Isto, para manter uma propriedade do Estado que não tem nenhuma outra utilidade e cujo valor, que é significativo, poderia ser aplicado para minorar, em parte, o problema da criança abandonada, pois os recursos de que dispõe o Estado são insuficientes. A responsabilidade por este estado de coisas certamente não será assumida por nós.

Não é verdade, como afirmado no processo de tombamento, que as crianças estão sendo transferidas para instalações insalubres e sem assistência de saúde. A razão de ser de nossa Secretaria e o histórico de nosso percurso profissional, alicerçam que o motivo que nos leva a alienar o Sampaio Viana é exatamente poder oferecer melhores condições de agasalho para estas crianças e também, atender um número maior delas.

Por estes motivos, vimos sugerir a Vossa Excelência, a não homologação do tombamento e o arquivamento do processo CONDEPHAAT 25.074/86.

Renovando nossos protestos de estima e consideração, contamos com o alto espírito público de V. Excia.


Marta Teresinha Godinho
Secretária da Criança, Família
e Bem-Estar Social

Em anexo: - "Abrigo Provisórios" - para crianças de zero a sete anos.

Elaborado pela equipe de técnicos da Sampaio Viana/Febem

Excelentíssimo Senhor
MARCOS RIBEIRO MENDONÇA
Digníssimo Secretário de Estado da Cultura
Capital - SP.

218
314

PA: 17/02/97 DESTINATARIO: CARLOS HECK
SUNTO: OF. GS.101/97 MARTA GODINHO (SECRETARIA DA CRIANCA) SOLICIT.
NAO HOMOLOGACAO E NAO TOMBAMENTO DA UNIDADE SAMPAIO VIANA
OVID.: SECRETARIO PEDE APRECIACAO DO DOCUMENTO E RESPOSTA URGENTE

ola
no
Dr. Melhem

LUCAO:

PA: 17/02/97 DESTINATARIO: CARLOS HECK
SUNTO: GUICHE 00680, PROTOCOLADO EM 21/8/96, SOBRE TOMBAMENTO JAR-
DIM DA SAUDE
OVID.: SECRETARIO QUER SABER COMO ESTA ESSE PROCESSO. PEDE URGENCIA
NA ANALISE.

ola
no
STCR

LUCAO:

PA: 17/02/97 DESTINATARIO: CARLOS HECK
SUNTO: IMOVEL PERTENCENTE AO ESTADO, RUA DA GLORIA N. 410
OVID.: SECRETARIO QUER SABER SE ESSE IMOVEL E DE INTERESSE P/ PATRI-
MONIO. SE EXISTE ALGUM ESTUDO DE TOMBAMENTO. URGENTE.

ola
no
STCR

LUCAO:

Ao Dr. José Roberto Melhem

Em anexo ao despacho do Senhor Secretário de 17/02 p.p. foi enviado o Of. GS 101/97 da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social, solicitando revisão do tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM, solicito uma primeira análise de caráter jurídico e em seguida tratarmos da questão técnica.

GP/Condephaat, 21 de fevereiro de 1997.


Carlos H. Heck
Presidente
CONDEPHAAT

CONDEPHAAT - Presidência
Em 17/02/97
Recebido por José Eduardo
Horas _____

Dr. José Roberto Melhem

segue anexa manifestação

219
315

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

INT.: SUB-COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE DA OAB/SP
ASS.: ESTUDO DE TOMBAMENTO DA UNIDADE SAMPAIO VIANA DA FEBEM
E SUA AREA VERDE, SITUADA A RUA ANGATUBA, CAPITAL.

Senhor Presidente,

Determinou-me V. Exa. uma primeira análise, de caráter jurídico, da questão de que trata o Of. 101/97 da Exmª Srª Secretária da Criança, Família e Bem Estar Social, dirigido ao Exmº Sr. Secretário da Cultura e por este retransmitido ao CONDEPHAAT, por referir-se ao processo epigrafado.

Referido Ofício contém o pedido de que o Exmº Sr. Secretário da Cultura não homologue o tombamento já deliberado, nestes autos, pelo E. Colegiado às fls. 310. Anota-se, no mesmo, a intenção de alienar o imóvel da Unidade Sampaio Viana a terceiros, arrolando, a Exmª Srª Secretária da Criança, Família e Bem Estar Social um amplo leque de argumentos que confrontam os motivos invocados nestes autos para a efetivação do tombamento. Quanto a estes argumentos, melhor poderão ser examinados através da análise técnica já por V. Exa. também ordenada, através do R. Despacho retro, para que sejam oferecidos instrumentos aptos à superior decisão do Exmº Sr. Secretário da Cultura. Há, quanto a eles, apenas uma observação de natureza jurídica, que me apresso em expender: o ato pelo qual o Estado declarou o imóvel ocupado pela Unidade Sampaio Viana de utilidade pública, para fins de expropriação, de fato referiu à necessidade do mesmo para o então existente Serviço Social dos Menores (fls. 35). Pouco importa se esta destinação não constasse, como não constou, do ato mesmo de expropriação, consubstanciado na escritura pública acostada às fls. 37/43, já que a desapropriação se deu para que o Estado viesse a utilizar o referido imóvel para a finalidade explicitada na Declaração de Utilidade Pública. Entretanto, de um lado, a retrocessão (ato pelo qual o expropriado, devolvendo a indenização, poderia reaver o imóvel ao qual o Estado não deu a destinação para a qual o expropriou) não é direito eterno, sendo certo que há, entre nós, até o entendimento de alguns no sentido de que, com o advento de



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

algum tempo o Estado poderia, consultados os seus interesses, dar-lhe a utilização que melhor lhe aprouvesse. O caso vertente é exemplo disto, sendo legítimo que, ao longo do tempo, o Estado modifique sua concepção a respeito do atendimento aos expostos e resolva usar o imóvel em tela - a Unidade Sampaio Viana - de outra forma, ou mesmo aliená-lo. É de valia anotar este fato, diante da circunstância de que, desaparecendo o interesse do Estado na utilização atualmente dada ao imóvel, não haverá impedimento em que venha o próprio Estado a lhe dar, querendo, outra utilização qualquer, sem sujeitar-se à retrocessão.

Passo, portanto, a atender à determinação de V. Exa., anotando os envoltimentos jurídicos da matéria.

O imóvel objetivado no presente processo está protegido por dúplice tombamento.

Primeiro, por situar-se no Bairro do Pacaembú, cujo tombamento se deu integralmente pela Resolução SC-8, de 14.03.91, da qual são de ser pinçados os seguintes aspectos principais:

a) a delimitação do polígono atingido abrange todo o bairro do Pacaembú e parte do de Perdizes;

b) constitui o objeto do tombamento todo o traçado urbano da área tombada, representado pelas ruas e praças públicas contidas entre o alinhamento dos lotes particulares;

c) ficou tombada a vegetação existente, especialmente a arbórea, considerada como bem aderente;

d) tornou-se protegido o padrão de ocupação dos lotes, a saber, com grande porcentagem de área verde e solo permeável, bem como baixa densidade populacional;

e) todas as intervenções nos lotes que se situam no polígono tombado - demolições, construções, reformas, obras de conservação e restauração - serão objeto de prévia deliberação do CONDEPHAAT;

f) todos os projetos deverão respeitar a arborização existente, sendo obrigatória a



317

317

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

g) 30% da área total do lote deverá permanecer permeável, destinada a ajardinamento com alta densidade arbórea, não sendo computada no cálculo a superfície sobre lage;

h) a Resolução prevê, para o local do imóvel objeto deste processo (CADLOG 01347-1) as seguintes restrições de edificação:

h.1 - taxa de ocupação máxima: 0,5;
h.2 - coeficiente de aproveitamento: 1,0;

h.3 - recuos de 5 ms. de frente, 1,5 ms. em cada lateral e 5 ms. de fundo.

i) os lotes com área maior ou igual a 900 m². poderão ser desdobrados, desde que a área dos lotes daí resultantes não seja inferior à área média dos lotes da mesma quadra; e não serão permitidos remembramentos de lotes.

Deste modo, já por inscrever-se no bairro do Pacaembú, o imóvel objeto deste processo sujeita-se ao regramento acima parcialmente transcrito, contido na citada Resolução SC-8/91, relativo às condições do tombamento do bairro, de visível rigor.

Outro tombamento, porém, desta feita específico, vem de atingir esse mesmo imóvel, praticado através da R. Deliberação do E. Colegiado às fls. 310 do presente processo, ainda pendente de homologação pelo Exm^o Sr. Secretário da Cultura.

Não se trata, à evidência, de um "bis in idem", o tombamento feito nestes autos, com relação à proteção que já havia sido conferida ao imóvel pelo tombamento global, abrangente, do bairro do Pacaembú. Com o tombamento que ora vem de ser efetuado, o imóvel passa a estar, também, protegido em seus aspectos arquitetônicos específicos e na integridade total da área de terreno que o integra - o que, de rigor, não lhe era conferido pelo tombamento do bairro em que se situa.

Os fundamentos do tombamento que ora vem de ser feito nestes autos reportam-se à preservação da obra arquitetônica existente no imóvel, da lavra de Ramos de Azevedo, cujo valor é ressaltado em si; e à preservação da

220
318

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

através da preservação do imóvel que a abrigou desde sempre, tendo sido destacado, neste sentido, o fato de que ainda presentemente essa atividade lá era mantida.

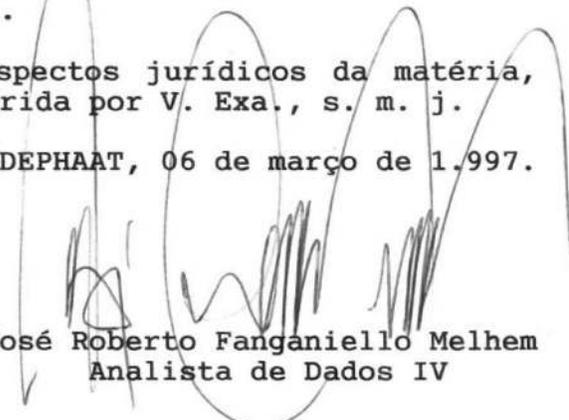
No que tange ao R. Ofício 101/97 da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social, cumpre observar que o pedido ali encerrado, de que o Exmº Sr. Secretário da Cultura não homologue o tombamento praticado no presente processo, é compatível com a lei, porquanto é atribuída tal prerrogativa ao Sr. Secretário.

Todavia, a revelada intenção de alienar o imóvel em apreço, de um lado não encontra impedimento no ato de tombamento; nem no que se fez nestes autos, respeitado, apenas, o que reza o artigo 134, parágrafo 3º do Decreto nº 13.426/79; nem no anterior, do bairro do Pacaembú, em vista do que dispõe o artigo 4º da mencionada Resolução SC-8/91.

Por sua parte, as limitações à utilização do terreno, já antes fixadas no tombamento do bairro do Pacaembú, como é de ver, foram agora apenas agravadas pelo tombamento efetuado neste processo, e de modo não muito expressivo. Deste ponto de vista, porém, é inegável que o acolhimento ao Ofício 101/97 minorará um pouco as já gravosas dificuldades estabelecidas pela citada Resolução SC-8/91, já que as edificações ora postas no terreno poderão ser demolidas e o mesmo fracionado em lotes. As razões elencadas pela Exmª Srª Secretária da Criança, Família e Bem Estar Social para esse fim, contudo, já não comportam maior exame jurídico e são de ser examinadas tènicamente, como já determinado por V. Exa. em seu R. Despacho retro, para a necessária orientação a respeito do Exmº Sr. Secretário da Cultura.

Eram os aspectos jurídicos da matéria, cuja exposição foi a mim requerida por V. Exa., s. m. j.

CONDEPHAAT, 06 de março de 1.997.


José Roberto Fanganiello Melhem
Analista de Dados IV

325
319

Cultura

Secretário
Fernando Gomes de Moraes

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SC-8, de 14-3-91

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto Lei 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, e

considerando as extraordinárias finalidades ambientais e paisagísticas decorrentes de implantação do bairro do Pacaembu nas encostas do vale do ribeirão de mesmo nome;

considerando a excelência do traçado urbano e topografia que o caracterizam, decorrentes do loteamento empreendido pela Companhia City de acordo com os princípios básicos da "gardens city" inglesa;

considerando a significativa taxa de densidade arbórea e alta porcentagem de solos permeáveis capazes de garantir climas urbanos mais amenos para a cidade como um todo. Resolve:

I — Ficar tombados na área do Pacaembu e Perdição do Município de São Paulo, os seguintes elementos:

a) — o atual traçado urbano, representado pelas ruas e praças públicas contidas entre os alinhamentos dos lotes particulares;

II — a vegetação, especialmente a arbórea, que passa a ser considerada como bem aderente;

III — o padrão de ocupação dos lotes, do qual decorre a existência de grande porcentagem da área verde e solo permeável, bem como baixa taxa de densidade populacional;

IV — o bebedouro público localizado no final da rua Inocência I, site que se constitui em local privilegiado para a fruição das qualidades paisagísticas e ambientais do bairro;

Artigo 2º — A área de tombamento está contida no polígono obtido a partir da interseção dos eixos das seguintes vias:

Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0, Rua Prof. João Aranda, CADLOG 10157-0, Av. Sumaré, CADLOG 18519-1, Av. Paulo VI, CADLOG 35683-1, Rua Veríssimo Gloria, CADLOG 10580-8, Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0, Rua Monsenhor Alberto Pequeno, CADLOG 00505-3, Rua Itaipu, CADLOG 09171-9, Rua Angatuba, CADLOG 01337-1, Rua Major Natanael, CADLOG 14433-0, Av. Dr. Arnaldo, CADLOG 02271-5, Rua Minas Gerais, CADLOG 02271-5, Rua Novo Horizonte, CADLOG 11014-8, Praça Honório de Campos, CADLOG 12160-6, Rua Balsa, CADLOG 02722-7, Rua Goiás, CADLOG 08061-0, Rua Alagoas, CADLOG 06173-5, Rua Itaguba, CADLOG 09144-7, Rua Tupi, CADLOG 19255-0, Av. Gal. Olímpio da Silveira, CADLOG 14947-0, Rua Traipu, CADLOG 19101-9, Rua Traipu, CADLOG 09548-6, Rua Conselheiro Fernandes Torres, CADLOG 07054-8, Rua Atibaia, CADLOG 02469-4, Rua João Ramalho, CADLOG 10436-1, Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0.

Parágrafo Único — Ficam excluídos do polígono de tombamento os lotes com testadas voltadas para a Avenida General Olímpio da Silveira, entre ruas Traipu e Tupi.

Artigo 3º — Tendo em vista conciliar esforços integrados para preservação da área tombada, fica estabelecido o seguinte padrão de diretrizes, consideradas indispensáveis para garantir caráter flexível e adequado a proteção dos bens nela contidos:

§ 1º — Serão as seguintes as diretrizes gerais:

I — Todas as obras de conservação, restauração, construção e reforma serão executadas pelas normas da presente Resolução, e, quando que não conflitar com a mesma. Também pela legislação municipal vigente nesta data e pelas diretrizes originárias do loteamento realizado pela Companhia City no Pacaembu, conforme constam nas escrituras dos terrenos;

II — Os lotes com área menor ou igual a 900 m² poderão ser desdobrados ou desmembrados, desde que a área dos lotes daí resultantes não seja inferior à área média dos lotes situados na mesma quadra. Não serão permitidos remembramentos de lotes;

III — Nas quadras delimitadas pelas ruas Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0, Rua Wanderclei, CADLOG 19927-3, Rua José de Freitas Guimarães, CADLOG 10899-5, Rua Atibaia, CADLOG 02469-4 e Rua João Ramalho, CADLOG 10436-1, as restrições aqui previstas são válidas apenas para os lotes originalmente pertencentes ao loteamento da Companhia City e para os lotes com testada para a Rua Inocência I, site, CADLOG 09213-4;

IV — Para os lotes com testadas para a Rua Inocência I, site, o gabarito máximo permitido será de 10m (altura máxima do telhado) a partir do nível mediano da guia na testada do lote;

§ 4º — Serão as seguintes as diretrizes específicas para as quadras localizadas no polígono obtido a partir da interseção dos eixos das vias mencionadas a seguir: (Área 1): Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0; Rua Professor João Aranda, CADLOG 10157-0; Av. Sumaré, CADLOG 18519-1; Av. Paulo VI, CADLOG 35683-1; Rua Veríssimo Gloria, CADLOG 19589-8; Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0; Rua Monsenhor Alberto Pequeno, CADLOG 00505-3; Rua Itaipu, CADLOG 09171-9; Rua Angatuba, CADLOG 01337-1; Rua Major Natanael, CADLOG 14433-0; Av. Dr. Arnaldo, CADLOG 02271-5; Rua Minas Gerais, CADLOG 13084-0, em toda a sua extensão; Rua Novo Horizonte, CADLOG 11014-8; Praça Honório de Campos, CADLOG 12160-6; Rua Balsa, CADLOG 02722-7; Rua Goiás, CADLOG 08061-0; Rua Ceará, CADLOG 01061-0; Rua Alagoas, CADLOG 04260-0; Rua Engenheiro Edgard Igídio de Souza, CADLOG 36173-5; Rua Itaguba, CADLOG 09144-7; Rua Tupi, CADLOG 19255-0; Av. Pacaembu, CADLOG 20158-8; Rua Paraguruçu, CADLOG 15133-2; Rua Traipu, CADLOG 19101-9; Rua Itaipuru, CADLOG 09548-6; Rua Conselheiro Fernando Torres, CADLOG 07054-8; Rua Atibaia, CADLOG 02469-4; Rua João Ramalho, CADLOG 10436-1; Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0.

I — As edificações serão regidas pelas seguintes normas:

a) — taxa de ocupação máxima: 0,5;

b) — coeficiente de aproveitamento: 1,0;

c) — recuos de 5 m de frente, 1,5 m em cada lateral, 5 m de fundo;

2 — Os lotes com área menor ou igual a 900 m² poderão ser desdobrados ou desmembrados, desde que a área dos lotes daí resultantes não seja inferior à área média dos lotes situados na mesma quadra. Não serão permitidos remembramentos de lotes;

3 — Nas quadras delimitadas pelas ruas Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0; Rua Wanderclei, CADLOG 19927-3; Rua José de Freitas Guimarães, CADLOG 10899-5; Rua Atibaia, CADLOG 02469-4 e Rua João Ramalho, CADLOG 10436-1, as restrições aqui previstas são válidas apenas para os lotes originalmente pertencentes ao loteamento da Companhia City e para os lotes com testada para a Rua Inocência I, site, CADLOG 09213-4;

4 — Para os lotes com testadas para a Rua Inocência I, site, o gabarito máximo permitido será de 10m (altura máxima do telhado) a partir do nível mediano da guia na testada do lote;

§ 4º — Serão as seguintes as diretrizes específicas para as quadras localizadas no polígono obtido a partir da interseção dos eixos das vias mencionadas a seguir: (Área 2): Rua Tupi, CADLOG 19255-0; Av. General Olímpio da Silveira, CADLOG 14947-0; Rua Traipu, CADLOG 19101-9; Rua Traipu, CADLOG 09548-6; Rua Paraguruçu, CADLOG 15133-2; Avenida Pacaembu, CADLOG 20158-8 e Rua Tupi, CADLOG 19255-0;

1 — As edificações serão regidas pelas seguintes normas:

a) — taxa de ocupação máxima: 0,5;

b) — coeficiente de aproveitamento: 1,0;

c) — recuos de 5m de frente, 5m em cada lateral, 5m de fundo;

d) — o gabarito máximo permitido será de 10 metros (altura máxima do telhado) a partir do nível mediano da guia na testada do lote;

2 — Não serão permitidos desdobros ou subdivisão de lotes. Os casos de remembramento e desmembramento serão objeto de deliberação prévia por parte do Condephaat;

Artigo 1º — A venda de propriedade situada na área deste tombamento independe da prévia consulta ao Condephaat;

Artigo 5º — Ficará reservada a área envolvente externa ao polígono de fimdo no artigo 2º;

Artigo 6º — Fica prevista a possibilidade de convênios com órgãos estaduais e municipais interessados, para o controle, a definição e organização da manutenção e poda das árvores nas vias e praças públicas;

Artigo 7º — Fica prevista a possibilidade de um convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo para facilitar a aplicação das disposições referidas a este tombamento;

Artigo 8º — Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), autorizado a inscrever no Livro de Tombamento competente o referido bem, para os devidos e legais efeitos;

Artigo 9º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

2 — Todas as intervenções nos lotes pertencentes ao polígono definido no artigo 2º — demolições, construções, reformas, obras de conservação e restauração — serão objeto da prévia deliberação do Condephaat;

3 — Não serão permitidas alterações no sistema viário, bem como mudanças em guias e largura de calçadas, sem prévia autorização do Condephaat;

4 — Em conformidade com o Decreto Municipal nº 11.049, de 24/11/1976 é permitido aos moradores dos lotes, compreendidos na área do presente tombamento, o plantio de árvores e o ajardinamento do passeio correspondente. Os passeios que receberão este tratamento serão denominados "calçadas verdes";

5 — Todos os projetos deverão respeitar a arborização existente, sendo obrigatória a apresentação gráfica de localização dos elementos arbóreos do lote, com respectiva designação de cada espécie (nome vulgar ou científico) e fotografia;

6 — 50% (cinquenta por cento) da área total do lote do será permanecer permeável, destinada a ajardinamento com alta densidade arbórea, não sendo computado neste cálculo a superfície sobre laje;

7 — Em caráter excepcional, o Condephaat poderá admitir o transplante de árvores desde que justificado por memorial descritivo do serviço a ser executado, assinado por responsável técnico habilitado;

8 — A substituição dos elementos arbóreos, no final do ciclo vital ou por ataque de agentes fitopatogênicos, deverá ser feita resguardando-se a diversidade biológica das espécies existentes;

§ 2º — Serão as seguintes as diretrizes específicas para as quadras localizadas no polígono obtido a partir da interseção dos eixos das vias mencionadas a seguir: (Área 1): Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0; Rua Professor João Aranda, CADLOG 10157-0; Av. Sumaré, CADLOG 18519-1; Av. Paulo VI, CADLOG 35683-1; Rua Veríssimo Gloria, CADLOG 19589-8; Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0; Rua Monsenhor Alberto Pequeno, CADLOG 00505-3; Rua Itaipu, CADLOG 09171-9; Rua Angatuba, CADLOG 01337-1; Rua Major Natanael, CADLOG 14433-0; Av. Dr. Arnaldo, CADLOG 02271-5; Rua Minas Gerais, CADLOG 13084-0, em toda a sua extensão; Rua Novo Horizonte, CADLOG 11014-8; Praça Honório de Campos, CADLOG 12160-6; Rua Balsa, CADLOG 02722-7; Rua Goiás, CADLOG 08061-0; Rua Ceará, CADLOG 01061-0; Rua Alagoas, CADLOG 04260-0; Rua Engenheiro Edgard Igídio de Souza, CADLOG 36173-5; Rua Itaguba, CADLOG 09144-7; Rua Tupi, CADLOG 19255-0; Av. Pacaembu, CADLOG 20158-8; Rua Paraguruçu, CADLOG 15133-2; Rua Traipu, CADLOG 19101-9; Rua Itaipuru, CADLOG 09548-6; Rua Conselheiro Fernando Torres, CADLOG 07054-8; Rua Atibaia, CADLOG 02469-4; Rua João Ramalho, CADLOG 10436-1; Rua Cardoso de Almeida, CADLOG 04248-0.

1 — As edificações serão regidas pelas seguintes normas:

a) — taxa de ocupação máxima: 0,5;

b) — coeficiente de aproveitamento: 1,0;

c) — recuos de 5m de frente, 5m em cada lateral, 5m de fundo;

d) — o gabarito máximo permitido será de 10 metros (altura máxima do telhado) a partir do nível mediano da guia na testada do lote;

2 — Não serão permitidos desdobros ou subdivisão de lotes. Os casos de remembramento e desmembramento serão objeto de deliberação prévia por parte do Condephaat;

Artigo 1º — A venda de propriedade situada na área deste tombamento independe da prévia consulta ao Condephaat;

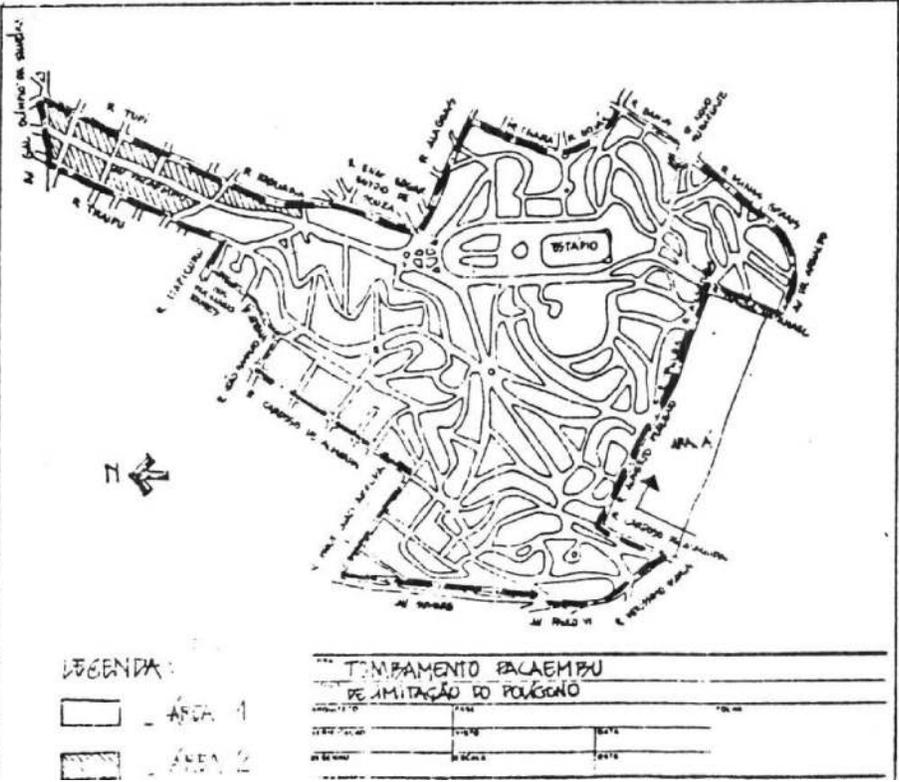
Artigo 5º — Ficará reservada a área envolvente externa ao polígono de fimdo no artigo 2º;

Artigo 6º — Fica prevista a possibilidade de convênios com órgãos estaduais e municipais interessados, para o controle, a definição e organização da manutenção e poda das árvores nas vias e praças públicas;

Artigo 7º — Fica prevista a possibilidade de um convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo para facilitar a aplicação das disposições referidas a este tombamento;

Artigo 8º — Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), autorizado a inscrever no Livro de Tombamento competente o referido bem, para os devidos e legais efeitos;

Artigo 9º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.





324

320

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	25.074	86	

INT.: JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES

ASS.: Estudo de tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM e sua área verde situada na Rua Angatuba - Capital

Ao STCR - Arqtº José Guilherme Savoy de Castro

Para prosseguimento da análise, atendendo deliberação do Conselho e o parecer da Conselheira Relatora (fls. 309), que recomenda estudar os Graus de Preservação (item 1 da síntese).

Segue anexo: despacho do Senhor Secretário, de 17/02/97; Ofício GS 101/97, de 06/02/97, da Senhora Secretária da Criança, Família e Bem Estar Social; Documentos "Abrigos Provisórios" e análise jurídica do Dr. José Roberto Melhem.

Recomendo, portanto, que na análise da deliberação do Egrégio Colegiado sejam considerados os documentos citados.

GP/Condephaat, 1º de abril de 1997.

CARLOS H. HECK
Presidente

/emws.-

ATA: 17/02/97 DESTINATARIO: CARLOS HECK
ASSUNTO: OF. GS.101/97 MARTA GODINHO (SECRETARIA DA CRIANCA) SOLICIT.
NAO HOMOLOGACAO E NAO TOMBAMENTO DA UNIDADE SAMPAIO VIANA
PROVID.: SECRETARIO PEDE APRECIACAO DO DOCUMENTO E RESPOSTA URGENTE

325
321
OK
no
sr. Leuzkow

DELUCAO:

ATA: 17/02/97 DESTINATARIO: CARLOS HECK
ASSUNTO: GUICHE 00680, PROTOCOLADO EM 21/8/96, SOBRE TOMBAMENTO JAR-
DIM DA SAUDE
PROVID.: SECRETARIO QUER SABER COMO ESTA ESSE PROCESSO. PEDE URGENCIA
NA ANALISE.

OK
no
sr. STCR

DELUCAO:

ATA: 17/02/97 DESTINATARIO: CARLOS HECK
ASSUNTO: IMOVEL PERTENCENTE AO ESTADO, RUA DA GLORIA N. 410
PROVID.: SECRETARIO QUER SABER SE ESSE IMOVEL E DE INTERESSE P/ PATRI-
MONIO. SE EXISTE ALGUM ESTUDO DE TOMBAMENTO. URGENTE.

OK
no
sr. STCR

DELUCAO:

Ao Dr. José Roberto Melhem

Em anexo ao despacho do Senhor Secretário de 17/02 p.p. foi enviado o Of. GS 101/97 da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social, solicitando revisão do tombamento da Unidade Sampaio Viana da FEBEM, solicito uma primeira análise de caráter jurídico e em seguida tratarmos da questão técnica.

GP/Condephaat, 21 de fevereiro de 1997.


Carlos H. Heck
Presidente
CONDEPHAAT

CONDEPHAAT - Presidência
Em 17/02/97
Recebido por JOSÉ EDUARDO
Horas

Jr. Presidente,

segue anexa manifestação



326
322
fundação estadual do bem-estar do menor

São Paulo, 03 de dezembro de 1996.

Ofício G.P. nº 1136/96

Senhor Presidente:

Solicitamos a Vossa Senhoria vistas ao processo de nº 25074/89, referente ao Tombamento do Imóvel sito à Rua Angatuba nº 756 - Pacaembu - Complexo Sampaio Viana, desta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM/SP.

Antecipadamente gratos pela atenção, apresentamos a Vossa Senhoria protestos de apreço e consideração.

EDUARDO R. D. DA SILVA

Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
Doutor CARLOS HENRIQUE HECK
M.D. Presidente do Conselho de Defesa do
Patrimônio Histórico, Arqueológico,

CONDEPHAAT - Presidência
Em 11/12/96
Recebido por elizabeth
Horas _____



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

3731

Ofício GP-1928/96
Processo 25.074/86

São Paulo, 12 de dezembro de 1996.

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício G.P. nº 1136/96, que solicita vis
tas ao processo acima epigrafado, que trata do estudo de tombamento da Unida
de Sampaio Viana da FEBEM, informamos que o pedido de Vossa Excelência foi de
ferido.

Para vistas ao referido processo, Vossa Excelência pode
rã entrar em contato com esta Presidência, visando agendar data e hora.

Atenciosamente,


CARLOS H. HECK
Presidente

Exmo. Sr.
DR. EDUARDO R. D. DA SILVA
DD. Presidente da FEBEM
Rua Bela Cintra nº 445
CAPITAL
01415-000

/emws.-



Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

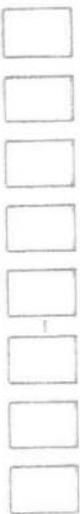
Rua Bela Girtra, 445 - Caixa Postal 10140
CEP 01415-000 - São Paulo-SP

FAX 258-8896

Ofício G.P. nº 1136/96

Ilustríssimo Senhor
Doutor CARLOS HENRIQUE HECK
M.D. Presidente do Conselho de Defesa do
Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT
Av. Paulista, nº 2644 - 2º andar
CAPITAL - SP

01310-300



RPC



M72236
F.20236
BRASIL
CORREIO

R\$ 0023

328
~~325~~
324

ABRIGOS PROVISÓRIOS

**Para Crianças
de Zero a Sete Anos**

SAMPAIO VIANNA UAE-1. DT-2. FEBEM/SP
vianna3.doc

324
326
325



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Mario Covas
Governador

SECRETARIA DA CRIANÇA FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL

Marta Teresinha Godinho
Secretária

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

Eduardo Robberto Domingues da Silva
Presidente

Vanda Rosa J. Teixeira
Diretora Técnica

Maria Angela Maricondi
Diretora da Divisão de Atendimento Integral à
Criança e ao Adolescente - DT2

novembro/96

338
326

ÍNDICE

I- APRESENTAÇÃO

II- POPULAÇÃO ALVO

III- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

IV- CONCEPÇÃO PSÍCO-PEDAGÓGICA

V- OBJETIVOS

VI- FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

1. *Recepção*
2. *Cuidados básicos*
3. *Atividades dirigidas*
4. *Atenção à saúde*
5. *Atendimento às famílias.*
6. *Transferência para outros abrigos*
7. *Adoção*
8. *Utilização dos serviços da região. Participação na vida da comunidade local*
9. *Sistematização e fluxo de informações.*

VII- SERVIÇOS DE APOIO

1. *Alimentação*
2. *Lavanderia*
3. *Limpeza*

VIII- RECURSOS HUMANOS

1. *Organograma*
2. *Quadro de pessoal*
3. *Atribuições e responsabilidades*
4. *Trabalho voluntário*

IX- BIBLIOGRAFIA

I- APRESENTAÇÃO

A unidade Sampaio Vianna (UAE-1/ DT2/ FEBEM.SP) é responsável, no município de São Paulo, pelo abrigo provisório de crianças de 0 a 7 anos, cujos responsáveis se encontram, mesmo que circunstancialmente, sem condições de garantir os cuidados maternos e/ou de prover o seu sustento. Abrange a capital e Grande São Paulo e atende diariamente a uma média de 450 crianças (dados relativos ao primeiro semestre de 96).

Nessa gestão do governo estadual, a política para esta área estabelece a transferência do atendimento direto para entidades não governamentais, ficando o Estado responsável pelo repasse de verba, pela supervisão técnica e pela fiscalização do atendimento.

Sendo assim, foi definida a desativação da unidade, com a transferência do atendimento para 6 unidades de médio porte, 2 das quais conveniadas, ficando as 4 restantes, ainda durante este ano, sob a responsabilidade direta do Estado, através da DT2/ FEBEM.

Considerando as especificidades desse tipo de atendimento, no planejamento da desativação da unidade, definimos para os abrigos, cujo projeto técnico apresentamos nesse documento, a responsabilidade por receber e abrigar provisoriamente crianças em situação de carência, risco e/ou abandono, até que sejam desabrigadas para a família natural ou substituta. Portanto os abrigos incluirão no seu trabalho técnico, a pesquisa e avaliação do caso, bem como a articulação com serviços de apoio à família, com o objetivo de agilizar o encaminhamento da criança, evitando que se prolongue, além do necessário, o seu período de institucionalização. Caso o desabrigamento não possa ser definido em curto prazo (até 3 meses), a criança deve ser transferida para um abrigo de permanência continuada, disponibilizando assim vagas para a recepção de novas crianças.

É necessário comentar que as decisões relativas ao abrigo e desabrigamento das crianças, são de responsabilidade das Varas da Infância e Juventude, cabendo à equipe técnica da unidade subsidiar tais decisões judiciais, fornecendo informações, pareceres técnicos e sugestões *.

* ver provimento conjunto n. 01/90 do Poder Judiciário.

332
328

II- POPULAÇÃO ALVO

Crianças de 0 a 7 anos, de ambos os sexos, residentes na Capital e Grande São Paulo, que estejam em situação de abandono ou de risco, ou então cujas famílias de origem encontrem-se impossibilitadas, temporariamente ou não, de dispensar-lhes os cuidados necessários nessa faixa etária e prover-lhes seu sustento.

Com base na experiência, podemos assim resumir os motivos que justificam o acolhimento dessas crianças:

- foram retiradas de suas famílias de origem em razão de terem sido vítimas de negligência, maus tratos e/ou abuso sexual, por parte de seus genitores ou responsáveis
- foram abandonadas em locais públicos ou se perderam
- foram deixadas provisoriamente na instituição por suas famílias de origem, por essas encontrarem-se, conjunturalmente, sem condições estruturais (dificuldades de moradia, desemprego, doenças, etc) de cuidarem de seus filhos e proverem seu sustento

A maioria dessas crianças chega à instituição traumatizada por estar separando-se de seus pais ou pessoas de referência. Estão assustadas, tristes e deprimidas por não compreenderem o por quê da separação (foram trazidos pela polícia ou deixados pela mãe sem muita explicação...). Outras chegam aliviadas por terem livrado-se de uma situação de violência ou de maus tratos, e a instituição, desde o início, lhes parece um lugar de proteção.

É papel dos adultos -educadores, técnicos e demais profissionais- facilitar a sua adaptação ao abrigo, cuidando de sua relação com as outras crianças e com os objetos, e sendo continente à expressão de seus sentimentos e emoções.

333
329

III- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O abrigo em entidade é uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 101 inc. VII), quando os direitos das crianças são ameaçados ou violados (Art. 98). Trata-se de um serviço de proteção especial, provisório e excepcional, que deve estar orientado pelos seguintes princípios (Art. 92):

- I- preservação dos vínculos familiares;
- II- integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- II- atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV- desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V- não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI- evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII- participação na vida da comunidade local;
- VIII- preparação gradativa para o desligamento;
- XI- participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Considerando o modelo de abrigo que estamos apresentando, cabe comentar o inciso V que determina o não desmembramento de grupos de irmãos, uma vez que os abrigos da capital, ainda de médio e grande porte, continuam organizados para atender especificamente a uma determinada faixa etária, geralmente 0 a 7, 8 a 13 ou 14 a 18 anos. Pensamos que é possível para todos os abrigos, abrir excessões e ser flexível quanto à esse critério, de modo a garantir que crianças da mesma família sejam abrigadas na mesma instituição.

Em relação ao inciso VI, a transferência para outras entidades de abrigo (nesse caso abrigos de permanência continuada) será um procedimento a ser adotado, sempre que a criança não for, em curto prazo, desabrigada para a família natural ou substituta.

IV- CONCEPÇÃO PSÍCO-PEDAGÓGICA

334
330

O ato de brincar e o processo de formação da identidade conceitos introdutórios

Segundo Freud, uma criança brinca não somente para repetir situações satisfatórias mas também para elaborar as que lhe foram traumáticas e dolorosas.

Arminda Aberastury* considera que para a criança brincar não é apenas passatempo, nem somente a maneira de dar vazão à necessidade de se movimentar e de expressar as habilidades que adquire ao se desenvolver. Ao brincar, a criança desloca para o exterior seus medos, angústias e problemas internos, dominando-os por meio da ação. Repete no brinquedo todas as situações excessivas para seu ego fraco, e isto lhe permite tornar ativo aquilo que sofreu passivamente, modificar um final que lhe foi penoso, tolerar papéis e situações que seriam proibidas na vida real, tanto interna quanto externamente, e também repetir à vontade situações prazerosas.

Em diferentes fases do desenvolvimento a criança se utiliza de diferentes brinquedos e modos de brincar. O não brincar no momento adequado, com o brinquedo correspondente, acarreta perturbações, e o fato de não surgir na criança um determinado modo de brincar pode ser um sinal de mal desenvolvimento.

Por meio dos jogos cada criança recria uma série de indagações a respeito da vida. As mesmas que o homem vem fazendo através dos tempos. As mesmas que mais tarde, já adulta, a criança voltará a descobrir e ordenar, fazendo uso do raciocínio. Por isso não é por acaso que toda criança prefere determinados brinquedos em determinadas fases do desenvolvimento, e que suas descobertas sucedem sempre na mesma ordem.

A título de exemplo, quando uma criança atira brinquedos ao chão espera, e exige, que eles lhes sejam devolvidos. Não age por maldade, nem para controlar ou escravizar o adulto. É um jogo cansativo mas necessário, pois a criança conhece, assim, a experiência de perder e recuperar aquilo que ama.

* Aberastury, Arminda. *A criança e seus jogos*. Ed. Vozes, 1972

225
331

V OBJETIVOS

Entre os 4 e 6 meses a criança entra em contato com diversos modos de elaborar a angústia da perda. Através de seus jogos intuitivos, experimenta e elabora o fato de pessoas e objetos poderem aparecer e desaparecer; exprime isso em seu mundo lúdico. Paradoxalmente, reclama com urgência incontrolável seus verdadeiros objetos: os pais. Chora e se enche de raiva se não consegue, se não a compreendem. A mãe, ou seu equivalente, é para ela mais do que aquilo que acalma a fome. É uma voz, um contato, um sorriso, o ritmo dos passos; precisa dela para saber que não desapareceu, que pode tê-la e que conta com ela. O temor de perdê-la é a angústia mais intensa dessa idade.

Mas a mãe já não lhe basta; para desenvolver-se precisa de um pai. Não da simples presença de um pai; também é necessária uma forma de comunicação que responda às necessidades de paternidade do bebê que, embora parecidas coma da maternidade, tem nuances diferentes. Um pai, pode dar banho no filho, alimentá-lo, brincar e sair com ele, contudo, o mais importante é o papel que cumpre, reforçando sua união com a mãe e oferecendo ao filho, o casal como fonte de identificação.

Nos casos de crianças que vivenciam a ausência dos pais, porque cresceram numa instituição ou porque viveram importante fase do seu desenvolvimento abrigados nela, as funções paterna e materna não perdem a importância em seu processo de desenvolvimento psíquico, emocional e afetivo. Pelo contrário, do ponto de vista simbólico, as figuras materna e paterna sempre estarão presentes.

Por isso são de fundamental importância as funções desempenhadas pelos agentes institucionais nos mais diferentes níveis de ação, pois a criança tenderá naturalmente a eleger alguém para figurar nestes papéis.

É nessa interação, que em certa altura do desenvolvimento (mais ou menos a partir do primeiro ano de vida), a figura paterna tem especial importância, pois a criança aos poucos realiza a interdição que lhe permitirá a construção da "Grande Lei", que é a introjeção da autoridade. Com essa aquisição a criança aprende a conceber o Eu e o Outro, e com isso a estabelecer o lugar dentro das relações com o mundo adulto.

Nesse universo de relações e interdependência -a criança, a todo instante, influencia e é influenciada pelo meio em que vive-, o ambiente torna-se de grande importância para a sua formação.

336
332

VI- FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

1. Recepção

As crianças serão encaminhadas à unidade pelas Varas da Infância e Juventude da Capital e Grande São Paulo, pelo Serviço SOS, e pelos Conselhos Tutelares.

Logo ao chegar a criança deverá ser recebida pelo coordenador de turno, que deverá registrar os dados de identificação da mesma, e assinar o seu recebimento em impresso próprio do órgão encaminhador, notificando a ausência de relatório social, se for o caso.

Embora o registro das informações seja a tarefa prioritária nesse momento, a recepção da criança deve ser acolhedora. Com exceção dos bebês, é importante que o coordenador de turno se apresente antes de encaminhá-la ao auxiliar de enfermagem.

O auxiliar de enfermagem deve receber a criança de forma afetuosa, interagindo com a ela e, considerada a sua capacidade de compreensão, explicando sobre os procedimentos que irá realizar: identificação através de pulseira fixa e exames físicos (peso, altura, perímetro cefálico e torácico). Cabe também ao auxiliar de enfermagem organizar o prontuário de saúde da criança, e encaminhá-la ao médico para a realização do exame de entrada.

Após esses primeiros procedimentos de entrada, as crianças maiores de 2 anos serão recebidas pelo psicólogo que, após ouvi-las, irá conversar sobre a necessidade de sua permanência no abrigo, fazer a apresentação da casa, dos profissionais que serão responsáveis por seus cuidados, e das outras crianças, acompanhando, durante os primeiros dias, a sua adaptação.

Possivelmente chegarão crianças com doenças infecto contagiosas, dermatites ou parasitoses, sendo necessário nesses casos que permaneçam durante os primeiros dias em tratamento, separadas das demais, para evitar o risco da contaminação.

337
333

2. Cuidados básicos

crianças de 2 a 7 anos

Despertar: é de extrema importância que o despertar das crianças aconteça de maneira calma e tranqüila. O horário deve ser seguido mas sem rigidez excessiva, uma vez que deve-se considerar, e respeitar, as necessidades e diferenças de cada criança.

Alimentação: serão oferecidas cinco refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite), servidas no refeitório e produzidas na unidade por firma contratada. Este momento deve ser prazeroso para as crianças, e por isso o ambiente deve ser harmonioso e agradável. As crianças deverão ser estimuladas, de forma lúdica, a comerem todos os tipos de alimentos, saboreando seu paladar e sabendo de sua importância para o crescimento e desenvolvimento. Esses momentos podem ser acompanhados pela nutricionista da unidade, que deve orientar e supervisionar a atuação dos educadores.

Higiene corporal: para uma melhor organização do trabalho deve-se estabelecer um horário para o banho de todas as crianças, preferencialmente antes do jantar. Entretanto, as crianças deverão tomar quantos banhos forem necessários, principalmente aquelas que ainda usam fraldas ou que estão em fase de aprendizado do controle esfinteriano. O aprender a fazer cocô no pinico e na privada exige a presença e a ajuda do educador, cuja postura deve ser a de elogiar a “produção” da criança e ao mesmo tempo explicar porque essa “produção” tão elogiada (“aquilo que não serviu dentro da gente”) deve ser jogada fora. Todos esses cuidados, incluindo o lavar as mãos antes das refeições, são fundamentais para a prevenção de doenças, e devem ser realizados de modo que a criança adquira hábitos de higiene e de cuidados com seu corpo, relacionando-os com o seu bem estar, sua saúde integral e sua aparência.

Escovação de dentes: cada criança deve ter sua própria escova de dentes e deve aprender a usar, sozinha, o creme dental. A escovação deve ser realizada pela manhã, à noite e após cada refeição. Esta atividade deve ser sempre acompanhada pelo educador, que deve orientar as crianças sobre a maneira correta de escovar os dentes, bem como falar sobre a importância desta atividade.

338
334

Roupas: as toalhas de banho (de uso individual) deverão ser lavadas diariamente, as roupas de cama a cada dois dias, e os cobertores semanalmente, ou sempre que se fizer necessário. Quanto ao vestuário e calçados, é importante que cada grupo de crianças (ou cada quarto) receba de volta da lavanderia, sempre as mesmas peças. Dessa forma garante-se um maior cuidado com as roupas e diminui a impessoalidade de seu uso coletivo. É importante, também, garantir que cada criança tenha um espaço para guardar seus objetos pessoais (presentes recebidos de familiares ou de voluntários), que só ela terá acesso, além do educador, os quais serão levados, por ela, na ocasião de sua saída.

Sono: as crianças não devem ser estimuladas a dormir após o almoço, mas poderão dormir se sentirem vontade ou necessidade. À noite deve ser estabelecido um limite máximo de horário para ir para a cama. As atividades no quarto nessa hora, devem ser tranquilas. O educador deve orientar as crianças para que falem em voz baixa, e deve, sempre que possível, contar histórias infantis antes de apagar as luzes.

Brincadeiras: brincar é a atividade mais importante das crianças e deve ser levada à sério. É função do educador, promover e acompanhar as brincadeiras das crianças, organizando os espaços e oferecendo brinquedos, os mais variados e de acordo com a faixa etária, de modo a estimular e favorecer esses momentos de experimentações, de descoberta das coisas (da natureza, dos objetos e das possibilidades e limites do próprio corpo), de vivência de relações de afeto e de elaboração. Para isso é importante que na organização dos espaços da unidade, aqueles destinados ao uso das crianças (que precisam se movimentar, engatinhar, correr e pular) tenham prioridade.

Passeios e atividades culturais e de lazer: caminhar pelos arredores, brincar nas praças e parques, andar de ônibus, ir ao teatro e a centros culturais e de lazer, deve fazer parte da rotina das crianças. Isso porque, é fundamental romper com o isolamento que as instituições deste tipo podem submeter as crianças abrigadas, dificultando sua socialização e contribuindo para estigmatizá-las (“menores abandonados da FEBEM”). É importante que a criança interaja o máximo possível com a comunidade do entorno, e assim vá adquirindo confiança em si mesma e possa desenvolver sua autonomia.

339
335

Visando facilitar a organização do trabalho diário apresentamos um quadro de referência para a programação das atividades. Os horários estabelecidos, entretanto, não devem ser rigidamente seguidos, uma vez que o que conta é a necessidade da criança.

HORÁRIO	ATIVIDADE
7:00 as 7:45	despertar; higiene (trocar fraldas, escovar os dentes, tomar banho)
7:45 as 8:30	café da manhã
8:30 as 11:00	grupo I: atividades externas (passeios e visitas aos espaços de lazer da região) grupo II: atividades internas dirigidas (brincadeiras ou outras)
11:00 as 11:30	higiene (trocar fraldas, lavar as mãos e o rosto)
11:30 as 12:30	almoço
12:00 as 14:00	sono, para os que ainda dormem à tarde, e atividades livres para os demais
14:00 as 16:30	grupo I: atividades internas dirigidas (brincadeiras ou outras) grupo II: atividades externas (passeios e visitas aos espaços de lazer da região); lanche
16:30 as 17:30	banho
17:30 as 18:30	jantar
18:30 as 21:00	atividades livres (contar histórias, TV, vídeo, etc.), lanche
21:00	escovar os dentes e dormir

340
336

c r i a n ç a s d e 0 a 1 a n o

O período do desenvolvimento situado entre os 0 e 2 anos é reconhecidamente considerado de fundamental importância para o ser em formação. Em razão disso, torna-se imprescindível que a criança, onde quer que se encontre, receba os cuidados que propiciem seu bem estar e minimizem as suas ansiedades e angústias, naturais nessa fase da vida, mas que tornam-se acirradas com a experiência do abandono.

A ausência materna, especialmente no caso dos bebês, pode trazer sérios prejuízos ao desenvolvimento psíquico, afetivo e emocional das crianças. Longe do contato maternal elas precisam ser, mais do que nunca, cercadas de atenção, de afeto e de carinho. As crianças precisam de contato corporal e de muitas conversas. A observação desses cuidados é fundamental para a garantia de seu desenvolvimento saudável.

Por isso, as situações de maior interação com o bebê, como a amamentação, o banho e a troca, são extremamente importantes, pois é nesses momentos, principalmente, que ele experimenta o toque corporal*, o aconchego da mãe (ou equivalente) e o calor da água- que lhe permite brincar com partes do próprio corpo.

Na hora do sono o ambiente deve ser tranquilo e acolhedor. Nessa hora para as que mostrarem-se irritadiças e chorosas, deve-se oferecer o colo e niná-las.

O choro das crianças, principalmente o dos bebês, deve ser sempre e prontamente atendido, pois sinaliza algum desconforto, como fome, sono, sede, necessidade do aconchego do colo ou da simples presença materna. Atendê-los prontamente representa não só assisti-los em suas necessidades, mas também o início de uma interação que lhes propiciará o desenvolvimento dos primeiros códigos da linguagem, através dos quais ele aprenderá a se comunicar com a mãe e posteriormente com o mundo externo. A base dessa relação, conhecida como relação objetal, permeará para sempre as suas relações com o mundo adulto e não pode portanto ser negligenciada.

* “Em particular, os contatos cutâneos são tão importantes quanto as necessidades nutritivas no equilíbrio da criança”. Le Boulch. *O desenvolvimento psicomotor*, ed. Artes Médicas, 1992.

347
337

3. Atividades dirigidas

Além do acompanhamento às crianças em suas atividades de vida diária, é importante também promover atividades dirigidas, que visem contribuir para o desenvolvimento das potencialidades das crianças, nos seus aspectos afetivo, cognitivo, psicomotor, de comunicação e expressão, e de socialização.

Esse trabalho deverá ser realizado pelos professores da unidade (monitores II), por estagiários (de psicologia, pedagogia, educação artística e outros) e por voluntários*.

Seu planejamento e avaliação deve ser feito com a participação das chefias e equipes técnicas, a fim garantir sua integração com as demais atividades da unidade.

A seguir apresentamos algumas das atividades dirigidas, que poderão ser realizadas:

Estimulação- cuidados e atenção individualizada a bebês, cuja permanência na instituição não garante o atendimento às suas necessidades de contato corporal, de afeto e de estimulação, tão necessários ao seu desenvolvimento saudável.

Artes Plásticas- atividades que propiciem o contato das crianças com diversos materiais para exploração e criação (como desenhos, colagens, pinturas, trabalhos com sucata, argila ou “papier machê”, entre outros”) que estimulem sua criatividade e contribuam para o desenvolvimento de sua motricidade fina.

Música, dança e teatro: atividades que levem as crianças a cantar, a ouvir música, a dançar, a aprender a tocar instrumentos musicais e a representar, podendo ser aproveitadas as datas comemorativas para a apresentação dos resultados desses trabalhos.

Educação Física: atividades motoras lúdicas e prazerosas, jogos, competições e brincadeiras que trabalhem a psicomotricidade, o conhecimento corporal e a socialização das crianças.

* ver trabalho voluntário à página 51

342
338

4. Atenção à saúde

A atenção à saúde nessa modalidade de abrigo é extremamente importante. A experiência da unidade Sampaio Vianna, tem mostrado que na instituição as crianças adoecem mais facilmente.

Os bebês se ressentem da falta da mãe e se deprimem, manifestando isso através do desenvolvimento de infecções respiratórias, dermatites, perda de apetite... (falando dos problemas mais comuns). É bastante freqüente também, que as crianças manifestem-se apáticas pela falta de estimulação e de cuidados individualizados. Quando permanecem por um período maior na instituição, principalmente durante o primeiro ano de vida, observamos prejuízos em seu desenvolvimento, principalmente no aspecto da aquisição da fala.

Por isso o trabalho de **maternagem** deve ter o acompanhamento dos técnicos de saúde (médico, enfermeiro e psicólogo), que têm o papel de orientar e supervisionar o trabalho dos auxiliares de educação e de enfermagem, no que diz respeito ao atendimento à saúde integral da criança.

Especial atenção deve ser dada à higiene pessoal das crianças, o que inclui, tanto os cuidados básicos- garantindo que todas as crianças sejam pronta e adequadamente atendidas em suas necessidades-, quanto as ações relativas à educação das crianças maiores, em relação à aquisição de hábitos de higiene (lavar as mãos antes das refeições, aprender a escovar os dentes, etc..) e de aprendizado do uso do banheiro (controle da micção e evacuação).

Em relação à prevenção de doenças, um aspecto importante é o das condições ambientais. É necessário garantir que os ambientes estejam em condições adequadas de ventilação, iluminação e limpeza, pois a possibilidade de contaminação, nesse tipo de abrigo, é bastante grande. Além disso, é necessário também cuidados especiais com a manipulação da roupa suja, e a desinfecção das áreas consideradas críticas- banheiros, lactário, cozinha, berçários e enfermaria.

245
339

5. Atendimento às famílias

O atendimento às famílias das crianças abrigadas é, basicamente, da responsabilidade dos assistentes sociais. Esse é um trabalho extremamente importante, uma vez que a possibilidade da criança voltar a ser criada por sua família de origem é a primeira alternativa a ser pesquisada.

Conhecendo-se o motivo do abrigamento, defini-se o tipo de trabalho que deve ser feito para o encaminhamento do caso. Crianças perdidas ou abandonadas em locais públicos, que não sejam procuradas por seus familiares, devem ter sua imagem divulgada na televisão, como último recurso para encontrar seus responsáveis. Entretanto, caracterizando-se a situação de abandono, os técnicos da unidade devem sugerir a sua colocação em família substituta, ou seja, a sua colocação para adoção.

Nos casos de crianças abrigadas na instituição, em consequência de dificuldades conjunturais de seus familiares (problemas de moradia, desemprego, doença ou morte de um dos responsáveis, etc.), o atendimento deve estar direcionado no sentido de orientar e apoiar a família em sua reorganização. Nesses casos pode ser indicado a inclusão da família em programas de ajuda financeira, bem como a articulação com os serviços públicos da região, como creches, escolas de educação infantil e postos de saúde, entre outros. É importante que os pais compreendam que a instituição não é o melhor lugar para os seus filhos, e que se empenhem, com a ajuda dos técnicos da unidade, no sentido de poderem viabilizar, o mais rápido possível, o seu desabrigamento.

Há casos, entretanto, em que embora presentes e manifestando o desejo de ficar com a criança, os pais são avaliados como incapazes de se responsabilizar pelo cuidado de seus filhos, em consequência, por exemplo, de problemas mentais, alcoolismo ou drogadição. O atendimento à essa família deve então ser realizado pelo psicólogo, em parceria com o assistente social.

Finalmente, haverá crianças retiradas de suas famílias por terem sido vítimas de maus tratos ou violência por parte de seus genitores ou responsáveis, que por isso podem estar impedidos, judicialmente, de visitarem seus filhos. Nesses casos, o contato com as famílias é realizado pela Vara responsável, cabendo aos técnicos da unidade, fornecer informações sobre a criança sob seus cuidados.

344
340

6. *Transferência para outros abrigos*

As crianças que não retornarem às suas famílias no tempo previsível e/ou não forem colocadas em famílias substitutas, deverão ser transferidas para abrigos de permanência continuada. Essa medida, no entanto, traz prejuízos para as crianças, que poderão sofrer do ponto de vista psíquico, emocional e afetivo, com a perda de referência, a angústia da separação e o sentimento de abandono.

Para minorar esses prejuízos, alguns cuidados e procedimentos devem ser adotados pelos profissionais responsáveis pelo atendimento da criança, sobretudo psicólogos e assistentes sociais:

- realizar atendimento individual ou grupal às crianças a serem transferidas para outros abrigos, orientando e sendo continente às suas ansiedades e angústias.
- manter os pais ou responsáveis informados sobre as transferências de seus filhos, salvo nos casos de determinação judicial em contrário
- evitar o encaminhamento das crianças para abrigos distantes do local de moradia de seus pais ou responsáveis, nos casos em que o retorno à família possa ainda ser viabilizado, mesmo que a médio prazo
- garantir que grupos de irmãos permaneçam abrigados na mesma instituição, exceto nos casos de crianças portadoras de HIV, ou com deficiências graves, que só são aceitas em abrigos especializados
- garantir, nas transferências, o envio de relatórios com o histórico pessoal e situação de saúde, a documentação existente e os objetos pessoais das crianças

345
341

7. Adoção

São passíveis de colocação em famílias substitutas crianças, cujos pais morreram ou são desconhecidos, ou não podem ou não querem assumir o desempenho de suas funções parentais, ou ainda foram considerados, pela autoridade competente, incapazes ou indignos para tal.

A competência e autoridade nos procedimentos de adoção é das Varas da Infância e Juventude, ficando sob a responsabilidade dos técnicos da unidade, à partir do estudo do caso, fornecer informações e sugerir à autoridade judiciária a colocação das crianças em família substituta.

Exceto no caso de recém-nascidos, é muito importante que as crianças sejam preparadas para enfrentar essa grande mudança que ocorrerá em suas vidas.

Neste sentido temos algumas sugestões, a serem oportunamente discutidas com as Varas da Infância e Juventude que, acreditamos, poderiam contribuir para uma maior integração entre o trabalho dos técnicos da unidade e do Poder Judiciário, de modo a facilitar a adequada preparação das crianças:

- que a unidade seja informada sobre quais crianças seriam, a priori, colocadas sob termo de guarda, a curto e médio prazo, para que se inicie a sua preparação
- que as crianças recebam informações e fotos da família adotante, tão logo ela seja definida
- que seja feita na unidade a adaptação gradativa da criança à sua nova família, sob a forma de visitas monitoradas pelo psicólogo ou assistente social

246
342

8. Utilização dos serviços da região. Participação na vida da comunidade local

Todos sabemos dos inúmeros prejuízos que crianças institucionalizadas podem ter em seu desenvolvimento e socialização, decorrentes da tendência das instituições de abrigo de privarem as crianças de seu contato com o mundo, tentando prover todas as suas necessidades.

Pensamos que os abrigos devem ser entendidos como o local de moradia das crianças, onde devem ser garantidos os seus cuidados básicos. No entanto eles não podem, e nem devem, dar conta de tudo. Por isso é fundamental que os serviços da comunidade sejam utilizados, e que parte das atividades das crianças seja realizada fora da unidade, possibilitando que estabeleçam contatos com outras pessoas e participem da vida da comunidade local.

À partir dos 4 anos de idade as crianças devem ser matriculadas nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's), a fim de iniciar seu processo de pré-alfabetização.

Para as crianças menores de 4 anos, não recomendamos sua matrícula em creches, pois os serviços oferecidos seriam os mesmos do abrigo, não havendo nesse caso ganhos significativos para elas.

Para o atendimento à saúde das crianças, além do médico e do(s) psicólogo(s) de cada unidade, devem ser articulados os serviços da rede pública mais próximos, como postos de saúde, hospitais e pronto-socorros, para os casos de emergências, cirurgias, exames, vacinação, bem como, serviços de atendimento especializado.

Além desses serviços é importante também que as crianças participem das atividades oferecidas pelos equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer da região, bem como das festividades e eventos promovidos pela comunidade.

347
343

9. Sistematização e fluxo de informações

Registro da entrada e saída de crianças

Imediatamente após a chegada de cada criança devem ser registradas pelo coordenador de turno, as seguintes informações: o dia, o nome da criança, a data de nascimento, a procedência, o código do SOS e o quarto ou setor para onde foi encaminhada. A data de sua saída da unidade deve ser também registrada, bem como seu destino (família, adoção ou outra instituição).

Banco de dados sobre a as crianças atendidas

Devem constar, além dos dados de identificação (já registrados na chegada da criança), o nome dos pais ou responsáveis, o nome e a idade dos irmãos e sua localização (outra instituição, família ou a própria unidade), o endereço da família, o número do Prontuário, o número do Processo no Fórum, dados sobre o nascimento e dados sobre a saúde da criança (doenças que já teve, alergias a medicamentos, avaliação do estado nutricional, etc.). Após a saída da criança, essas informações devem ser separadas em arquivo próprio.

Livro de plantão dos quartos e/ou setores

As ocorrências e avaliação do plantão devem ser registradas pelos auxiliares de educação, a fim de facilitar a troca de informações na passagem dos plantões. Esses registros são importantes na avaliação da qualidade do atendimento, facilitando o acompanhamento do trabalho pelos coordenadores de turno e encarregado técnico.

Livro de plantão dos coordenadores de turno

Da mesma forma que o anterior, seus registros objetivam facilitar uma adequada troca de plantão. Devem constar as ocorrências do dia e os agendamentos e tarefas pendentes para o próximo plantão.

Censo diário

Instrumental para o registro do número diário de crianças na casa, do número de crianças hospitalizadas ou encaminhadas a pronto socorro, e as saídas para passeios ou outras atividades do gênero. Serve também para o registro do número de auxiliares de educação e de enfermagem de cada quarto ou setor do plantão. Seu preenchimento é da responsabilidade do coordenador de turno.

348
344

Prontuário médico

Pasta onde deve constar o histórico e os dados de saúde da criança, sua carteira de vacina, resultados de exames e prescrições médicas. Sua organização é da responsabilidade dos auxiliares de enfermagem.

Agenda de encaminhamento a consultas externas

O registro do agendamento das consultas, também de responsabilidade dos auxiliares de enfermagem, deve ser feito por especialidade e por tipo de procedimento: consulta inicial, prosseguimento, exames periódicos ou exames de saída.

Caderno de anotações de enfermagem

Registro sobre as ocorrências e a avaliação do plantão, de responsabilidade dos auxiliares de enfermagem.

Prontuário

Nelas devem ser arquivadas as informações constantes no banco de dados, a documentação da criança, as cópias dos ofícios recebidos e enviados ao Fórum, os relatórios sociais e de avaliação psicológica, os registros das visitas familiares e demais documentos relativos ao atendimento da criança.

Planejamento e avaliação das atividades dirigidas

Esse registro deve ser realizado em instrumental próprio, pelos responsáveis pelas atividades (professores, voluntários e estagiários), onde deve constar, a proposta de trabalho, nome e idade das crianças participantes e uma pequena avaliação sobre a atividade realizada.

Controle de materiais e serviços

O controle do uso de veículos, dos materiais e serviços de apoio, deverá ser feito através de formulários próprios.

344
345

VII- SERVIÇOS DE APOIO

1. Alimentação

O serviço de alimentação é composto basicamente por cozinha- onde são confeccionadas as refeições destinadas às crianças, lactário- onde são confeccionadas as fórmulas lácteas, sucos e papas e copa- onde são distribuídas as refeições.

Seu planejamento compreende uma série de etapas e deve considerar o número de refeições a serem servidas, o sistema de distribuição empregado, a diversificação do serviço, o número de profissionais disponíveis e o tipo e quantidade de equipamentos.

As dependências do serviço devem ser planejadas para propiciar condições adequadas de trabalho aos funcionários, racionalizando as atividades e assegurando a confecção de refeições com padrão ideal nos aspectos nutricionais e bacteriológicos.

A escolha do local

O serviço de alimentação deve, sempre que possível, localizar-se no andar térreo, de forma a proporcionar fácil acesso externo para abastecimento, iluminação natural e ótimas condições de ventilação. Na impossibilidade de localização em andar térreo, sugerimos a instalação de elevadores ou montacargas específicos. Deve também localizar-se em áreas onde os arredores não ofereçam risco às condições gerais de higiene e sanidade, por contaminações decorrentes da entrada de animais, pássaros, insetos, roedores, e demais pragas, e ainda favorecer as operações de manutenção e limpeza.

Na escolha do local para a instalação do serviço é importante observar as condições de temperatura e de umidade, o tipo de piso, paredes, divisórias, portas, janelas, forros e tetos, a pintura- recomendamos a utilização de cores claras- e as instalações elétricas e hidráulicas. Deve-se prever a construção, de caixa de gordura em área externa, proporcional ao volume do serviço.

350
346

O recebimento de mercadorias

CARNES

Devem ser entregues acondicionadas em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embaladas em sacos plásticos ou à vácuo; a temperatura do alimento deve ser verificada no ato da entrega, obedecendo os seguintes valores:

bovinas, suínas e aves	até 4 graus C
pescados	até 0 graus C
frios e embutidos industrializados	até 8 graus C
congelados	(-) de 18 graus C

As condições organolépticas (cor, sabor, odor, textura, aspecto e viscosidade) do produto também devem ser avaliadas no ato da entrega.

HORTIFRUTIGRANGEIROS

Devem ser entregues em monoblocos vazados e limpos. Deve-se observar durante o recebimento o tamanho, a cor, o aroma, o grau de maturação e a ausência de danos físicos. Os ovos devem estar em caixa de papelão, protegidos por bandejas, apresentando a casca inteira, sem rachaduras e sem resíduos que indiquem falta de higiene do fornecedor.

LEITE E DERIVADOS

O leite "in natura" deve apresentar-se em embalagem adequada (sacos plásticos, caixa tipo longa vida ou garrafas plásticas), sem nenhum dano ou sinal de violação ou ainda de estufamento da embalagem. Deve-se observar a data de validade do produto.

ESTOCÁVEIS

Estes produtos devem apresentar-se com embalagens íntegras, próprias, dentro do prazo de validade e com identificações corretas e adequadas no rótulo. As latas não devem estar enferrujadas, amassadas ou estufadas- em qualquer uma dessas situações deve-se desprezar o produto. Os vidros não devem apresentar vazamento nas tampas, formação de espuma ou qualquer outro sinal de alteração. As massas frescas devem apresentar condições organolépticas ideais e deve ser observado se há presença de fungos.

354
347

No ato do recebimento deve-se observar a data de validade de todas as mercadorias; caso esteja muito próximo do vencimento avaliar a programação para não correr o risco de ficar com alimento vencido nas dependências do serviço. Toda mercadoria deve possuir em sua embalagem informações sobre data de fabricação, data de validade e registro nos órgãos competentes legível.

CARNES

As carnes devem ser armazenadas em baixas temperaturas ou até mesmo congeladas, de acordo com a periodicidade de entrega e o consumo. As temperaturas ideais de conservação são:

bovina, suína e aves	o a 5 graus C
carnes congeladas	-18 graus C
carnes resfriadas	4 graus C por 48 horas
pescados	-18 graus C

HORTIFRUTIGANJEIROS

Hortaliças e legumes devem ser armazenados em monoblocos vazados em temperatura de até 10 graus C. Cebola, batata e alho podem ser armazenados em temperatura ambiente, por sete dias no máximo.

LEITE E DERIVADOS

Estes gêneros devem ser armazenados sob refrigeração até 8 graus C pelo prazo de validade determinado na embalagem.

ESTOCÁVEIS

Os produtos que possuem estabilidade quando estocados à temperatura ambiente, devem apresentar-se com embalagem íntegra, própria para cada produto. Estes gêneros devem ser armazenados distantes ou isolados de materiais de limpeza e/ou produtos químicos. Massas frescas devem ser armazenadas sob refrigeração até 4 graus C.

CONDIÇÕES GERAIS DE ARMAZENAMENTO

Além dos padrões estabelecidos deve-se considerar também as instruções do fabricante. Embalagens contendo cereais, farináceos e leguminosas devem ser empilhados em cruz, permitindo maior circulação de ar e evitando deslizamentos.

352
348

Nenhuma mercadoria pode ser colocada diretamente no piso, devendo sempre ser utilizado estrados, pallets, etc..., mantendo uma distância mínima do piso de 25 cm. Toda mercadoria deve estar no mínimo a 45 cm de distância das paredes para permitir a circulação de ar, evitar contatos e permitir passagem para a manutenção e limpeza do ambiente.

Os produtos deve ser armazenados de acordo com sua natureza, separados por grupo ou tipo, em lugar limpo e conservado, com corredores definidos e de fácil acesso. As mercadorias devem ser mantidas em suas embalagens originais ou desembaladas desde que sejam preservadas as informações legais exigidas.

A higiene dos alimentos

A higiene dos alimentos pode ser definida como o conjunto de ações que visam:

- a proteção dos alimentos contra a contaminação física, química ou micro biológica
- a inibição da multiplicação dos microrganismos além de um determinado limite nocivo à saúde
- a destruição dos microrganismos patogênicos

Para tanto, na manipulação dos alimentos 10 regras básicas devem ser seguidas:

1. Escolher produtos de boa qualidade, devidamente higienizados, isentos de contaminação e corpos estranhos.
2. Cozinhar bem os alimentos, conforme os critérios de tempo e temperatura.
3. Diminuir ao máximo o tempo intermediário entre a cocção e a distribuição.
4. Guardar cuidadosamente os alimentos cozidos, às temperaturas de segurança.
5. Reaquecer adequadamente os alimentos cozidos, segundo os critérios de tempo e temperatura.
6. Evitar o contato entre os alimentos crus e cozidos.
7. Observar a higiene dos manipuladores.
8. Higienizar e desinfetar corretamente superfícies, equipamentos e utensílios.
9. Manter os alimentos fora do alcance dos insetos, roedores e outros animais.
10. Utilizar água potável.

253
349

A higiene pessoal e do ambiente

PESSOAL

Todas as pessoas envolvidas no serviço de alimentação devem ser treinadas e conscientizadas a praticar as medidas de higiene para proteger os alimentos de contaminações químicas, físicas e microbiológicas. Para tanto deve-se levar em conta, principalmente a higiene corporal das mãos, uniformes, hábitos pessoais e controle de saúde periódico.

Os funcionários deverão ser submetidos a exames periódicos, compostos basicamente por exames laboratoriais- coprocultura, protoparasitológico, hemograma, urina e RX do tórax. Caso algum funcionário apresente qualquer problema que possa comprometer a alimentação, o mesmo deverá ser afastado para tratamento e ao retornar deverá apresentar novo exame comprovando a eficácia do tratamento.

AMBIENTAL

A higienização do local, dos equipamentos e utensílios é um fator de suma importância no serviço de alimentação. Dessa forma, além da higienização de rotina, deve-se também:

- remover o lixo diariamente em recipientes apropriados, devidamente tampados, tomando medidas eficientes para evitar a penetração de insetos, roedores ou outros animais
- impedir a presença de animais domésticos nos locais de trabalho
- seguir um programa de desinsetização periódico, orientado por empresas que tenham seus produtos registrados no Ministério da Saúde (Portaria S. N. V. S. n. 10 de 08.03.85)

Os procedimentos para a higienização das instalações, bem como a higienização dos utensílios, deverão ser seguidos de acordo com as orientações do responsável técnico.

A coleta de amostras

As amostras devem ser coletadas em sacos plásticos específicos para este fim e de acordo com os seguintes procedimentos:

- coletar um mínimo de 100 gramas
- identificar as amostras com data, horário da coleta, refeição e nome da preparação
- lacrar imediatamente e armazenar em freezer por 72 horas

354
350

Composição do cardápio segundo a faixa etária

CRIANÇAS DE 0 A 12 MESES

faixa etária	alimentação	volume
0 a 2 meses	Nan 1 de 3 em 3 hs às 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23 e 02	até 150 ml
3 meses	Nan 1 de 3 em 3 hs às 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23 e 02	de 150 a 200 ml
4 meses	Nan 1 + suco + papa de frutas leite às 5, 8, 11, 14, 17 e 20 suco às 9; papa de frutas às 11	150 a 200 ml 80 ml; 50 a 60 grs
5 meses	Nan 2 + suco + papa salgada + papa de frutas leite às 5, 8, 11, 14, 17 e 20 suco às 9; papa salgada às 11; papa de frutas às 17	200 a 240 ml 100 ml; 150 a 200 grs; 50 a 60 grs
6 a 8 meses	Nan 2 + suco + papa salgada + papa de frutas leite às 5, 14 e 20 suco às 9; papa salgada às 11 e 17 ; papa de frutas às 11 e 17	200 a 240 ml 100 a 125 ml; 200 a 250 gr; 50 a 60 grs
9 a 12 meses	Leite de vaca + suco + sopa + frutas leite às 5, 14 e 20 suco às 9; sopa às 11 e 17; frutas às 11 e 17	240 ml 150 ml; 200 a 250 grs; 80 a 100 grs

Obs- introdução de uma gema a partir do sexto mês e do ovo inteiro a partir do nono mês; para crianças com distúrbios intestinais (diarréias) dar leite Alfaré

Descrição das fórmulas lácteas:

Leite Nan 1- 13,2%

Leite Nan 2- 13,9%

Leite de vaca do tipo B- açúcar 5% e amido 3%

355
351

CRIANÇAS DE 12 A 24 MESES

Nessa faixa etária as mamadeiras já podem começar a ser substituídas por copos e canecas e ocorre a introdução de alimentos mais sólidos, de acordo com o desenvolvimento da criança.

Basicamente, as refeições são compostas por:

Desjejum	Leite com café ou chocolate Pão com margarina ou bolachas
Suco de frutas às 9 horas	
Almoço/ Jantar	Arroz bem cozido, caldo de feijão, carne ou frango (moído ou desfiado), legumes (em sua maioria sob a forma de purês) e sobremesa (frutas, pudins, gelatinas, yogurt, etc...
Lanche da tarde	Leite com café, chocolate ou groselha, chás ou sucos e bolachas ou pão com queijo ou bolo, etc...
Lanche noturno	Chá, mingau ou leite e bolachas

CRIANÇAS DE 2 A 7 ANOS

Nessa faixa etária a alimentação é considerada normal, tendo-se a preocupação em não oferecer carnes sob a forma de bifes, carnes gordurosas (suína) ou frango com osso. Na confecção do cardápio deve-se procurar incluir todos os alimentos, a fim de evitar refeições repetitivas e monótonas e garantir a oferta de todos os nutrientes. A composição das refeições é a seguinte:

Desjejum	Leite com café ou chocolate Pão com margarina
Almoço/ Jantar	Arroz, feijão, prato protéico, guarnição, salada, sobremesa (fruta ou doce) e suco
Lanche da tarde	Leite com café, chocolate ou groselha, chás ou sucos Pão com frios ou bolo ou bolacha ou pão doce
Lanche noturno	Chá ou mingau e bolachas

256
352

A água

A água é tão importante para preparar o alimento quanto para beber. Se o fornecimento de água não inspira confiança, convém fervê-la antes de adicioná-la aos alimentos ou transformá-la em gelo para refrigerar bebidas. Importa, sobretudo, o cuidado com a água utilizada para preparar a alimentação de lactentes. A água deve ser oferecida várias vezes ao dia, principalmente em dias quentes.

A distribuição das refeições

LACTÁRIO

As mamadeiras, sucos e papas, após confeccionados, devem ser retirados pelos auxiliares de educação, nos horários estabelecidos, e depois devolvidos pelos mesmos à área de higienização.

COPA

Na copa devem ser porcionadas as refeições destinadas às crianças na faixa etária de 12 a 24 meses. Essas refeições serão condicionadas em marmitex, respeitando-se um quadro previamente elaborado pela nutricionista. Depois de acondicionadas, as refeições serão colocadas em um carrinho, previamente arrumado com os pratos e colheres, e encaminhadas aos berçários, onde serão servidas às crianças. Após as refeições os pratos e talheres devem ser devolvidos ao carrinho, onde retornam à copa para higienização.

A refeição das crianças maiores (de 2 a 7 anos) será distribuída na copa, na forma de prato pronto. Os funcionários da copa devem porcionar os pratinhos, bem como a sobremesa e o suco, que serão servidos pelos auxiliares de educação no refeitório.

Sobras e restos

Sobra - alimento processado e que não foi distribuído

Resto- alimento processado, distribuído e que sobrou em pratos, canecas, mamadeiras, etc..

Tanto restos quanto sobras devem ser desprezados. O resto-ingesta não deve ser em hipótese alguma reutilizado, nem mesmo como ração para animais. A sobra também não deve ser reutilizada, principalmente em refeições de crianças pois, a partir do momento em que o alimento começou a ser processado já houve alguma manipulação e portanto risco de contaminação.

257
353

2. Lavanderia*

A função da lavanderia é fornecer roupa limpa, em quantidade suficiente, para todas as crianças e setores da unidade. Isso significa remover a sujeira e o odor, e eliminar possíveis micro-organismos presentes nas roupas.

Este serviço operacionaliza-se através das seguintes etapas:

- recolhimento e separação da roupa suja
- lavagem, desinfecção, secagem e acabamento da roupa
- armazenamento e controle da roupa limpa
- distribuição das roupas para os diversos setores
- pequenos consertos e marcação das peças

A manipulação e a lavagem da roupa suja, devem seguir rigorosamente alguns procedimentos, pois nessas etapas o risco de contaminação ambiental é bastante grande. As doenças mais comuns que podem ser veiculadas, considerando-se a faixa etária de 0 a 7 anos, são as doenças infecto contagiosas, como a hepatite infecciosa; as parasitoses como a giardíase, a escuridíase (lombrigas); a escabiose (sarna); a pediculose (piolhos) e as dermatoses com infecção secundária como o impetigo (feridas com secreção).

Procedimentos

- manusear e sacudir a roupa suja o menos possível
- coletar a roupa suja em sacos identificados por cores diferentes: um para sujeira pesada, quando a roupa contém urina, fezes, sangue, vômitos ou restos de alimentos; e outro para sujeira leve, que é o caso dos lençóis, toalhas de banho, cobertores e parte das roupas das crianças maiores
- isolar, o máximo possível, dentro da lavanderia a área de separação e lavagem de roupas sujas, da área de secagem e acabamento de roupas limpas
- evitar cruzamentos, tanto dentro da lavanderia quanto no transporte das roupas dos setores para a lavanderia e vice-versa
- usar adequadamente os produtos bactericidas e virucidas indicados
- recolher a roupa suja e devolver a roupa limpa aos quartos e setores, nos horários pré-estabelecidos

* baseado no livro *Creche/ Pré-escola* da Secretaria do Menor. SP.1992; parte 2, cap. 3, pag 127.

256
354

Marcação e distribuição de roupas

Para identificar a roupa de cada quarto ou setor é necessário que elas sejam marcadas. Sugerimos a utilização de carimbos com motivos infantis, cuidando para que, no caso do vestuário das crianças, ele seja colocado na parte do avesso.

Cada grupo de crianças deve ter o número suficiente de roupas para efetuar todas as trocas diárias que forem necessárias. Mensalmente, 20% do guarda roupa de cada quarto deve ser substituído por peças novas.

Número de trocas por dia por criança

VERÃO

Crianças de 0 a 1 ano	6 trocas de roupas de verão + 2 trocas de roupas de meia estação (malha)
Crianças de 2 a 7 anos	4 trocas de roupas de verão + 2 trocas de roupas de meia estação (malha ou moletom)

INVERNO

Crianças de 0 a 1 ano	6 trocas de roupas de inverno + 2 trocas de roupas mais leves
Crianças de 2 a 7 anos	4 trocas de roupas de inverno + 2 trocas de roupas mais leves

355
355

3. Limpeza *

A higiene ambiental visa proporcionar um espaço saudável, confortável e seguro, onde a criança possa engatinhar, correr, andar, comer, tomar banho, brincar e explorar.

As ações de limpeza têm como objetivo, além da remoção de detritos e sujeiras visíveis, a prevenção da presença de insetos e roedores, e a alimentação de microrganismos que possam causar doenças, quando propagados em ambiente coletivo.

Considerando o grau de sujidade e o potencial de veiculação de doenças de cada área recomendamos os seguintes procedimentos para a limpeza da unidade:

ÁREAS CRÍTICAS (contato com fezes, urina, secreções e/ou lixo)

ambiente	limpeza/desinfecção
cozinha e lactário	limpeza diária com água e sabão; desinfecção com cloro apenas quando indicado, em ocasiões de surtos
banheiros, enfermaria, lavanderia, abrigo e recipientes de lixo	limpeza e desinfecção simultâneas com detergente/desinfetante fenólico ou dependendo da indicação, limpeza com água e sabão e desinfecção com solução clorada, uma a duas vezes ao dia
berçários	limpeza com água e sabão duas vezes ao dia; limpeza e desinfecção com detergente/desinfetante fenólico ou dependendo da indicação, limpeza com água e sabão e desinfecção com solução clorada, uma vez por semana

*baseado no livro *Creche/Pré-escola* da Secretaria do Menor. SP.1992, pags 135 a 139.

360
356

ÁREAS SEMI-CRÍTICAS OU NÃO CRÍTICAS (todas as demais áreas)

ambiente	limpeza/ desinfecção
dormitórios, salas de atividades e refeitório	limpeza com água e sabão uma vez ao dia e após as refeições
área administrativa e área externa	limpeza com água e sabão uma vez ao dia, com procedimentos diferentes de acordo com a periodicidade e o tipo de acabamento da área

Além desses procedimentos, para a efetiva higiene ambiental e a redução da contaminação, os seguintes princípios técnicos devem ser garantidos:

- recolher num saco plástico as roupas sujas, cuidadosamente, sem agitação para evitar a contaminação
- as áreas crítica e semi-críticas não devem ser varridas ou limpas com pano seco para evitar a dispersão de poeira e partículas contaminadas
- limpar sempre na seqüência de cima para baixo: teto, lustres, janelas, portas, paredes, mobiliário, bancadas, piso
- a limpeza dos mobiliários, utensílios e bancadas de inox, deve ser realizada com esponja sintética adequada
- a limpeza deve ser feita sempre esfregando bem com água e detergente, com posterior enxugamento
- utilizar sempre o detergente e/ou desinfetante diluído de acordo com as concentrações recomendadas, em vaporizador a partir do fundo da sala, desde o rodapé, esfregando-se bem com a máquina de lavar e escovas próprias

~~36~~
357

VIII- RECURSOS HUMANOS

1. Organograma

363
359

3. Atribuições e responsabilidades

Diretor

- Responder pela unidade junto à DT2.
- Coordenar, orientar e avaliar o trabalho dos encarregados técnico e administrativo, promovendo a integração de suas tarefas.
- Definir objetivos, prioridades, planos de trabalho e de avaliação, estratégias e ações.
- Articular a integração das ações desenvolvidas pelas diferentes áreas, promovendo o intercâmbio entre os profissionais e favorecendo a coerência do trabalho em equipe.
- Captar recursos financeiros e doações, a fim de garantir a qualidade do atendimento prestado.
- Articular serviços que colaborem e complementem o atendimento prestado pela unidade.
- Solicitar e orientar a elaboração de relatórios avaliativos, pareceres técnicos, registros e análises de dados referentes ao atendimento.
- Estar constantemente informado à respeito dos trabalhos desenvolvidos.

Encarregado Administrativo

- Responder pela unidade na ausência do diretor e encarregado técnico.
- Assistir e auxiliar o diretor da unidade na execução de suas tarefas.
- Responder pelas providências junto aos setores competentes, referentes à manutenção das instalações físicas e dos equipamentos.
- Coordenar reuniões com os funcionários, garantindo a participação efetiva de todos no planejamento e avaliação das atividades meio.
- Orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos funcionários sob sua coordenação.
- Manter o diretor informado sobre os trabalhos desenvolvidos na unidade, sob sua coordenação.
- Proceder o controle de documentos relativos às despesas, para possibilitar a apuração de custos e orçamentos.
- Responsabilizar-se pelo controle de transporte.

304
2/60

Encarregado Técnico

- Responder pela unidade na ausência do diretor.
- Coordenar, orientar e avaliar o trabalho dos coordenadores de turno, e equipe técnica, promovendo a integração de suas tarefas.
- Coordenar reuniões com os funcionários, garantindo a participação efetiva de todos no planejamento e avaliação das atividades fim.
- Orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos funcionários sob sua coordenação.
- Manter o diretor informado sobre os trabalhos desenvolvidos na unidade, sob sua coordenação.
- Elaborar e solicitar a elaboração de relatórios avaliativos, pareceres técnicos, registros e análises de dados referentes ao atendimento.

Coordenador de Turno

- Responder pela unidade, na ausência do diretor e encarregados.
- Recepcionar a chegada de crianças na unidade e, após os registros necessários, encaminhá-las aos profissionais competentes.
- Orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos funcionários sob sua coordenação.
- Manter o encarregado técnico informado sobre os trabalhos desenvolvidos na unidade, sob sua coordenação.
- Elaborar relatórios informativos e avaliativos sobre o plantão, registrar e controlar as informações sobre a entrada, e o desabrigamento ou transferência de crianças.
- Tomar conhecimento dos registros sobre os plantões.
- Assistir e auxiliar o encarregado técnico na execução de suas tarefas.
- Participar de reuniões de planejamento e avaliação dos trabalhos.
- Elaborar as escalas de férias e folgas dos funcionários sob sua coordenação; designar funcionários para os setores e para acompanhar crianças em hospitais e pronto socorros.
- Listar e solicitar semanalmente os materiais necessários ao atendimento das crianças.
- Cuidar da manutenção das instalações e do uso adequado e criterioso dos materiais.
- Solicitar o conserto das instalações e materiais, e fiscalizar as condições de limpeza e higiene das instalações reservadas às crianças.

265
361

Médico

- Atender prontamente as crianças da unidade, em casos de urgência de saúde, medicando ou encaminhando para serviço especializado
- Fazer exame minucioso nas crianças, logo após sua recepção, para detecção precoce de patologias e definição adequada de encaminhamento
- Acompanhar por telefone, pessoalmente e/ou através de relatórios, a evolução de crianças hospitalizadas ou em tratamento fora da unidade
- Acompanhar diariamente, com exame sucinto ou informações da enfermagem, pacientes com medicação ou patologias em curso
- Organizar o trabalho, de tal forma que sejam realizados exames periódicos em todas as crianças abrigadas
- Promover e supervisionar, em parceria com os demais técnicos e com o apoio dos auxiliares de enfermagem, ações de saúde, visando a melhoria das condições ambientais (insolação, ventilação, limpeza), de higiene das crianças e nutricionais
- Promover, em parceria com os demais técnicos e os auxiliares de enfermagem, ações de capacitação e reciclagem para os auxiliares de educação
- Participar, junto aos demais técnicos, das decisões relativas às transferências e desabrigamento das crianças
- Manter-se permanentemente informado sobre as anotações do prontuário médico das crianças
- Elaborar boletim estatístico de atendimento diário, com o objetivo de, ao final de cada mês, definir ações específicas de saúde
- Elaborar laudos e relatórios para o Poder Judiciário e demais técnicos da unidade, quando solicitado ou quando julgar necessário por detectar problemas específicos, tanto físicos quanto psíquicos
- Detectar precocemente, junto aos auxiliares de enfermagem, eventuais surtos epidêmicos, e trabalhar no sentido de minimizar seus efeitos
- Acompanhar ações de saúde, como programas vacinais e campanhas de reforço, bem como programas de prevenção à cárie dentária
- Promover e participar, periodicamente, de reuniões com a equipe de saúde e demais técnicos, buscando, através de um trabalho multidisciplinar, o aprimoramento do atendimento às crianças abrigadas
- Responder pelas suas atividades junto ao diretor e encarregado técnico da unidade

266
362

Psicólogo

- Recepcionar as crianças logo após sua chegada, com o objetivo de conhecer sua situação e história, e de situá-las quanto à sua permanência no abrigo.
- Proceder avaliação psicológica e encaminhar a criança e/ou a família para atendimento especializado, nos casos em que for necessário.
- Realizar atendimento psicológico individual e em pequenos grupos, com o objetivo de dar continência às angústias das crianças abrigadas.
- Orientar pais e/ou responsáveis, individualmente ou em grupo, com o objetivo de promover uma reflexão junto à família, visando a melhoria de sua qualidade de vida e a reintegração da criança ao grupo familiar.
- Realizar visitas domiciliares às famílias, quando necessário.
- Realizar trabalho de grupo com os auxiliares de educação, visando a melhoria da qualidade do atendimento à criança sob seus cuidados.
- Elaborar parecer psicológico e relatório psico-social de todos os casos avaliados.
- Preparar as crianças que serão encaminhadas para famílias substitutas, com o objetivo de minimizar as diferenças culturais, bem como facilitar a sua integração à nova família.
- Acompanhar os processos de transferência das crianças, conhecendo a entidade social e preparando as crianças, com o objetivo de facilitar sua adaptação à mudança e às novas situações.
- Discutir os casos de crianças que manifestem sentimentos e/ou comportamentos que necessitem de maior atenção e cuidados, com os demais profissionais da unidade que participem do atendimento.
- Discutir casos com os técnicos das Varas da Infância e Juventude, quando necessário
- Acompanhar o trabalho dos estagiários em psicologia.
- Participar do planejamento e avaliação dos trabalhos.
- Responder pelas suas atividades junto ao encarregado técnico da unidade

363

Assistente Social

- Entrevistar e realizar visitas domiciliares aos pais ou responsáveis, com o objetivo de pesquisar e avaliar a viabilidade do retorno da criança à sua família.
- Orientar pais ou responsáveis sobre as questões relativas à situação e aos cuidados com suas crianças, e apoiá-los em sua inserção nos serviços públicos de sua região de moradia.
- Estimular a visita dos familiares ou responsáveis das crianças abrigadas, salvo nos casos de determinação judicial em contrário.
- Incluir as famílias das crianças abrigadas em programas de apoio financeiro, nos casos em que as condições econômicas desfavoráveis motivaram o abrigo.
- Manter contatos frequentes com as crianças, conversar com elas sobre sua situação familiar, e prepará-las nos momentos de desabrigo ou transferência de abrigo.
- Manter contatos sistemáticos com entidades de abrigo.
- Registrar, nas pastas individuais das crianças, as visitas de seus familiares ou responsáveis e; elaborar relatórios sociais com pareceres técnicos sobre o caso, a fim de subsidiar as decisões relativas à situação das crianças, encaminhando-os ao Poder Judiciário nos prazos estabelecidos.
- Providenciar, se necessário, a documentação da criança, imediatamente após a sua chegada.
- Manter os prontuários das crianças permanentemente organizados e atualizados.
- Manter contatos frequentes com as equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude, a fim de consultar processos e discutir os casos.
- Participar do planejamento e avaliação dos trabalhos.
- Supervisionar o trabalho dos estagiários em Serviço Social.
- Responder pelas suas atividades junto ao encarregado técnico da unidade

368
364

Nutricionista

- Supervisionar o trabalho da empresa prestadora dos serviços de alimentação
- Verificar o padrão de qualidade da matéria prima recebida pela empresa, e do produto final servido aos comensais
- Garantir que a empresa prestadora de serviços cumpra o esquema alimentar proposto pela nutricionista, e aprovado pelo médico, bem como as fórmulas para diluição dos diferentes tipos de leite prescritos
- Fiscalizar a higienização dos horti-fruti, segundo as normas da vigilância sanitária
- Fiscalizar a higienização dos utensílios e equipamentos, bem como a limpeza e organização da cozinha, copa e lactário
- Supervisionar a confecção e distribuição das refeições
- Controlar a qualidade e a quantidade das refeições, verificando o “per capita” servido
- Controlar o horário de distribuição das refeições
- Analisar o cardápio, observando o padrão contratado, adaptando-o, dentro das possibilidades, às preferências dos comensais
- Realizar controle estatístico do fornecimento de refeições, mamadeiras, papas, sucos e lanches
- Avaliar e acompanhar mensalmente, o estado nutricional das crianças, através de registros no gráfico de crescimento pondero-estatural
- Fornecer dietas equilibradas, a fim de proporcionar a recuperação das crianças com desnutrição, ou com outras patologias
- Verificar diariamente as prescrições médicas das crianças do berçário
- Controlar diariamente as quantidades e tipos de mamadeiras, levando em consideração a entrada e saída de crianças, bem como seu desenvolvimento neuro-psico-motor
- Responder pelas suas atividades junto ao encarregado técnico da unidade
- Participar do planejamento e avaliação das atividades da unidade.
- Acompanhar os momentos das refeições das crianças, avaliando e orientando a atuação dos educadores

369
365

Enfermeiro

- Orientar e supervisionar o trabalho dos auxiliares de enfermagem, prestando assistência direta à criança quando necessário.
- Participar de atividades de apoio diagnóstico, e de outras que favoreçam os tratamentos.
- Elaborar normas, procedimentos e rotinas para a assistência de enfermagem, e organização do serviço.
- Gerenciar a prestação de serviços de enfermagem da unidade, elaborando as escalas de trabalho, férias e folgas, e distribuindo as atividades a serem executadas.
- Participar dos procedimentos relativos à vigilância epidemiológica.
- Orientar e supervisionar o serviço de imunização.
- Coordenar reuniões com funcionários sob sua responsabilidade, garantindo a participação efetiva de todos no planejamento e avaliação das atividades meio.
- Executar o controle do material e medicamentos utilizados pela equipe de enfermagem.
- Verificar periodicamente as condições dos aparelhos utilizados nos serviços de saúde, providenciando seu conserto ou substituição, quando necessário.
- Providenciar os medicamentos necessários, que não constem no almoxarifado da unidade.
- Responder pelas suas atividades junto ao encarregado técnico da unidade
- Orientar e supervisionar o trabalho dos estagiários de enfermagem.
- Participar do planejamento e avaliação das atividades da unidade.
- Articular os recursos de saúde da comunidade, acompanhando e avaliando o atendimento prestado às crianças.

370
366

Professor

- Planejar e desenvolver atividades de comunicação e expressão (linguagens oral, simbólica, musical, plástica e gráfica), psicomotricidade e socialização, com grupos de crianças, de acordo com a faixa etária.
- Planejar e acompanhar as crianças a passeios e visitas a museus e centros de cultura, inserindo essas atividades no seu trabalho educacional com as crianças.
- Organizar brinquedotecas e responsabilizar-se pelo seu funcionamento e conservação.
- Promover festas e eventos com as crianças nas datas comemorativas.
- Elaborar planejamento semanal de atividades e aulas, e avaliar os trabalhos ao final de cada período.
- Prever, solicitar e controlar os materiais utilizados nas atividades.
- Registrar a cada atividade, a proposta de trabalho, o nome das crianças participantes e sua avaliação.
- Elaborar relatórios sobre o desenvolvimento de cada criança.
- Trocar informações e discutir os casos com os demais profissionais da unidade, visando estabelecer formas complementares de atuação.
- Encaminhar imediatamente a criança à equipe de saúde, nos casos de acidente, e quando houver queixas ou sintomas de doenças.
- Solicitar a ajuda do psicólogo, quando a criança manifestar sentimentos ou comportamentos que mereçam maior atenção (angústia, depressão, agressividade, super excitação, apatia...)
- Comunicar imediatamente ao coordenador de turno a ocorrência de acidentes ou outras situações graves.
- Responder, junto ao coordenador de turno e encarregado técnico, pelo seu trabalho com os grupos de crianças.

366

Auxiliar de Enfermagem

- Realizar imediatamente após a chegada da criança, exame físico de entrada (inspeção geral, peso, altura, perímetro cefálico e torácico)
- Identificar a criança através de pulseira fixa, e zelar para que a mesma conserve sua identificação
- Auxiliar nos cuidados diários de higiene, zelando pelo bem estar da criança
- Observar sinais e sintomas anômalos, averiguar as queixas e encaminhar para consulta médica e/ou odontológica
- Prestar os primeiros socorros de sua competência, na ausência do médico, e providenciar atendimento em pronto socorro de referência
- Manter agenda de encaminhamento a consultas externas, segundo a especialidade, seguindo os procedimentos próprios: consulta inicial, prosseguimento, exames periódicos e exames de saída
- Colher material para exames laboratoriais, encaminhá-los ao laboratório de referência e receber os resultados para apresentação ao médico
- Estabelecer cronogramas de vacinação com as unidades de referência, de modo a cumprir rigorosamente o esquema vacinal
- Orientar familiares sobre medicação a ser seguida em casa, nos casos de desabrigamento
- Cumprir rigorosamente as prescrições médicas
- Fazer diariamente anotações de enfermagem
- Manter organizados os prontuários médicos
- Fazer pedido de material e de farmácia, de acordo com o padrão estabelecido para o gasto na unidade
- Controlar rigorosamente as condições de estocagem dos medicamentos
- Zelar pela limpeza e organização da sala de enfermagem

323
368

Auxiliar de Educação - para crianças de 2 a 7 anos

- Responsabilizar-se por um grupo de crianças, cuidando e orientando todas as suas atividades de vida diária (sono, despertar, higiene, refeições, brincadeiras, descobertas, etc...), colocando-se, em todos esses momentos, como uma referência de afeto e proteção.
- Planejar, sugerir, estimular e desenvolver brincadeiras e atividades variadas (pipa, brincadeiras de roda, corda, amarelinha, casinha, etc..), incentivando a expressão dos afetos, emoções e sentimentos das crianças, e valorizando suas novas experiências e descobertas.
- Acompanhar as crianças em atividades externas recreativas e de lazer, como passeios e visitas à museus, centros de cultura e esporte, teatro, cinema, etc...
- Zelar pela segurança e bem-estar da criança, intermediando conflitos, auxiliando nas dificuldades, e cuidando das relações (das crianças entre si e delas com os objetos e o ambiente).
- Ser continente nos momentos de tristeza e depressão das crianças, dando colo, ouvindo-as e conversando com elas.
- Estimular a expressão verbal das crianças, **conversando o tempo todo com elas**, estimulando-as a falar sobre sua vida, orientando-as quanto ao uso do vocabulário e incentivando suas novas aquisições de linguagem.
- Conhecer o nome completo de todas as crianças de seu grupo.
- Cuidar e orientar a higiene pessoal e o vestuário das crianças.
- Servir as refeições às crianças, orientando-as e ajudando-as a se alimentarem adequadamente.
- Orientar e ajudar as crianças pequenas a deixarem a fralda, estando atento para os momentos em que é necessário intervir.
- Encaminhar imediatamente a criança à equipe de saúde, nos casos de acidente, e quando houver queixas ou sintomas de doenças.
- Acompanhar as crianças em hospitais e pronto socorros, nos casos de emergência, exames ou internação.
- Solicitar a ajuda e orientação do psicólogo, quando a criança manifestar sentimentos ou comportamentos que mereçam maior atenção (angústia, depressão, agressividade, super excitação, apatia...)
- Comunicar imediatamente ao coordenador de turno a ocorrência de acidentes ou outras situações graves.
- Planejar a programação diária de TV (programas educativos e desenhos animados infantis), de no máximo 2 horas, e acomodar as crianças que quiserem assistir.

~~373~~
369

- Manter as roupas e objetos de uso das crianças, constantemente organizados.
- Manter no dormitório um espaço para a guarda de objetos pessoais das crianças.
- Zelar pela limpeza e organização dos dormitórios, banheiros e salas de atividades das crianças.
- Conservar os espaços destinados às crianças, em condições ambientais adequadas de ventilação e iluminação.
- Solicitar serviços de manutenção ao coordenador de turno, tão logo seja detectada a necessidade.
- Solicitar os materiais de uso diário, responsabilizando-se pelo uso adequado e sua conservação.
- Separar diariamente as roupas sujas, que serão recolhidas pela lavanderia.
- Responder, junto ao coordenador de turno e encarregado técnico, pelo atendimento de seu grupo de crianças.
- Atender as orientações técnicas relativas aos cuidados com as crianças.
- Participar de reuniões de planejamento e avaliação.
- Registrar diariamente as ocorrências e o andamento do plantão.

371
370

Auxiliar de Educação - para crianças de 0 a 1 ano

- Responsabilizar-se por um grupo de crianças, atendendo suas solicitações, cuidando de suas necessidades (sono, alimentação e higiene) e colocando-se, em todos esses momentos, como uma referência de afeto e proteção.
- Efetuar a troca de fraldas quantas vezes for necessário, estando atento para a prevenção de assaduras.
- Dar mamadeira, nos horários previamente definidos pela nutricionista, pegando o bebê no colo, assegurando-se, antes de recolocá-lo no berço, de que já arrotou.
- Manter permanentemente as crianças em condições adequadas de higiene e vestuário.
- Tocar, brincar e conversar com os bebês, auxiliando-os na sua descoberta do mundo.
- Cuidar para que os bebês tenham acesso a brinquedos para manipulação e estimulação, zelando pela sua conservação
- Levar as crianças todos os dias para tomar sol.
- Conhecer o nome completo de todas as crianças de seu grupo e assegurar-se de que todas elas conservem sua pulseira de identificação.
- Encaminhar imediatamente a criança à equipe de saúde, nos casos de acidente ou quando houver sintomas de doenças.
- Acompanhar as crianças em hospitais e pronto socorros, nos casos de emergência ou internação, estando informado sobre o seu histórico social e de saúde.
- Atender as orientações técnicas relativas aos cuidados com os bebês.
- Zelar pela limpeza e organização do berçário
- Conservar os espaços destinados às crianças em condições ambientais adequadas de ventilação e iluminação.
- Solicitar serviços de manutenção ao coordenador de turno, tão logo seja detectada a necessidade.
- Receber os materiais de uso diário (rouparia e higiene), responsabilizando-se pelo seu uso adequado e sua conservação.
- Separar, seguindo orientações técnicas, as roupas sujas, que serão recolhidas pela lavanderia.
- Responder, junto ao coordenador de turno e encarregado técnico, pelo atendimento de seu grupo de crianças.
- Participar de reuniões de planejamento e avaliação.
- Registrar diariamente as ocorrências e o andamento do plantão.

375
371

Auxiliar administrativo

- Responder junto ao encarregado administrativo, pelos serviços sob sua responsabilidade.
- Organizar arquivos e orientar seu uso.
- Responsabilizar-se pelo recebimento, organização, distribuição e controle de documentos e benefícios de todos os funcionários da unidade.
- Responsabilizar-se pelo recebimento, organização, distribuição, controle e envio de ofícios, memorandos e documentos afins.
- Efetuar inventário semestral dos equipamentos e materiais sob sua responsabilidade, mantendo-o sempre atualizado.
- Manter cadastro atualizado dos bens patrimoniados.
- Executar o serviço datilográfico ou de digitação (relatórios e correspondências).
- Organizar (receber, classificar, expedir, protocolar, arquivar e encaminhar) a documentação geral da unidade.
- Executar os serviços relativos à administração de pessoal, que forem necessários.
- Controlar a distribuição de passes (ônibus e metrô) à funcionários, quando em serviço.

Auxiliar de almoxarife

- Receber, conferir, guardar e distribuir os materiais mediante documentação.
- Realizar levantamentos periódicos do consumo e solicitações de materiais.
- Controlar o estoque do almoxarifado.
- Elaborar, mensalmente, o balancete de estoque de materiais.
- Verificar as devidas condições de armazenamento dos materiais, bem como os prazos para sua utilização.
- Manter o almoxarifado limpo e organizado.

376
372

Motoristas

- Conduzir o veículo da unidade aos locais definidos.
- Dirigir na velocidade permitida, com prudência e a devida atenção.
- Cuidar da devida manutenção do veículo, solicitando seu conserto quando detectar algum problema.
- Executar serviços externos de transporte de documentos.

Auxiliar de lavanderia

- Recolher as roupas sujas, previamente separadas pelos educadores, nos quartos ou banheiros das crianças.
- Lavar e secar as roupas da unidade.
- Dobrar e guardar as roupas.
- Utilizar corretamente o maquinário, e os materiais utilizados na lavagem das roupas.
- Manter a lavanderia e a rouparia, limpas e organizadas.
- Prever e solicitar ao auxiliar de almoxarife, os materiais utilizados em suas atividades, observando sua utilização adequada.

Auxiliar de manutenção

- Zelar pela segurança, conservação e manutenção dos bens, instalações em geral e equipamentos da unidade.
- Verificar periodicamente o estado dos bens patrimoniados, tomando as providências que se fizerem necessárias para o conserto, substituição ou baixa desses bens, junto ao setor administrativo.
- Fiscalizar, periodicamente, os extintores e o sistema de segurança contra incêndios
- Controlar e abastecer os bebedouros de água.
- Verificar e trocar lâmpadas queimadas.
- Promover consertos emergenciais.

~~377~~
373

Vigilante

- Vigiar externamente a unidade, evitando danos às instalações do prédio e bens patrimoniados.
- Registrar e controlar a entrada e a saída de veículos, pessoas e objetos, garantindo apenas o fluxo autorizado pelos profissionais responsáveis.

Auxiliar de limpeza

- Manter higienizados os setores sob sua responsabilidade.
- Zelar pelos materiais utilizados em suas atividades, higienizando-os após o uso e guardando-os em lugar apropriado e seguro.

Cozinheiro

- Responder pela preparação das refeições.
- Observar, junto ao nutricionista, o serviço a executar no dia e orientar os auxiliares de cozinha nos pré-preparos e preparos.
- Zelar pela correta utilização e higienização dos equipamentos e utensílios, bem como pelo espaço físico da cozinha.

Auxiliar de Cozinha

- Executar o pré-preparo dos alimentos.
- Preparar arroz e feijão.
- Preparar sopa.
- Preparar o desjejum.
- Executar os serviços de higienização, e organização dos equipamentos e utensílios.
- Distribuir as refeições.

~~2*~~
374

Lactarista

- Verificar as fórmulas de preparação dos leites, de acordo com a quantidade estabelecida no dia.
- Preparar o leite, pesando e medindo as quantidades de pó, amido, açúcar, e água, de acordo com fórmula elaborada pelo nutricionista.
- Envasar as mamadeiras nos horários estabelecidos, considerando o tipo de leite e volume determinado para criança por mamada.
- Identificar os saquinhos, com o horário e o nome de cada criança.
- Executar os serviços de higienização, esterilização e organização dos equipamentos e utensílios.

Auxiliar de cozinha no lactário

- Verificar, de acordo com o cardápio do dia, se o produto requisitado está no setor
- Preparar o suco e envasá-lo, de acordo com a identificação do saquinho, com nome, volume e berçário de cada criança
- Preparar a papa de fruta, de acordo com o pedido do dia
- Acondicionar a papa salgada em marmitex, de acordo com o pedido do dia
- Distribuir as papas doces e salgadas nos berçários, nos horários do almoço e jantar
- Executar os serviços de higienização, esterilização e organização dos equipamentos e utensílios

372
375

4. Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário- e a atuação do MAIS/Movimento de Apoio à Integração Social, na Sampaio Vianna nos tem mostrado- é de fundamental importância para a melhoria da qualidade do atendimento prestado às crianças.

Nas unidades de médio porte recomendamos que esse trabalho continue a ser realizado, seja através do MAIS, seja através da articulação, pela direção da unidade, de pessoas interessadas em contribuir com o trabalho social.

Um cuidado básico a ser tomado é o de integrar a atuação dos voluntários ao trabalho da unidade, de forma a complementar o atendimento prestado. Para tanto é necessário que esse serviço esteja inserido no planejamento e na avaliação das atividades da casa.

Sugerimos para a atuação dessas pessoas as atividades dirigidas, já descritas à página 14 deste documento.

IV- BIBLIOGRAFIA

Aberastury, Arminda. *A criança e seus jogos*. Ed. Vozes, São Paulo, 1972

Bowlby, J. - *Cuidados maternos e saúde mental*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1988.

Boulch, Le - *O desenvolvimento psicomotor*. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1992.

Costa, A.C.G. - *Pedagogia da presença*. CBIA, Brasília, 1991.

Cury, M.; Silva, A. F. A.; Mendez, E. G. (coord.) - *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. Ed. Malheiros, São Paulo, 1992.

Projeto CasaViva: *para adolescentes que moram nas ruas* - Secretaria Estadual da Criança Família e Bem Estar Social/SP, 1995

Winnicott, D. W. - *O brincar e a realidade*

Winnicott, D. W. - *A criança e seu mundo*

_____ - *Introdução à obra de Melaine Klein*

384
377

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Coordenação

Wilson Barbalho da Fonseca Júnior- diretor da UAEI

Silvia Vianna Mattiazzo- assistente técnica de planejamento

Eliana Barsoti- encarregada técnica

Participantes

Eliana Olinda Alves- psicóloga/ encarregada técnica

Isis Dulce Pezzoul- médica

Izabel Lima Spíndola- psicóloga

Marcia Contreras Martins- nutricionista

Maria Alice Pereira- assistente social

Maria Gabriela C. Gandolfi- assistente social/ encarregada técnica

Maria Lúcia O. Soares- psicóloga

Silvia Maria Gobbo- pedagoga/ encarregada técnica

Silviane C. da Fonseca- enfermeira

São Paulo, outubro de 96

Fundação Estadual do Bem Estar do Menor. FEBEM.SP
Diretoria Técnica de Atendimento a Carentes e Abandonados. DT2
Unidade de Abrigo e Encaminhamento. UAEI. Sampaio Vianna



382

378

Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	25.074	86	

Interessado: José Eduardo Ramos Rodrigues

Assunto: Estudo de tombamento da Unidade Sampaio Viana da Fe
bem e sua área verde situada na Rua Angatuba-Capital

por ARQUITETO
TEREZO SPITALLO ROBERTO L. FERREIRA
E CONX KAMIDE P/ PROSSEGUIMENTO
CONFORME SOLICITAÇÃO RESTRITA DO
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

S. Pou 04/04/97



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

À Diretoria Técnica,

Cumpre o presente atender ao despacho retro de fls. 324 e 382 em que se solicita o estabelecimento dos graus de proteção dos prédios que compõem o conjunto da Unidade Sampaio Viana da Febem, tombado pelo Egrégio Colegiado em 12/08/96, ATA 1065; bem como consideração sobre ofício GS 101/97, fls. 313 a 317, da parte da Exma. Sra. Secretária da Criança, Família e Bem-estar Social. Além destas providências também elaboramos diretrizes a serem recomendadas em caso de intervenções físicas no espaço tombado. O que passamos a fazer a seguir.

A. Estabelecimento dos Graus de Proteção

O conjunto de construções da Unidade Sampaio Viana da FEBEM compõem-se de um prédio principal e de construções anexas.

O trabalho de moldagem topográfica do terreno é muito característico. Define-se por dois estágios. Um platô central quase circular onde se implanta a construção principal e que é circundado por um patamar de cota cinco metros abaixo.

Por sua vez, a situação do terreno como um todo, em cota superior a todo o seu "entorno", acaba por configurar o local como uma acrópole. Mesmo as cotas mais baixas do patamar inferior estão a cavaleiro sobre o bairro do Pacaembu, caracterizando o local como um privilégio topográfico de inigualável valor paisagístico. Trata-se de caso único na cidade em que as vistas panorâmicas abrangem, sem quaisquer barreiras edificadas, 360 graus. É patrimônio visual para ampla porção da cidade.

Pelo acima descrito, verifica-se que o local tem grande importância paisagística em si e em suas relações com o bairro tombado do Pacaembu. É ponto de descortínio, desafogo e de visuais privilegiadas; são vistas amplas que se abrem a partir do local ou que para ele se dirigem de vários pontos do bairro. Não é aspecto de menor importância. O Pacaembu é bairro sempre gabado por seu urbanismo sábio que permite a percepção de sua topografia, qualidades reconhecidas pelo tombamento do bairro, Resolução SC-08-91 do qual o Sampaio Viana e seu terreno fazem parte, cabe lembrar.

A localização original deu-se previamente à realização do bairro, quando a área não valia muito. Por características de seu isolamento, fora do núcleo central da cidade; arejamento e altitude suas redondezas eram utilizadas para a implantação de prédios de assistência e saúde, como é o caso do hospital de isolamento. Só na década de 1910 que a Cia. City iniciou seus projetos na área, sendo que o bairro do Pacaembu passou a ser implantado nas seguintes. A ocupação do local desta forma, precedeu a consolidação urbanística da área.

O prédio principal do conjunto define-se por um partido que, através de uma galeria aérea transparente, interliga uma série de blocos independentes, entremeados por pátios. Esta galeria circunda uma capela e desemboca em uma varanda que compõem a fachada do bloco frontal. Este



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

esquema, dito pavilionar, é tributário do pensamento higienista da arquitetura do século XIX e propicia excelente grau de salubridade à construção, com perfeita aeração de suas partes.

É fator definidor da qualidade deste prédio principal este seu esquema claro de circulação que, a partir de um núcleo central une os pavilhões simétricos através de passadiços envidraçados com caixilhos de ferro, espaços muito claros. As obras deste núcleo central concluíram-se no final da década de 1920.

Implantado ao lado esquerdo deste prédio principal situa-se o prédio do berçário e lactário. Suas obras concluíram-se por volta de 1936 e este prédio compõem-se com harmonia com o prédio principal.

O restante do terreno é ocupado por construções menores de pouca expressão e que não resultaram de um plano muito preciso, mas que não comprometem a qualidade do conjunto.

Exceção descaracterizadora é a garagem de automóveis em cota mais baixa do que a do prédio principal, que prejudica mais a ambiência do bairro do Pacaembu e do Estádio tombado de mesmo nome do que a própria unidade, já que não se conecta visualmente com a construção central. Sendo construção barata, deveria ser demolida.

Além das construções, o terreno é ocupado por vegetação importante, árvores de porte como paineiras e abacateiros e um magnífico bosque de jabuticabeiras.

São o prédio principal e a capela por ele circundada, o prédio do berçário, bem como a implantação geral e as características topográficas do terreno e algumas manchas ou espécies arbóreas que definem a qualidade arquitetônica, urbanística e paisagística do conjunto da Unidade Sampaio Viana. São estes os aspectos preservados pelo tombamento e conforme minuta anexa:

Preservação integral do conjunto arquitetônico constituído pelos setores de administração, serviços (cozinha e refeitório), pavilhões de dormitórios interligados por galeria aérea envidraçada, a capela central e o anexo utilizado como berçário;

Preservação integral da área, circunscrita por um polígono expresso em mapa anexo e descrição dos limites a partir de planta cadastral-GEGRAN/74, e a vista panorâmica de 360 graus garantida pela ausência de barreiras edificadas;

Preservação da vegetação formada pelas paineiras, abacateiros, quaresmeiras, espatódias, palmeiras, seringueira, bosque de jabuticabeiras e demais elementos arbóreos de qualidade e porte significativos;

Não se estabelece área envoltória específica para este tombamento, providência, aliás, já tomada no tombamento do Estádio vizinho, tendo em vista que o conjunto encontra-se dentro do perímetro tombado do bairro do Pacaembu.



Do

Número

Ano

Rubrica

B. Considerações sobre o ofício 101/97 - SCFBes

Trata este ofício encaminhado ao senhor Secretário da Cultura de solicitação para não homologação de tombamento já deliberado por este Conselho.

Sem o intuito de discutir decisão sobre a qual o Egrégio Colegiado já se considerou suficientemente informado, atenderemos o despacho na medida em que tece considerações de ordem técnica que podem ser melhor esclarecidas.

1. Argumenta-se que "...o processo não se aprofunda no estudo das qualidades arquitetônicas dos edifícios...", que a justificativa apresentada seria apenas a autoria presumida do projeto por parte do arquiteto Ramos de Azevedo, o que seria discutível; que a arquitetura do conjunto, pertencente a um "ecletismo tardio" e que não apresenta "...a sensibilidade e o capricho das primeiras obras do aplicado ex-aluno da Beaux-Arts de Gand"..., e que " Sua arquitetura pesada não tem as qualidades de implantação e agenciamento do espaço do Largo do Palácio (Pátio do Colégio), não se distingue pela composição como a Igreja Matriz de Campinas e os edifícios do citado Largo do Palácio do Governo e sequer apresentam uma riqueza de detalhes ou uma extraordinária preservação de suas características originais que justifiquem seu tombamento." E, por fim, que "Os pesquisadores e estudiosos de Ramos de Azevedo sequer mencionam o edifício da Sampaio Viana."

A informação técnica de fls. 275 a 303 manifesta-se claramente sobre a arquitetura do conjunto como podemos ver pelo trecho destacado abaixo:

"Tanto interna, quanto externamente, a arquitetura do conjunto é perfeitamente coerente com a utilizada no período de sua realização para prédios públicos de assistência.

O prédio desenvolveu-se incorporando a um núcleo original, constituído pelo corpo da fachada principal, acréscimos de novos pavilhões separados por pátios simétricos. A articulação dos esquemas de circulação em grandes eixos constitui o elemento principal da organização da planta. Este tipo de planta, aliado ao pé-direito alto e aos cômodos amplos é responsável pelo resultado claro e arejado dos espaços internos.

A simetria que preside o conjunto deriva-se dos esquemas compositivos da tradição acadêmica, que se estende também para a linguagem arquitetônica. Esta apresenta elementos clássicos, de forma bastante despojada, utilizando poucos ornamentos.

A ornamentação limita-se à platibanda central, às vergas das janelas centrais superiores da fachada principal, aos gradis das varandas fronteiras, aos tratamentos simplificados dos revestimentos externos e a alguns poucos vitrais decorativos na escada principal, e em um cômodo de destaque, além da capela."

O trecho acima poderia ser aprofundado, mas também poderia ser sintetizado em poucas palavras. O conjunto é coerente com a arquitetura de prédios públicos e institucionais de seu período e atende às disposições específicas de seu programa à época de sua concepção, é arejado,



Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

salubre, rigorosamente organizado em pavilhões distribuídos segundo um claríssimo esquema de circulação e é simples e despojado em sua ornamentação.

A atitude de Ramos de Azevedo, ou de profissionais de seu escritório, para a realização do projeto poderia ser resumida nas palavras empregadas pela arquiteta M. Cristina Wolff de Carvalho em sua tese de doutorado sobre a obra do autor ao comentar o projeto do Hospital Militar do mesmo arquiteto nos anos 1890 do século passado:

"Mais uma vez Ramos de Azevedo imprimiu a marca distintiva de sua arquitetura: racionalismo, respeito rigoroso ao programa, simplicidade e referência historicista pertinente e apropriada ao tipo; atualização em relação aos preceitos sanitários e higiênicos. A arte se manifesta na interface ou na reunião dessas regras, as quais são seguidas à risca. Nessa visão, não há muito espaço para vôos de imaginação. Ramos de Azevedo demonstra, assim, ser um arquiteto afeito ao tratamento técnico-científico de sua atividade. Sua obra do Hospital da Força Militar é, em resumo, aplicada e disciplinada."
CARVALHO, M. Cristina W. - A arquitetura de Ramos de Azevedo. FAUUSP. Tese de Doutorado. 1996 p.177

Ramos de Azevedo era conselheiro da Santa Casa e, com certeza, ciente das dificuldades econômicas para a realização da obra de construção. Seu projeto buscou adequar-se a elas. Não se tratava da catedral campineira, importante cidade do século XIX, cujas obras, mesmo assim arrastavam-se há mais de cinquenta anos e de cuja finalização o arquiteto participou. Com certeza também não se tratava da busca de monumentalidade almejada no Palácio do Governo e nos primeiros prédios públicos administrativos construídos na cidade de São Paulo que, afinal, adquiria importância econômica e administrativa no final do século XIX e com, certeza, desejava expressá-la em suas construções oficiais.

Não. A arquitetura do "Asilo dos Expostos", era uma arquitetura realizada no início do século em terrenos que pouco valiam, afastados da cidade, ganhos por doação, com recursos arrecadados através de caridade, por uma instituição de benemerência, a Santa Casa, e com a finalidade de atender a crianças desvalidas. Não há detalhes extraordinários em sua arquitetura e reside aí uma de suas qualidades, a resolução simples e adequada de seu programa em arquitetura sóbria, bem organizada.

Ora se cobra riqueza de detalhes em sua arquitetura, ora critica-se seu ecletismo tardio. Tais argumentos são incoerentes, pois seriam justamente apliques historicistas que o fariam a um ecletismo tão desvalorizado pelos críticos modernos, mas no "Asilo dos Expostos" eles praticamente inexistem, limitando-se ao tom medievalista da capela e a poucos e singelos ornamentos.

Também não cabe comparar a arquitetura do Sampaio Viana, de concepção dos primeiros anos do século (embora sua construção se arrastasse até a década de 1920 e mesmo 1930), com Frank Lloyd Wright e Le Corbusier, arquitetos estrangeiros cujas influências só se fizeram sentir no Brasil após os anos 1920 e, por muito tempo, episodicamente. Rino Levi e Warchavchick



Do

Número

Ano

Rubrica

foram arquitetos de formação no exterior, vanguardistas no contexto brasileiro, e cujas obras eram exceções no panorama das construções dos anos 1920 e 1930. Elisário Bahiana, tão valorizado por sua arquitetura geométrica, aceita como uma forma de modernidade, também projetou arquitetura de "estilo" e nem por isso tem seu valor diminuído.

O Egrégio Colegiado demonstrou sensibilidade em reconhecer o valor da arquitetura do Sampaio Viana justamente por suas características de não "excepcionalidade" arquitetônica e total representatividade das construções institucionais de sua época. Cumpriu o papel que nem sempre logra alcançar de tombar não porque pesquisadores e estudiosos já consagraram o prédio. O Egrégio cumpriu o seu papel de identificar, valorizar e divulgar um patrimônio cultural ainda não devidamente reconhecido pelos estudiosos. Esta é uma de suas atribuições e não apenas a de exercer referendos sobre julgamentos já consolidados e, não raro preconcebidos, sobre a arquitetura que não se enquadra nos paradigmas estabelecidos pela crítica da arquitetura moderna.

Este tombamento vem integrar este prédio ao conjunto de prédios institucionais ou de uso público já tombados, ou em estudo por este Conselho, filiados a mesma concepção arquitetônica tais como o Hospital do Juqueri de Ramos de Azevedo, o prédio da Santa Casa e o Instituto Butantã. A preservação de séries de edifícios como estes proporciona mais oportunidades de estudo e reflexão sobre a história da arquitetura de uso público em São Paulo.

2. Ainda nos limites da instância técnica e da análise arquitetônica permitimo-nos tecer considerações sobre a questão proposta no Of.Gs.101/97 sobre se o conjunto da Unidade Sampaio Viana atende ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Argumenta-se, em síntese, que o espaço é inadequado para as concepções contemporâneas de tratamento à infância desassistida. Diz-se que o espaço não permite o atendimento a pequenos grupos de, no máximo, 40 crianças. De fato, as instalações foram previstas para o atendimento grupal, segundo uma concepção da época. A única adequação possível seria a de subdivisão dentro do espaço existente o que, eventualmente, poderia ser realizado, mas que deve ser analisado com vagar sobre se seria esta a melhor solução, tanto para o espaço, quanto para o atendimento das crianças.

Não podemos contudo deixar de contestar outros itens apresentados na resposta à indagação sobre a adequação do espaço aos cuidados com a criança, já que as condições de salubridade e segurança do edifício, a qualidade de suas áreas livres, bem como sua localização são excelentes.

O terreno é seco, arejado, tem excelente insolação, tem ponto de ônibus a partir do centro da cidade na porta e abundam as áreas de recreação, cheias, não só de brinquedos, como de árvores, raras em outros bairros da cidade. Quanto às instalações dos prédios, mesmo destituídas de manutenção recente e de apresentarem trechos de forros de madeira em mau estado, são salubres, não apresentando mofo, sujeira, ou áreas com riscos de desmoronamento. É construção de boa qualidade, bem aprumada em seus tijolos do início do século sem qualquer ameaça a sua estabilidade.



388 12m

384

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Na Unidade Sampaio Viana, sua magnífica implantação, a acrópole em que se localiza e o partido arquitetônico guiado pelas preocupações sanitárias e higienistas do século XIX aliam-se para garantir ao conjunto perfeitas condições de aeração e salubridade.

3. Argumenta-se ainda que o tombamento visou evitar a desativação do complexo. O tombamento não tem este poder, nem pretensão. Tem sim, ao lado do reconhecimento das qualidades arquitetônicas e paisagísticas do local, aspectos fundamentais do patrimônio cultural, o objetivo de não deixar ser esquecida a dimensão histórica de seu uso original, da finalidade para qual tal espaço foi inicialmente projetado. São cerca de cem anos de destinação visando suprir a carência de que se ressentem crianças rejeitadas. Sempre existiu^m crianças rejeitadas, mas o conjunto do antigo "Asilo dos Expostos" permite-nos lembrar que houve até agora quem se preocupasse com elas, inicialmente uma instituição filantrópica, a Santa Casa, e posteriormente o Estado de São Paulo, que aliás ganhou a área para exercer este papel. A importância do trabalho resultante desta preocupação e sua história foi reconhecida pelo Conselho na busca da preservação dos vestígios materiais deste trabalho.

Por parte do Conselho, a forma da preservação foi a do reconhecimento do valor, do tombamento do conjunto. A viabilidade de continuidade de uso não pode ser examinada ou determinada por ele, mas ele pode orientar a readequação do espaço para uma modernização deste mesmo uso ou para outra finalidade compatível com suas instalações, conforme outro item da presente informação.

C. Recomendação de diretrizes para intervenções no espaço tombado.

As características da arquitetura do Unidade Sampaio Viana já foram analisadas no presente. Aqui cabe refletir-se sobre recomendações que visem a valorização desta arquitetura, do espaço em que se insere, bem como sobre a história de sua utilização. Não se trata de raciocínios e propostas definitivas, mas reflexões que visam a contribuir para a discussão de como tratar este patrimônio público.

São diretrizes que, possibilitariam, incrementar as qualidades da arquitetura e maior fruição do espaço como um todo.

Tirando partido da localização do terreno, quase totalmente circundado por ruas, seria possível refletir-se sobre acessos alternativos e também valorização de fachadas não desfrutadas até o momento. Assim, a circulação e estacionamento de veículos, o percurso de pedestres e as áreas de desfrute da paisagem estariam organizadas mais claramente.

Estes acessos, por um lado, ordenariam a circulação de veículos, e por outro, criariam a possibilidade de uma ampla circulação de pedestres potencializando a utilização dos jardins que são dotados das magníficas vistas já mencionadas em outros momentos do presente.

Seria possível criar-se novos acessos pelas ruas Bauru e pelo *cul-de-sac* e utilizar-se apenas o patamar inferior para estacionamentos. Os fundos do prédio principal poderiam receber tratamento que lhe conferissem a possibilidade de ser um acesso enobrecido, eventualmente



385 em

385

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

subterrâneo. Algumas construções de menor expressão podem até ser demolidas, liberando as visuais.

Também objetivando melhor amplidão de visuais, deve-se buscar recuperar a transparência da idéia original dos passadiços aéreos de vidro. Hoje os arcos que os apoiam no terreno estão preenchidos com alvenaria tornando-os corredores fechados. Se abertos dotariam as fachadas laterais do prédio de transparência e também possibilitariam acesso direto à capela, sem necessidade de se entrar no prédio principal.

Estas recomendações expostas em croquis anexos ilustram as possibilidades de valorização deste patrimônio público independente do uso a que se destinem. Como está discutido em outros trechos desta informação, se o Conselho não pode opinar sobre o uso deste bem cultural, suas instâncias técnicas podem apresentar propostas e perspectivas para sua valorização.

As propostas aqui esboçadas visam demonstrar que as características arquitetônicas e urbanísticas do conjunto do Antigo Asilo dos Expostos permitem que haja, no local, intervenção que acrescente qualidade ao espaço tombado, como é o caso recente do prédio da Pinacoteca do Estado, também tombado por este Conselho.

As propostas de intervenção física nos jardins e construções visam demonstrar as possibilidades de melhor fruição da arquitetura e, ainda, a possibilidade de coexistência de utilizações. Pode-se setorizar o patamar inferior e um acesso pelos fundos do prédio como um setor e a acrópole superior com seus jardins e a capela como outro. A idéia desta setorização nos ocorre porque seria uma maneira de viabilizar uma superposição de esferas pública e privada na utilização do local.

Tendo em vista que o espaço chegou às mãos do Estado com a finalidade de servir, sob risco de perda da doação, ao atendimento de menores carentes, se, de fato, os curadores da unidade julgarem inviável a manutenção deste uso, e se, esta alteração de uso for legalmente possível, assim como a venda do imóvel, permitimo-nos ainda fazer sugestões baseadas nesta possibilidade de setorização do conjunto.

Se houver alterações de uso, e se houver a perda do patrimônio público para particulares, que o Estado garanta a continuidade de uso público pelo menos dos jardins situados na acrópole de cota superior e da capela. Sugere-se, ainda, que a nova utilização preveja de alguma forma uma referência explícita a seu uso original. Através da cessão de parte do espaço no prédio principal, memorial, monumento, ou qualquer outra idéia no sentido de preservar a memória da utilização deste espaço como um serviço ligada à criança carente.

Os exemplos da Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia, transformada em Oficina Cultural e da Casa das Rosas, que sobrepõe espaço público e privado, são exemplos de atuação com êxito do CONDEPHAAT. Este não permaneceu surdo às necessidades de transformação dos espaços e aos interesses imobiliários. São exemplos, contudo, em que a busca de atendimento a clamores neste sentido, se fizeram sem destituir os espaços da dignidade que a história de sua utilização pública lhes dava, como no caso da antiga Faculdade, ou mesmo atribuindo-lhe uma dimensão antes não havida, como no exemplo da Casa das Rosas, construção e jardins franqueados à comunidade.



Do

Número

Ano

Rubrica

É buscando uma alternativa que, como nos casos citados, permitiu que a preservação se efetivasse e, que, principalmente, a alteração dos uso e da finalidade do patrimônio, não representasse apenas perdas para a comunidade.

No caso do Sampaio Viana, o passeio pelos jardins, o desfrute da paisagem e das visuais e o acesso público à capela, pouco ou nada interfeririam no uso da edificação. O ganho para a comunidade seria enorme, sem prejuízo de quem utilizasse a edificação. Não menos importante é a dimensão simbólica deste local que deve ser manifesta através de referência explícita ao seu uso original. Deve-se manter, neste local, acesa a lembrança de que há cem anos as crianças depositadas na roda dos muros da Santa Casa aí encontravam guarida. Se hoje o Estado não pode continuar exercendo o papel de abrigar as crianças neste local, que ao menos não permita que o esforço do trabalho de um século neste sentido seja totalmente apagado.

Com relação ao atendimento do despacho de fls. 324 e 382 era o que tínhamos a manifestar. Seguem anexos minuta de resolução de tombamento e croquis relativos ao tombamento e a possibilidades de intervenção no espaço.

STCR, 11 de abril de 1997.

arq. Roberto Leme Ferreira

arq. Tereza C. R. E. Pereira

hist. Edna H. M. Kamide



Do

Número

Ano

Rubrica

MINUTA DE RESOLUÇÃO DE TOMBAMENTO DA UNIDADE SAMPAIO VIANA-FEBEM

Resolução SC- ..., de ...(data).

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 e 149 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto Estadual 20.955, de 1º de junho de 1983, e

Considerando como representativo da cultura material paulista o Antigo Asilo dos Expostos da Irmandade da Santa Casa, atual Unidade Sampaio Viana (UAE-1 / DT2 / FEBEM - São Paulo);

Considerando como marco histórico da atenção à criança desamparada, resultado do esforço de várias gerações;

Considerando como representativo da arquitetura de tradição acadêmica e dos esquemas compositivos empregados pela arquitetura de uso público, do final do século XIX e primeiras décadas deste século;

Considerando a simplicidade e despojamento na sua ornamentação e o atendimento às disposições específicas do programa exigidas pelo uso, características marcantes da obra do arquiteto Ramos de Azevedo;

Considerando como elemento de destaque na paisagem urbana da cidade de São Paulo, em especial do bairro tombado do Pacaembu, a cuja existência precedeu no final do século XIX;

Considerando a excelência da situação topográfica do terreno e a ausência de edificações com gabaritos altos nas suas imediações, proporcionando uma visão panorâmica a 360 graus;

Considerando a importância dos elementos arbóreos de qualidade e porte significativos,

Artigo 1º : - Ficam tombados a vegetação, o conjunto de edificações e a área que o circunda, conforme discriminação abaixo:

I- Preservação integral do conjunto arquitetônico constituído pelos setores de administração, serviços (cozinha e refeitório), pavilhões de dormitórios interligados por galeria aérea envidraçada, a capela central e o anexo utilizado como berçário;

II- Preservação integral da área, circunscrita por um polígono expresso em mapa anexo e descrição dos limites a partir de planta cadastral-GEGRA/1974, e a vista panorâmica de 360 graus garantida pela ausência de barreiras edificadas;



382 6m

388

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

III- Preservação da vegetação formada pelas paineiras, abacateiros, quaresmeiras, espatódias, palmeiras, seringueira, bosque de jabuticabeiras e demais elementos arbóreos de qualidade e porte significativos.

Artigo 2º: - Fica estabelecido como área tombada a que se inscreve no perímetro definido pelo percurso em sentido anti-horário, iniciado na confluência das ruas Desembargador Paulo Passalacqua - CADLOG 15768-6, com Rua Penápolis - CADLOG 16046-6, seguindo por esta até o seu final, continuando pelos limites de fundo dos lotes com frentes voltadas para a Rua Bauru - CADLOG 02993-9, até o último deles, contornando-o por sua lateral direita até encontrar a Rua Bauru, seguindo por esta até mudar de nome para a Rua Itaeté - CADLOG 09440-4, e desta até a confluência com a Rua Angatuba - CADLOG ,defletindo à esquerda por "viela sem nome" até o encontro com a Rua Desembargador Paulo Passalacqua e por esta até o ponto de origem.

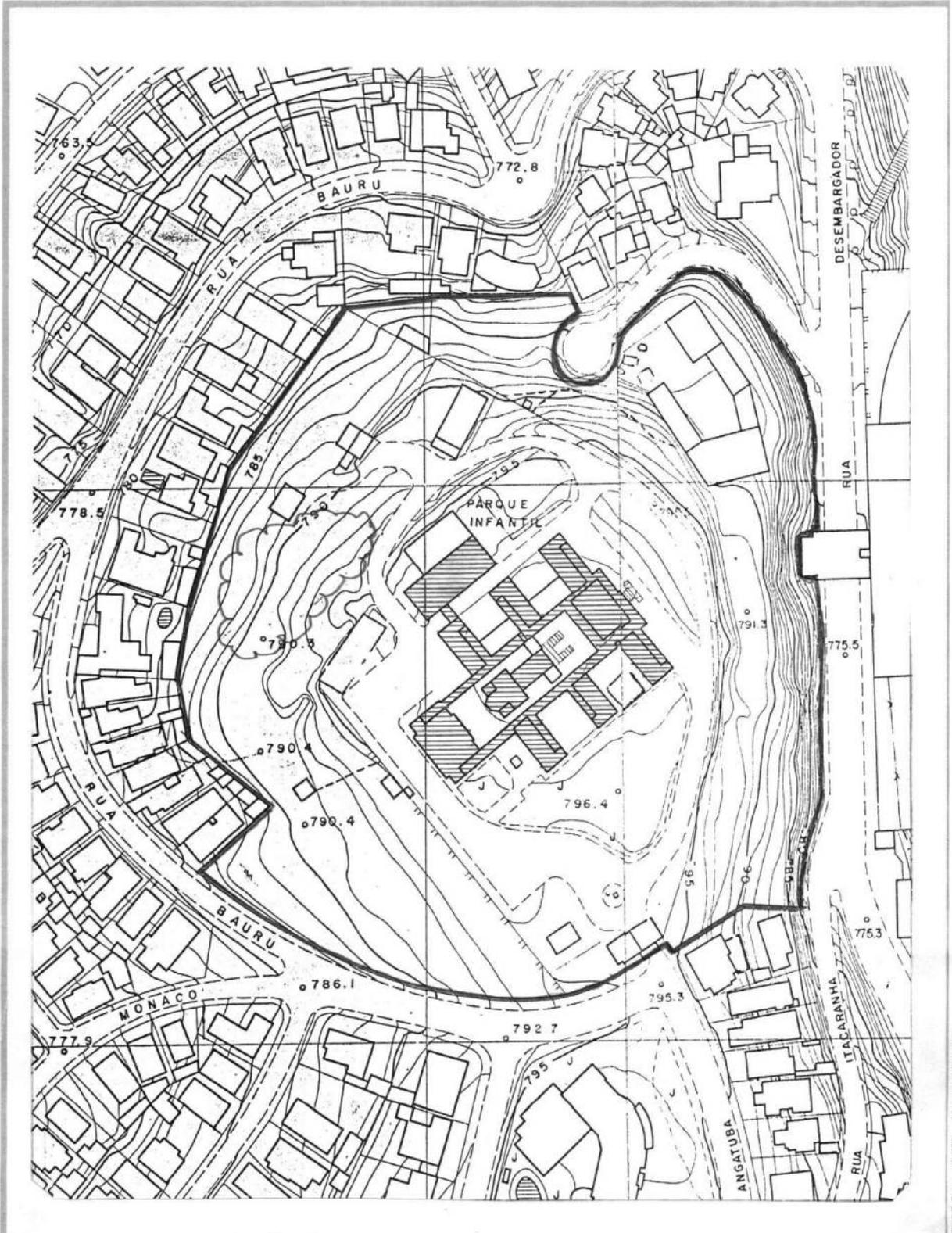
Artigo 3º: - Sua área envoltória, com 300 metros de raio, fica liberada de restrições uma vez encontrar-se dentro do tombamento do Bairro do Pacaembu e, portanto, sujeita às determinações estabelecidas pela Resolução SC - 8, de 14 de março de 1991.

Artigo 4º: - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, autorizado a inscrever no livro do tomo competente, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 5º: - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



Do _____ Número _____ Ano _____ Rubrica _____



PACAEMBU
UNIDADE SAMPAIO VIARRA - FEBEM

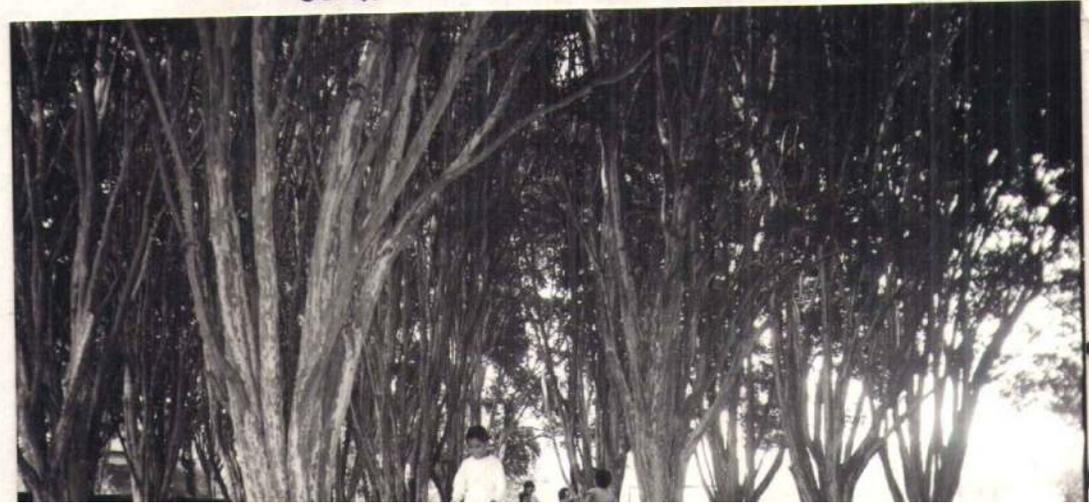


390

BOSQUE DAS JABUTICABEIRAS



BOSQUE DAS JABUTICABEIRAS.

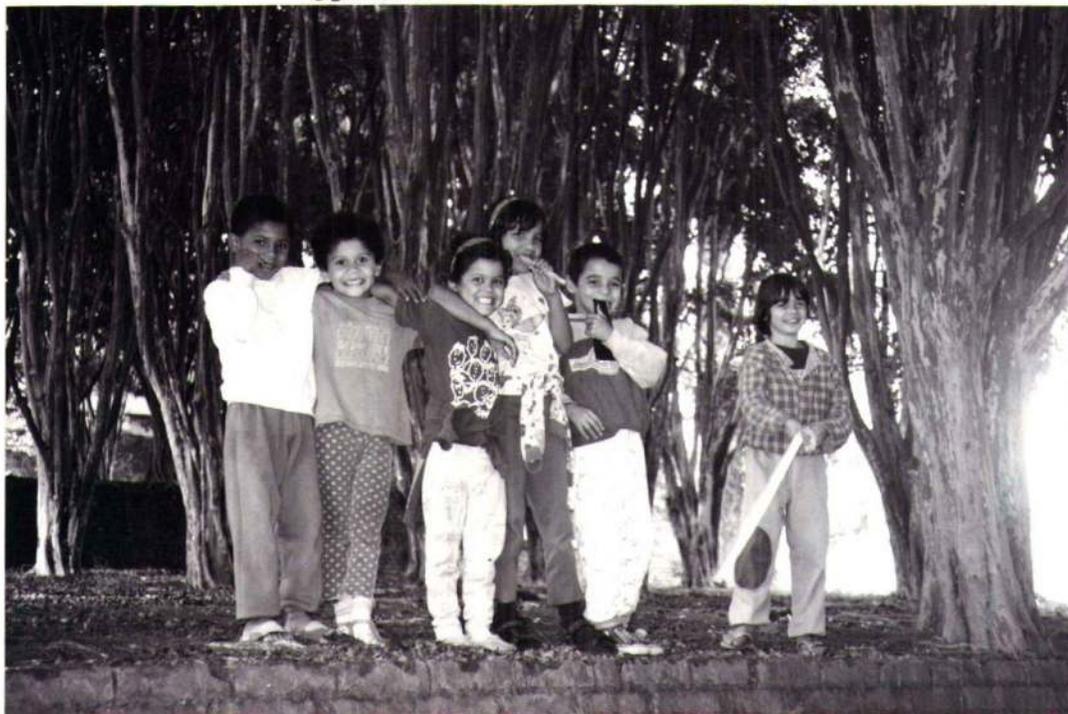


PACAEMBU
URUBA DE SAMPALÓ VIANA - FEBREM



391

BOSQUE DAS JABUTICABEIRAS



BOSQUE DAS JABUTICABEIRAS.



UNIDADE SAMPAIO VIARA - FEBOM - PACAEMBU

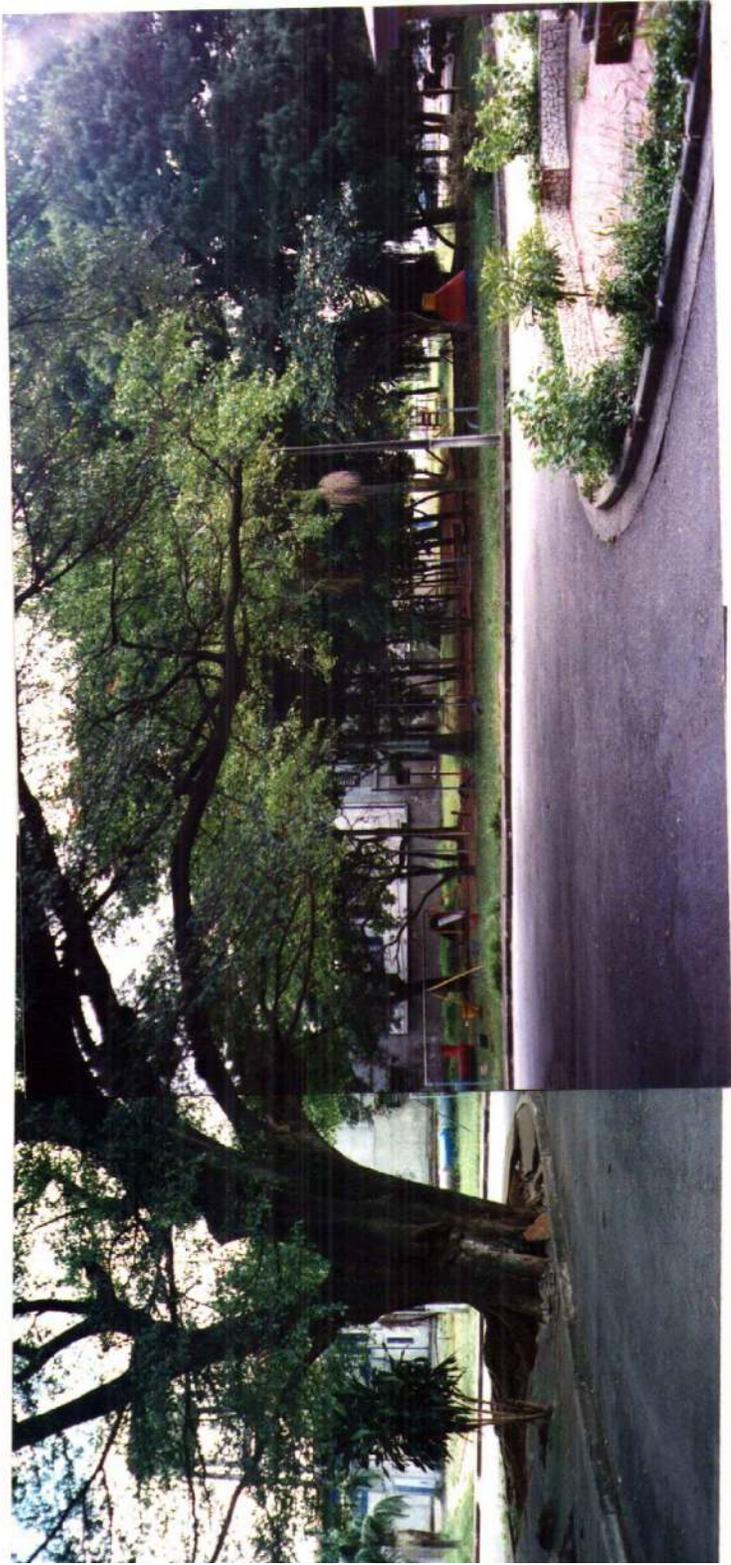


392



CONDOPHAAT

UNIDADE SAMPÃO VIANA - FEBEM - PACATEMBU



342
6m

FOTO: ROBERTO LEME FERREIRA

7/4/11

39

UNIDADE SAMPAIO YIPARA - FEBEM - PACAEMBU





395



PACAEMBU
UNIDADE SAMPÃO VIATRA - FEBOM



396



UNIDADE SAMPÃO-VIARA - FEBOM - PACAEMBU



FOTO: ROBERTO LOME FERREIRA
TEREZA EPITÁVIO